UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

ALINEE SILVA DOS SANTOS

RETROTOPIAS LINGUÍSTICAS: A LÍNGUA NACIONAL COMO FERRAMENTA DE REVIVIFICAÇÃO DO NACIONALISMO

CUIABÁ-MT
2022

ALINEE SILVA DOS SANTOS

RETROTOPIAS LINGUÍSTICAS: A LÍNGUA NACIONAL COMO FERRAMENTA DE REVIVIFICAÇÃO DO NACIONALISMO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem do Instituto de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.
Área de Concentração: Estudos Linguísticos.
Orientador: Prof. Dr. Fernando Zolin Vesz

CUIABÁ – MT
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S237r SANTOS, Alinee Silva dos.
Retrotopias linguísticas : a língua nacional como ferramenta de revivificação do nacionalismo / Alinee Silva dos SANTOS. -- 2022
118 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Fernando Zolin Vesz.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Cuiabá, 2022.
Inclui bibliografia.

1. retrotopia linguística. 2. língua nacional. 3. concepção de língua. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: **"Retrotopias Linguísticas: a língua nacional como ferramenta de revivificação do nacionalismo"**
AUTORA: **ALINEE SILVA DOS SANTOS**

Tese defendida e aprovada em **14** de **JUNHO** de **2022**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. **PRESIDENTE/ORIENTADOR DA BANCA** Doutor Fernando Zolin Vesz

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

2. **EXAMINADOR INTERNO DA BANCA** Doutor Roberto Leiser Baronas

Instituição: Universidade Federal de São Carlos

3.**EXAMINADORA INTERNA DA BANCA** Doutora Ana Carolina Nunes da Cunha Vilela-Ardenghi

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

4. **EXAMINADOR EXTERNO DA BANCA** Doutor Elton Rogerio Corbanezi

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

5.**EXAMINADORA EXTERNA DA BANCA** Doutora Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista

Instituição: Universidade Federal da Bahia

6.**EXAMINADORA SUPLENTE DA BANCA** Doutora Carolina Akie Ochiai Seixas Lima

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

7.**EXAMINADORA SUPLENTE DA BANCA** Doutora Leandra Cristina de Oliveira

Instituição: UFSC

Cuiabá, 14 de junho de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista**, **Usuário Externo**, em 15/06/2022, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Roberto Leiser Baronas**, **Usuário Externo**, em 15/06/2022, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ELTON ROGERIO CORBANEZI**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 16/06/2022, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ZOLIN VESZ**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 17/06/2022, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA NUNES DA CUNHA VILELA ARDENGHI**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 29/06/2022, às 22:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4774974** e o código CRC **0434B43D**.

Referência: Processo nº 23108.034284/2022-59 SEI nº 4774974

À minha mãe, pelo apoio ilimitado e pelo amor incondicional e incalculável.

Ao meu marido, por continuar manifestando o desejo de que compartamos la vida y de que siempre soñemos a la par.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser a força que me motiva, o amor que me acolhe, a mão que me sustenta e a graça que me protege.

À minha mãe, por ser, para mim, a personificação do amor e da resiliência. Por ter me aconchegado em momentos em que eu não me sentia capaz para continuar com essa jornada e por ter feito com que eu voltasse a acreditar e a confiar.

Ao meu pai, por ter permitido que eu finalmente visse que o amor se manifesta de diversas maneiras e por ter resistido e permanecido conosco quando o cenário se mostrava bastante desfavorável. Obrigada por não ter se entregado e por ter confiado que ainda havia muito o que viver.

Ao meu marido, por ter escolhido sonhar os meus sonhos e por ter se empenhado comigo em realizá-los. Não há melhor companheiro de viagem e de vida.

À minha sobrinha Anna Victória que, mesmo sem perceber, fazia com que eu resistisse um pouquinho mais a cada dia.

Aos meus filhos de quatro patas Iron, Salém, Ninho e Amán, por terem sido as melhores companhias na madrugada e por terem, por muitas vezes, bagunçado minha casa, mas arrumado meu coração.

À minha amiga Maíra, por ter sido meu ponto de apoio em inúmeros momentos e por ter tornado essa caminhada bem mais leve.

A todos os mestres que tive ao longo da vida, por terem servido de referência para o que eu gostaria de ser um dia, mas especificamente aos meus professores da graduação e da pós-graduação, por terem me ensinado e me inspirado para a vida. Sou extremamente grata por terem sido fundamentais na minha descoberta da árdua e maravilhosa vida acadêmica.

Às professoras Dra. Lívia Márcia Tiba Rádis Batista, Dra. Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, Dra. Ana Carolina Vilela Ardenghi e Dra. Leandra Cristina de Oliveira e aos professores Dr. Elton Rogério Corbanezi e Dr. Roberto Leiser Baronas pela leitura cuidadosa deste trabalho e pelas contribuições pertinentes e essenciais para o enriquecimento da minha tese.

À Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) que me acolheram e propiciaram um ambiente enriquecedor de debate e de reflexão sobre meu papel como professora e pesquisadora.

À Capes, que permitiu a elaboração desta tese, uma vez que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil

(CAPES) – Código de Financiamento 001. Sem esse auxílio, teria sido bem mais desafiador – e talvez impossível – trilhar esse caminho.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa Linguagens e Descolonialidades (GPLeD) e ao meu orientador Fernando Zolin Vesz, por ter me acompanhado desde o mestrado e por sido compreensivo e exigente em cada momento desta pesquisa. Sem o seu direcionamento, eu não teria chegado tão longe nem permanecido me desafiando. Como sempre digo e sempre direi: o universo conspirou para que os nossos caminhos se cruzassem e eu fosse presenteada com a sua inspiração e orientação. Obrigada por ter confiado em mim e no processo. A gratidão por aqui será eterna.

Aos meus alunos, por terem tornado possível o meu sonho de trabalhar com a construção de conhecimento e por terem demonstrado constante orgulho com as minhas conquistas. É por vocês e para vocês que continuo aprendendo.

RESUMO

Nesta tese, busco verificar como é interpretado o movimento de retrotopia linguística em publicações feitas no ambiente virtual, especificamente, no Facebook. Na pesquisa, de abordagem interpretativista (MOITA LOPES, 1994) e documental (RAMALHO; RESENDE, 2011), entendem-se as postagens feitas nessa rede social como materiais de pesquisa de natureza formal cujos sentidos se manifestam de acordo com a visão do pesquisador, posição apoiada na perspectiva da Linguística Aplicada Indisciplinar e reforçada em Moita Lopes (2004; 2006; 2008). Tais publicações constituem um corpus principal composto por dezesseis posts, retirados de perfis públicos do Facebook. O referencial teórico está constituído por uma revisão bibliográfica do conceito de língua nacional a partir dos estudos de Freire (1920), com a intenção de demonstrar que a discussão que circunda o entendimento acerca dela não é recente. Depois, recorro a autores associados à área dos estudos da linguagem, tais como Mignolo (2003), e relaciono suas ideias aos estudos de Zolin-Vesz (2015), Cervo (2014), Branco (2015) e Di Renzo (2012) para apresentar como, nas últimas décadas, essa temática é motivo para a produção de diversos trabalhos que visam discutir aspectos relacionados à língua nacional e como as instituições de ensino se configuraram como lugares de legitimação dela, o que acabou servindo como base para muitos dos entendimentos que se tem hoje, principalmente dentro da academia, como argumentam Zolin-Vesz e Jesus (2019). Para propor o entendimento acerca de retrotopia linguística, utilizo um conceito empregado inicialmente por Bauman (2017b), para buscar entender como a língua nacional continua sendo alvo de discussão e como o debate sobre ela ainda é recorrente. Como apoio para a defesa desse ponto de vista, recorro também a argumentos de autores como Foucault (2004), Fabricio (2006) e Silva (2015). A pergunta que norteou a pesquisa foi: Como o movimento de retrotopia linguística é interpretado na construção de posts publicados no Facebook? Com os resultados obtidos, conclui-se que há, na contemporaneidade, um movimento de recuperação de um discurso que privilegia a língua nacional e suas regras determinadas pela gramática normativa em detrimento de uma prática linguística considerada marginal, movimento que se relaciona à retrotopia linguística, a qual defini como o uso da língua nacional como ferramenta de recuperação de um passado ideal e como marcadora de estabilidade.

Palavras-chave: retrotopia linguística; língua nacional; concepção de língua.

ABSTRACT

In this doctoral thesis, I seek to verify how the linguistic retrotopia movement is interpreted in publications made on virtual environments, specifically on Facebook. In the research, with interpretativist (MOITA LOPES, 1994) and documental approach (RAMALHO; RESENDE, 2011), posts made in this social network are understood as research materials of formal nature, whose meanings are manifested according to the researcher's vision, position supported by the perspective of the Interdisciplinary Applied Linguistics and reinforced by Moita Lopes (2004; 2006; 2008). Such publications constitute a main corpus composed of sixteen posts, taken from public Facebook profiles. The theoretical framework consists of a bibliographic review of the concept of national language based on studies by Freire (1920), with the intention of demonstrating that the discussion surrounding its understanding is not recent. Subsequently, I turn to authors associated with the field of language studies, such as Mignolo (2003), and relate their ideas to studies by Zolin-Vesz (2015), Cervo (2014), Branco (2015) and Di Renzo (2012) to present how, in the last decades, this theme has been the reason for the production of several works that aim to discuss aspects related to the national language and how educational institutions have been configured as places of its legitimation, which ended up by serving as the basis for many of today's understandings, especially within the academic environment, as claimed by Zolin-Vesz and Jesus (2019). To propose an understanding of linguistic retrotopia, I use a concept initially used by Bauman (2017b), to seek to understand how the national language continues to be the subject of discussion and how the debate about it is still recurrent. As support for the defense of this point of view, I also seek the arguments of authors such as Foucault (2004), Fabricio (2006) and Silva (2015). The question that guided the research was: How does the linguistic retrotopia movement is interpreted in the construction of posts published on Facebook? With the results obtained, it could be concluded that there is, in contemporary times, a movement to recover a discourse that privileges the national language and its rules determined by normative grammar to the detriment of linguistic practice considered marginal, a movement that is related to linguistic retrotopia, which I defined as the use of the national language as a tool for recovering an ideal past and as a marker of stability.

Keywords: linguistic retrotopia; national language; language conception.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: TUDO COMEÇA COM NOSTALGIA… ……..……..12
Lista de posts que sugerem o movimento de retrotopia linguística 29
A contribuição da Linguística Aplicada Indisciplinar para debates acerca da língua nacional.....31
Organização da tese 37

1. CAPÍTULO 1: NEM RECENTE NEM ULTRAPASSADA, RECORRENTE 39
1.1 Discussões em torno do conceito de língua nacional.....40

2. CAPÍTULO 2: DE RETROTOPIA À RETROTOPIA LINGUÍSTICA 58
2.1 O conceito de retrotopia.....59
2.2 A Utopia de Thomas More.....63
2.3 A Utopia de Bregman.....66
2.4 A retrotopia do nacionalismo.....69
2.4.1 A formação do Estado-Nação/Nacionalismo/Língua Nacional.....69
2.5 O Leviatã de Hobbes.....73
2. 6 Enfim, a retrotopia linguística.....74

CONSIDERAÇÕES FINAIS: …E TERMINA EM RETROTOPIA LINGUÍSTICA…100

REFERÊNCIAS……..…….……...104

ANEXO 1 ……...…..……..……107

ANEXO 2……..……..……109

ANEXO 3……..……..……113

ANEXO 4…….……..……114

CONSIDERAÇÕES INICIAIS
TUDO COMEÇA COM NOSTALGIA…

Años atrás
Cuando era más feliz todo
Vivían a un ritmo más lento
Solían ir
A contemplar el crepúsculo
Respiraban un aire más puro
Sentados en el parque
En una tarde de sol
Leyendo a Boyle y Borges
Bajo el noble girasol
(Gaby Moreno)

Apesar de ser possível reconhecer com movimentos como o Anti-Iluminismo – tendência filosófica iniciada no século XVII que se opunha aos ideais ilustrados – que o sentimento de nostalgia não é algo recente, pode-se afirmar que a invenção da rede mundial de computadores e sua consequente utilização por boa parte da população ao redor do globo pôde conferir à contemporaneidade o status de difusora de posturas que evidenciam um despertar da nostalgia. Tal sentimento pode ser detectado nas muitas produções artísticas apresentadas ao público nos últimos anos, como filmes, séries e músicas que destacam situações nostálgicas que estimulam o desejo de volta a um momento histórico que se julga muito melhor do que o tempo presente. Como evidência disso, tornou-se comum encontrar listas de músicas e filmes pela internet intituladas "nostalgia" que sugerem que o ouvir determinadas canções ou o assistir a certas produções cinematográficas trará de volta bons sentimentos e ótimas sensações que muitos acreditam estar relacionados apenas ao passado. É como se o sentir-se nostálgico tivesse se tornado um hábito a ser reproduzido pelas pessoas, é como se esse anseio de retorno ao passado tivesse se tornado – arrisco dizer – um estilo de vida ou uma maneira de perceber-se no mundo. Um exemplo de música que busca retratar tal anseio é *Nostalgia*, de Gaby Moreno[1], cantora e compositora guatemalteca, cujos versos remetem à ideia de que antes tudo era mais feliz, pois as pessoas costumavam contemplar o crepúsculo, sentadas no parque, situações que supostamente não são mais recorrentes nos dias atuais, os quais estão marcados pela celeridade – e pela insegurança, principalmente no Brasil – que leva à ausência de possibilidades de conservar hábitos que antes eram vistos como essenciais para o bem-estar do ser humano.

[1] Canção cujos versos escolhi utilizar como epígrafe para o início desta seção do meu trabalho. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bMb793szFpA>. Acesso em: 27 fev. 2021.

No cenário da indústria cinematográfica, é comum ver que os produtores apelam para temáticas que envolvem os anos 60, 70 e 80 para conquistar o público, a meu ver, por acreditarem que um momento no passado que julgam ter sido bom, principalmente se esse momento for comparado com o presente, pode levar a uma maior busca pela produção, justamente por apelar a sentimentos, como a nostalgia, que movimentam o ser humano que, devido aos inúmeros problemas enfrentados pela sociedade, como crises econômicas e sanitárias, demonstra insatisfação com o atual cenário. Consoante a isso, e para ficar em apenas uma referência, cabe citar a série *Strangers Things*, da Netflix, a qual apresenta uma trama carregada de referências à cultura pop dos anos 80, principalmente filmes e músicas produzidos ou publicados naquela década. Isso é sugerido em especial mediante a apresentação de cenas inspiradas em clássicos do cinema como *A Bruma Assassi*na, produção de 1980, *Poltergeist*, filme estadunidense de 1982 e *E.T., O Extraterrestre*, filme de ficção científica também publicado em 1982. Os famosos easter eggs[2], de igual maneira, são bastante usados nessa série para estabelecer referências nostálgicas que se manifestam por meio da caracterização de personagens inspirados em produções da época e até mesmo mediante menções a uma determinada marca de produtos para cabelo que fez sucesso naquele período, como a *Fabergé Organics*. Outros exemplos de referências nostálgicas nessa série podem ser encontrados nos pôsteres de divulgação da temporada 2, os quais, em sua maioria, foram inspirados em filmes de terror clássicos, como é o caso do pôster no qual Eleven, personagem principal da trama, aparece usando seus poderes psíquicos, em clara referência ao filme *Chamas da Vingança*, de 1984 (v. anexo 1), e do cartaz no qual Will Byers, outro ator da trama, abre a porta para um céu vermelho e ameaçador, o que se assemelha a uma cena icônica do filme *Contatos Imediatos do Terceiro Grau*, de 1977, quando o jovem Barry Guiler abre uma porta e é abduzido por alienígenas (v. anexo 2).

Além dessa produção, muitas outras utilizam esse mesmo recurso para gerar engajamento e garantir visualizações, exemplo disso são páginas do Youtube como o Canal Nostalgia (<https://www.youtube.com/nostalgia>), sob o comando de Felipe Castanhari[3], o qual conta com mais de 1,4 bilhão de visualizações e 14,4 milhões de inscritos[4], e o Canal 90

[2] Essa expressão, em uma referência aos ovos de Páscoa, por conterem, na maioria das vezes, "surpresas", e ao jogo que é feito com as crianças nessa data no qual se buscam ovos escondidos em diferentes lugares, é utilizada para denominar segredos ou referências escondidos em programas de computador, jogos eletrônicos, séries ou filmes.

[3] Felipe Mendes Castanhari é um designer gráfico, apresentador e youtuber brasileiro, conhecido por apresentar o Canal Nostalgia, no Youtube, e a série *Mundo Mistério*, na Netflix. Em 2016, foi eleito pela Forbes Brasil um dos trinta jovens mais promissores do país.

[4] Dados conferidos e atualizados em maio de 2022.

(<https://www.youtube.com/canalnoventa>), sob a responsabilidade de Danilo Nogy[5], o qual se aproxima da marca de 1,3 bilhão de visualizações e conta com 4,56 milhões de inscritos, canais que divulgam vídeos cujos temas abordam majoritariamente conteúdos dos anos 80 e 90, como desenhos animados, programas de TV e comerciais desse período, com a intenção de incentivar e possibilitar o retorno a um momento que se mostrou tão importante a ponto de merecer ser relembrado e revivido constantemente.

Com essas poucas, mas importantes referências, percebe-se como o sentimento de nostalgia motiva os seres humanos, cria engajamento e pode incentivar produções que apresentam como interessante e desejável a volta a um momento o qual se julga apresentar melhores características que o momento atual, este marcado por situações e comportamentos que demonstram – na percepção de alguns – perda de valores e de princípios, os quais, supostamente, seriam essenciais para a classificação de um determinado momento como digno de ser vivido e rememorado.

Levando essa discussão para o campo da Linguística, Svetlana Boym, professora de literatura comparada em Harvard, argumenta que "a absoluta superabundância de produtos nostálgicos comercializados pela indústria do entretenimento [...] reflete o medo de uma saudade irrefreável e do tempo não comercializável" (BOYM, 2017, p. 157), afirmação que estabelece relação com as produções musicais e audiovisuais – citadas anteriormente – que foram pensadas para suprir a saudade de um tempo que, como tal, não pode ser vendido, além de chamar a atenção para o pensamento dessa autora de que o século XX começou com utopia, mas terminou em nostalgia. Para contextualizar melhor seu posicionamento, Boym (2017) esclarece que nostalgia advém de duas raízes gregas, *nostos* que significa "voltar à casa" e *algia* que indica anseio. Partindo de tal afirmação, a autora chama a atenção para a constatação de que o século XX começou com a crença otimista de um futuro promissor, mas se percebeu que tal visão se mostrava ultrapassada frente ao desejo de retorno a um momento que se considera como familiar, isso porque a visão favorável que se tinha sobre o futuro, atualmente, tornou-se nebulosa e incerta demais, o que provocou que as pessoas deixassem de ter esperanças no que estava por vir para se apegarem ao passado, visto que este, por ser conhecido, por ter sido vivido, não pode representar uma ameaça, em contrapartida ao tempo vindouro, que não pode ter sua estabilidade e segurança garantidas por representar o desconhecido, por indicar o inesperado, por não ser possível prevê-lo com exatidão. Sendo assim, pode-se dizer que, nesse

[5] Danilo Nogy de Oliveira é um administrador, escritor e youtuber brasileiro, conhecido por apresentar no Canal 90 no Youtube. Em 2018, publicou o livro *Como eu sobrevivi aos anos 90*, que se tornou, em poucas semanas, um dos mais vendidos da Amazon.

ponto – e alinhando-se ao pensamento de Boym –, a nostalgia, apesar de não ser exclusivamente atual, apresenta-se como uma das características da contemporaneidade, fomentando posturas de retorno ao lar, a um ambiente de suposta segurança, de pretensa estabilidade, o que pode ser manifestado, ainda hoje, mediante comportamentos que demonstram o desejo de retorno a valores e a concepções que se pressupõe estarem associados exclusivamente a um momento pretérito.

Aprofundando a abordagem, Boym (2017) busca definir esse anseio nostálgico como "um sentimento de perda e de deslocamento, mas também [de] fascinação com a própria fantasia" (BOYM, 2017, p. 153). De ser apenas um sentimento que se refere à perda e a deslocamento, não seria problema, pois, como se sabe, sensações relacionadas a isso são comuns e constantes na vida humana, conforme visto e retratado em diversas músicas e produções cinematográficas, a exemplo das mencionadas anteriormente. O problema, na perspectiva da autora, passa a ser quando esse "romance" se torna motivação para pensamentos que se baseiam apenas em uma fantasia que a pessoa constrói sobre si mesma e sobre momentos vividos (ou não), mas que fazem parte do imaginário pessoal como sendo incontestavelmente melhores do que os momentos presentes e muito menos assustadores do que o contexto futuro.

Boym (2017) também define nostalgia como a dor do deslocamento e da irreversibilidade temporal, sentimento que se torna tão importante a ponto de se acreditar que o tempo pretérito nunca voltará a se tornar presente, o que acaba provocando "dor", ainda que não de maneira física. Cabe ressaltar o destaque da autora à constatação da nostalgia não como resumidamente uma doença individual, como era entendida pelos médicos no século XVII (BAUMAN, 2017b), discussão que retomarei no capítulo dedicado à explicação do conceito de retrotopia, mas como um sintoma de nossa época, como uma reação à contemporaneidade, mais especificamente uma emoção histórica. Para esclarecer e fundamentar o seu posicionamento, Boym (2017) faz observações bastante importantes. Para ela,

> nostalgia parece ser a saudade de um lugar, mas é na realidade um anseio por um tempo diferente – o tempo de nossa infância, dos ritmos mais lentos de nossos sonhos. Em um sentido ainda mais amplo, a nostalgia é uma revolta contra a ideia moderna de tempo, o tempo da história e do progresso. Os desejos nostálgicos de transformar a história em uma mitologia individual ou coletiva, de revistar os tempos como espaço, recusando render-se à irreversibilidade do tempo que atormenta a condição humana. Assim, o passado da nostalgia, parafraseando William Faulkner, não é sequer passado. Pode ser apenas um tempo melhor, ou um tempo mais lento [...].
> [...] Diferentemente da melancolia, que se restringe aos planos da consciência individual, a nostalgia trata das relações entre a biografia individual e a biografia de grupos ou nações, entre as memórias pessoal e coletiva. Se as utopias futuristas podem estar fora de moda, a nostalgia tem uma dimensão utópica – que apenas não é mais dirigida ao futuro. (BOYM, 2017, p. 154)

A partir da constatação da irreversibilidade do tempo destacada pela autora, percebe-se que, na contemporaneidade, muitas pessoas apresentam comportamentos que demonstram esse anseio por um tempo diferente, por um momento melhor, postura que se materializa em fantasias sobre o passado, o que, concordando com o que argumenta Boym (2017), pode ser entendido até mesmo como uma visão utópica dirigida ao passado. Nessa mesma linha de pensamento, cabe destacar ainda as palavras de Boym (2017) ao afirmar que "a nostalgia moderna é o luto pela impossibilidade do retorno mítico, pela perda de um 'mundo encantado' com limites e valores claros" (BOYM, 2017, p. 158).

Com a intenção de evidenciar como esse sentimento nostálgico se manifesta hoje, pode-se mencionar debates, ações e discursos que voltaram a ganhar força nos últimos anos, principalmente no que se refere à política, uma vez que anseios sobre a volta a um momento de segurança quando ainda – supostamente – não se convivia com o estrangeiro são considerados comuns e passam a ser apregoados por vários líderes políticos ao redor do mundo. Tal cenário é indicado por Jeffrey C. Alexander, sociólogo estadunidense, ao analisar as narrativas de Steve Bannon, considerado o principal ideólogo do governo de Donald Trump, as quais sugerem a existência de um grupo – composto por nacionalistas, brancos e cristãos – que encarnaria a "verdadeira América", os chamados de "americanos nativos", enquanto os demais seriam os perigosos *outros* cuja existência representa uma ameaça à "boa gente" (ALEXANDER, 2018).

No livro *Estranhos à nossa porta*, Zygmunt Bauman também discute sobre como políticos europeus, como Viktor Orbán – primeiro-ministro da Hungria – e norte-americanos, como Donald Trump, apropriam-se do medo do desconhecido, do estranho para reforçar a postura de que um país, para ser/estar seguro, precisa se mostrar e estar indisponível para estranhos/estrangeiros. Isso aponta para o que Boym (2017) chama de "promessa de reconstruir o lar ideal", ideia que se apresenta como ponto central de ideologias poderosas, o que pode acabar fazendo com que abandonemos uma postura crítica perante a realidade e passemos a ser motivados por laços emocionais, além de nos submetermos ao perigo da nostalgia, que seria confundir o verdadeiro lar com o imaginado, criando uma terra natal fantasma que é defendida fervorosamente. Talvez essa postura fantasiosa se manifeste devido à memória seletiva dos seres humanos que tende a se apegar apenas aos aspectos positivos do passado e a ignorar momentos que são considerados como dignos de esquecimento, ou à afirmação de Boym (2017) de que, no século XVII, a nostalgia também era entendida como uma demonstração de patriotismo, pois se tratava de uma doença que atingia cidadãos que estavam longe de sua pátria e, por se encontrarem nessa condição, adoeciam.

Levando essa percepção ao campo da linguagem, pode-se perceber que há um sentimento de que o "mundo encantado" da língua nacional está sendo perdido e o sentimento de patriotismo está sendo ignorado ao se aceitar a inclusão – na língua nacional – de certos elementos, como estrangeirismos e neologismos, que são considerados uma ameaça à manutenção da pureza e da legitimidade dessa língua. Tal afirmação nos leva a autores como Faraco (2007), Baronas e Cox (2013) e Grigoletto (2012)[6] que, já há algum tempo, analisaram como a ideia de língua nacional é percebida e defendida pela sociedade partindo de episódios que alcançaram grande repercussão midiática.

O caso trabalhado por Faraco (2007) envolve a proposição do projeto de lei n.1676/99, de autoria do então deputado pelo PCdoB de São Paulo Aldo Rebelo, que propiciou um grande debate no que concerne à concepção de língua nacional, além de ter gerado muita polêmica em 1999 e nos anos posteriores. O referido projeto declara, em seu artigo 4º, como lesivo ao patrimônio cultural brasileiro "todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira" (FARACO, 2007, p. 179). Ademais, no artigo 5º, determina que "toda e qualquer expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias" (FARACO, 2007, p. 179-180). Apesar de ser possível notar, no mesmo projeto de lei, algumas outras proposições relacionadas ao ensino da língua portuguesa, percebe-se que o foco da medida era a proibição dos estrangeirismos (FARACO, 2007, p. 10), ou, em outras palavras, tratava-se de uma reação à ameaça que a língua portuguesa vinha sofrendo. Com a justificativa de que a "invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos" (FARACO, 2007, p. 181) descaracteriza a língua portuguesa, o autor do projeto tentava, de maneira legal, propor censura a um fenômeno que não pode ser impedido, pois, "[vivemos], gostando ou não, num planeta [...] com fronteiras porosas e altamente difusas"[7] (BAUMAN, 2017a, p. 66); portanto tentar impedir que expressões como a língua não ultrapassassem essas fronteiras é um esforço vão, até porque as portas do mundo globalizado perderam as suas dobradiças, ou melhor, "foram quebradas, tornando-se assim inúteis" (BAUMAN, 2017a, p. 65). O deputado ainda afirma, na

[6] Apesar de o trabalho de Grigoletto (2012) ter sido publicado antes do de Baronas e Cox (2013), achei mais coerente apresentar este primeiro, tendo em vista a prioritária necessidade de contextualização do debate sobre o livro didático *Por uma vida melhor*.

[7] A menção a fronteiras porosas e altamente difusas, a meu ver, está associada à modernidade líquida criticada por Bauman (2001), caracterizada pela "fluidez", pela falta de sustentação, de solidez das organizações que compõem a sociedade. Logo, as fronteiras entre nações, entendidas como uma dessas bases de sustentação dos valores de uma determinada comunidade, tendo em vista a periculosidade do estranho/estrangeiro, o qual desestabiliza a ordem estabelecida, na era da liquefação, acabam também sendo afetadas, tornando-se assim difusas e porosas.

justificativa do projeto de lei, que "um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua" (FARACO, 2007, p. 181-182) e se se apoiam ou, pelo menos, se se aceitam as invasões de estrangeirismos no português, essa identidade nacional estaria "seriamente ameaçada" (FARACO, 2007, p. 182).

Com toda a polêmica gerada pelo projeto de lei, alguns nomes importantes dentro das discussões sobre língua no Brasil se posicionaram e comentaram sobre o projeto, como os filólogos Tarcísio Padilha e Evanildo Bechara, que condenaram o seu anacronismo e o consideraram inteiramente inócuo (FARACO, 2007). Além deles, o escritor Luís Fernando Veríssimo o considerou como improcedente e xenofóbico, e a escritora Lya Luft o qualificou de fascista, por interferir no modo de vida e nos direitos das pessoas. Até mesmo a Associação Brasileira de Linguística (Abralin) colocou-se à disposição do deputado e do Congresso Nacional para prestar assessoria ao projeto com a intenção de garantir a transparência no processo de definição de uma política linguística para o país, ademais de haver enviado uma série de documentos que tratavam da questão para o deputado, assim como fez a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (FARACO, 2007).

Já no ano de 2011, ocorreu o episódio das variedades linguísticas da língua portuguesa no livro didático *Por uma vida melhor*, distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, o que provocou intenso debate tanto na mídia como entre os linguistas. Baronas e Cox (2013), ao tratarem desse assunto, alegam que toda a polêmica começou com o jornalista Alexandre Garcia que, no programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo, sugeriu, de maneira oral e durante a programação, que o Ministério da Educação estaria fomentando o uso do português errado e que, na época em que ele estudava, a professora corrigia os alunos que falavam assim (ou seja, errado, nas palavras dele), preparando-os para vencer na vida, pois, segundo o próprio jornalista, "a educação liberta e torna a vida melhor, nos livra da ignorância, que é a condenação à vida difícil. Quem for nivelado por baixo terá a vida nivelada por baixo". Os autores transcrevem ainda o comentário do jornalista que afirmou que "no Brasil, por medo de constranger o outro, passa-se a mão nos erros", atitude que se reflete na língua quando "aprova-se a palavra errada para não constranger" o indivíduo, no caso, o aluno (BARONAS; COX, 2013, p. 66).

Tal postura do profissional do jornalismo incitou polêmica, fazendo com que viessem à tona discussões sobre a validade dos enunciados apresentados como possíveis. Esses enunciados, retirados do livro *Por uma vida melhor* e expostos na mídia, faziam parte do

primeiro capítulo do material distribuído pelo Ministério da Educação, que tem como título "Escrever é diferente de falar" e, especificamente, da seção "A concordância entre as palavras", na qual a autora, "seguindo uma orientação sociolinguística, trata da concordância nominal e verbal como um fenômeno variável e não categórico, sem deixar, todavia, de explicitar o valor social da norma culta" (BARONAS; COX, 2013, p. 67). Em dito material, percebe-se que é mostrada ao aluno a concordância conforme indica a norma culta e, em seguida, é explicado a ele que, em um uso coloquial da língua, essa concordância pode apresentar-se de diferentes maneiras.

Um dos trechos mais comentados foi o que apresentava como possível falar "os livro"[8] em determinados contextos e em ocasiões sociais, mas que, ao mesmo tempo, advertia que, por mais que tal possibilidade exista, é necessário ficar atento porque, dependendo da situação, corre-se o risco de sofrer preconceito linguístico. Baronas e Cox (2013) anunciam ainda que é "possível constatar que os enunciadores-autores do livro buscam ensinar a Norma-Padrão do português como uma de suas muitas normas e não como a única", ademais "não se trata de comparar o 'certo' com o 'errado', mas sim [apresentar] diferentes normas" (BARONAS; COX, 2013, p. 68). Em contrapartida, os críticos do livro, por estarem associados à outra concepção de língua, ainda mantêm intacta sua "ideologia purista, para a qual há apenas um português correto a ser conservado; o resto é caco, é lixo, é doença a ser curada pelos doutores da gramática que prescrevem, como antídoto, a Norma-Padrão, administrada em altas doses" (BARONAS; COX, 2013, p. 69).

Grigoletto (2012), por sua vez, sugere que a postura demonstrada pelas mídias, e evidenciada na fala do jornalista citado por Baronas e Cox (2013), faz com que os linguistas defendam a "existência de variedades sociais de uma língua que não podem ser divididas entre certas e erradas" (GRIGOLETTO, 2012, p. 312). De igual modo, reconhece que essa perspectiva sustenta a existência de uma única forma correta da língua, designada como "língua nacional", que, por sua vez, pode ser definida como a língua que caracteriza uma determinada sociedade, e à escola caberia ensinar apenas essa língua, a "língua de civilização" ou a "língua de cultura" (GRIGOLETTO, 2012, p. 312). Essa autora, sobre o episódio do livro didático, acrescenta ainda que se compartilha a visão de que a língua portuguesa gramatizada é uma unidade no Brasil, o que demonstra a persistência de um posicionamento pautado na ideia de que a língua é uma, única, imutável e invariável.

[8] As aspas, nesse caso, não servem para marcar um possível erro ou uma inadequação. Elas servem apenas como elementos de destaque, de ênfase.

A fim de apontar – de maneira rápida – como tal discussão continua recorrente, é importante destacar três outros casos mais recentes. Alguns anos depois do lançamento do livro *Por uma vida melhor*, em dezembro de 2020, o deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) José Airton Félix Cirilo apresentou o Projeto de Lei 5632/2020[9] que prevê a proibição do uso de expressões estrangeiras em nomes de empresas brasileiras sob a alegação de que pessoas leigas não conseguiriam pronunciar adequadamente essas palavras, o que poderia gerar constrangimento. Vale destacar que essa iniciativa, apesar de sugerir certa preocupação social, tendo em vista a aparente tentativa de proteção a uma parte da população que poderia ser submetida a constrangimento e à humilhação pelo fato de não conhecer o significado de certos termos em outro idioma, apenas demonstra, a meu ver, o preconceito que algumas pessoas exalam de que sujeitos com menos instrução acadêmica não conseguiriam entender o significado de certas palavras estrangeiras e a pressuposição de que saberiam compreender perfeitamente o português pelo simples fato de serem nativos de um país que tem essa língua como oficial, além de deixar evidente o rechaço à inclusão de elementos de outras línguas no ambiente de convivência brasileiro.

De igual modo, mais recentemente ainda, no dia 15 de junho de 2021[10] (v. anexo 3), o governador do estado de Santa Catarina assinou um decreto obrigando o uso da norma culta da língua portuguesa nas instituições públicas e privadas de ensino e bancas examinadoras de concursos públicos. A proposta desse decreto foi apresentada por Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual filiada ao Partido Social Liberal (PSL), e determina que documentos oficiais escolares, como grade curricular, provas, material didático, comunicados e editais de concurso público não aceitem construções linguísticas que destoem do que se entende como norma-padrão da língua portuguesa, isto é, nesses ambientes e documentos, não poderão ser usadas novas manifestações linguísticas como a que faz referência ao gênero neutro, o qual é considerado como inexistente na língua oficial do país por contrariar regras gramaticais consolidadas e propor o rompimento com o que está estabelecido há séculos. Nesse momento, cabe destacar que a redação do decreto apresenta uma situação que se mostra contrária ao que se entende como regra relacionada à norma-padrão da língua portuguesa, ao não seguir um parâmetro de concordância verbal no trecho "Nos ambientes formais de ensino, fica vedado o emprego em documentos oficiais de *linguagem que*, contrariando as regras gramaticais da

[9] Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/738299-projeto-proibe-nome-estrangeiro-para-empresa-brasileira/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

[10] Disponível em <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/educacao-noticias/governo-do-estado-edita-decreto-para-a-obrigatoriedade-do-uso-da-norma-culta-da-lingua-portuguesa>. Acesso em: 16 jun. 2021.

língua portuguesa, *pretendam* se referir a gênero neutro." Percebe-se, com isso, que a redação do decreto falha justo no que condena: o não atendimento às determinações da gramática normativa.

Já no ano de 2022, o deputado estadual por São Paulo, Frederico d'Avila, filiado ao Partido Liberal (PL), apresentou o projeto de lei nº 174/2022 (v. anexo 3) que se concentra na mesma linha de pensamento das propostas anteriores, o qual propõe a obrigatoriedade do estudo da língua portuguesa de acordo com a norma culta constante do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP – e da gramática elaborada nos termos do último Acordo Ortográfico ratificado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Além disso, tal projeto veda o uso da linguagem neutra ou de qualquer forma de ortografia ou linguagem que modifique a norma culta da língua portuguesa, na forma escrita ou verbal, e prevê uma multa à instituição de ensino que não cumprir o que está disposto no texto do projeto.

Os episódios citados exemplificam um suposto temor que se tem com a não garantia da permanência daquilo que se tem como referência de estabilidade, de unidade e de organização, seja por meio de da criação de um projeto de lei que iniba supostas interferências a essa estabilidade, como foi proposto pelo deputado Aldo Rebelo, e de críticas severas a um livro que propõe a análise de várias manifestações linguísticas – como demonstrado pelo jornalista citado por Baronas e Cox (2013) –, seja por meio de propostas e de decisões políticas mais recentes, como as apresentadas por José Airton Félix Cirilo, Ana Caroline Campagnolo e Frederico d'Avila.

Estabelecendo um paralelismo com Bauman (2017a), é possível comentar que esses movimentos que visam limitar os usos das línguas parecem constituir reações à fraqueza e ao medo do estranho/estrangeiro, pois este "lembra a fragilidade e a deterioração de nossas próprias raízes" (BAUMAN, 2017a, p. 65) e, como a língua é uma dessas raízes, é essencial que ela não seja mudada ou deturpada, nem que para isso seja necessário "erguer barricadas para manter a distância as forças do mundo moderno" e garantir a defesa "contra ameaças reais ou imaginárias" (BAUMAN, 2017a, p. 64).

Sendo assim, os episódios mencionados sugerem que propostas de mudanças em relação ao que está estabelecido são percebidas como medidas que desconsideram o passado como "patrimônio"[11] a ser preservado e a ser respeitado, porém, a meu ver, não se trata disso. O que

[11] É preciso reconhecer que o conceito de patrimônio recebe diversos significados dependendo de quem o emprega. No caso desse texto, essa palavra está sendo usada como "uma construção social, resultado de um processo histórico que surgiu no início da Modernidade, uma categoria eminentemente ocidental e que acompanha a história dessa civilização. Não é algo natural, nem eterno, nem estático. Essa significação foi produzida paulatinamente na

temos em frente é simplesmente a adequação da compreensão formal da língua à configuração linguística evidenciada na atualidade, o que ainda é considerado por muitos como ameaça à tradição linguística, situação que fomenta e reafirma como essenciais posturas nostálgicas.

Nostalgia restauradora é o nome dado por Boym (2017) à necessidade de reconstrução da suposta "terra perdida", da retomada e/ou manutenção de elementos que se apresentam como verdade e tradição e da proteção de uma suposta verdade absoluta que circunda todos os aspectos da vida, o que inclui também a língua. Para Boym (2017), a nostalgia restauradora ama símbolos – como a língua nacional, ressalto – e está no cerne do reavivamento nacional recente, além de apresentar dois enredos principais: o retorno às origens e a conspiração. A nostalgia desse tipo trata de valores universais como pátria e verdade, entre os quais a língua nacional se faz presente. Diante de tal discussão, podem surgir perguntas relacionadas a como posturas semelhantes a essas conseguem se manter vivas em um cenário de constante modificação, integração e inovação resultantes do mundo globalizado. A resposta a esta pergunta pode ser dada parafraseando Boym (2017): "quanto mais rápidos e devastadores os ritmos e as escalas da modernização, tanto mais conservadoras e imutáveis tendem a ser as tradições" e "quanto mais decisiva a retórica de continuidade com o passado histórico e a ênfase em valores tradicionais, tanto mais o passado é comumente apresentado de forma seletiva".

Considerando que restaurar remete a reestabelecimento, Boym (2017) afirma que a nostalgia restauradora significa o retorno às origens, à harmonia original, o que pode se manifestar por meio de uma determinação paranoica de reconstrução da terra natal, de recriação da pátria perdida. Tal comportamento pode ser apresentado também mediante a retomada de comportamentos nacionalistas sob o pressuposto de reestabelecimento da coesão social – como se ela fosse possível –, o que traria, consequentemente, um sentimento de segurança.

Quanto ao segundo enredo principal da nostalgia restauradora, o da teoria da conspiração, é válido destacar que Boym (2017) associa essa visão a uma concepção simples entre o bem e o mal, que considera a existência de um inimigo que está cercando a casa e ameaça a sua segurança, o que exige uma atitude de defesa do lar. No campo da linguagem, podemos considerar que o inimigo que ameaça a estabilidade da língua seria a inclusão de elementos que não estejam relacionados ao que determinam os moldes da língua nacional, principalmente o reconhecimento como válidas e legítimas construções que não se aliam às determinações da gramática normativa.

configuração dos Estados modernos, ao defender a existência de uma herança pública a ser preservada para o futuro." (ZANIRATO, 2018, p. 10)

Toda essa discussão trazida por Boym, e considerando os episódios no campo da política que foram mencionados anteriormente, foi elaborada com a intenção de evidenciar um fenômeno que está sendo perceptível nos últimos anos: a defesa pública (principalmente nas redes sociais) da manutenção de certos aspectos normativos da língua e o rechaço a determinadas manifestações linguísticas da contemporaneidade que apresentam – na visão dos defensores dessa postura – características "ameaçadoras" à estabilidade e à pureza da língua entendida como nacional.

Partindo então da perspectiva de que as redes sociais estão sendo palco desse movimento, é preciso destacar as razões que me levaram a escolher uma dessas plataformas, no caso, o Facebook, como fonte dos textos que apresento neste trabalho. Para isso, recorro a Costa (2018), a qual destaca que as Redes Sociais Virtuais (RSV) são importantes ferramentas de propagação de mensagens e espaços de interação, o que permite que também sejam consideradas como canais para estudos científicos e empíricos, uma vez que tais plataformas permitem a observação de práticas individuais e coletivas. Além disso, a autora, ao considerar o ambiente virtual como parâmetro do comportamento humano, reforça a importância de a pesquisa científica acompanhar a evolução tecnológica e digital. Baseada nessa premissa e no reconhecimento de que o Facebook é a rede social mais acessada do mundo e uma das mais utilizadas no Brasil, com 116 milhões de contas ativas[12], entendo como a mais apropriada para o trabalho que aqui desenvolvo, pois se trata de um ambiente no qual não há uma restrição significativa de caracteres, como é o caso do Twitter, e as publicações não utilizam necessariamente de recursos como imagem e som para transmitir uma mensagem – apesar de, em alguns casos, os posts apresentarem tal característica –, como é o caso do Instagram e do Tik Tok. Então, por entender que os brasileiros passam em média 4 horas por dia conectados às redes sociais – entre elas o Facebook –, conforme relatório da We Are Social, agência de marketing digital, optei por trabalhar com esse espaço de interação e de propagação de mensagens, tendo em vista que ele permite a observação de práticas individuais que, a meu ver, evidenciam uma postura coletiva alinhada ao que aqui denomino como retrotopia linguística.

Antes de partir para outros esclarecimentos sobre esta pesquisa, é preciso evidenciar que é possível utilizar dados públicos das redes sociais on-line, como é o caso do Facebook, para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sem incorrer em falhas éticas. Tal afirmação está embasada em alguns documentos:

[12] Dados retirados do relatório de abril de 2022 produzido em parceria entre We Are Social e Hootsuite e disponível em: <https://www.slideshare.net/DataReportal/digital-2022-april-global-statshot-report-apr-2022-v01>. Acesso em: 18 jun. 2022

(1) O Facebook, em suas políticas de privacidade, esclarece que

> "Algo que é público pode ser visto por qualquer pessoa. Isso inclui pessoas que não fazem parte da sua lista de amigos, que não estão no Facebook e que usam mídias diferentes, como veículos impressos, de transmissão (por exemplo, televisão) e outros sites da internet" (FACEBOOK, 2022)

Ademais, deixa evidente que,

> "quando você escolhe compartilhar conteúdo com o Público (por exemplo, selecionando Público no seletor de público), consideramos isso uma informação pública. Se você compartilhar algo e não vir o seletor de público ou outra configuração de privacidade, essa informação também é pública."[13] (FACEBOOK, 2022)

(2) A Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual dispõe sobre a ética nas pesquisas nas Áreas das Ciências Humanas e Sociais, destaca a ausência de necessidade de registro e avaliação pelo sistema CEP/CONEP, pois define como "informações de acesso público":

> Art. 2.°, VI [...] dados que podem ser utilizados na produção de pesquisa e na transmissão de conhecimento e que se encontram disponíveis sem restrição ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, não estando sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso. Essas informações podem estar processadas, ou não, e contidas em qualquer meio, suporte e formato produzido ou gerido por órgãos públicos ou privados (CNS, 2016).

Logo, apoiando-me na percepção de que as Redes Sociais Virtuais podem contribuir para o enriquecimento de estudos na área da Linguística e que são ambientes que propiciam a oportunidade de manifestar determinados comportamentos e pontos de vista, utilizo publicações exclusivamente de acesso público disponibilizadas no Facebook – e sem a identificação dos autores – para evidenciar o que aqui proponho como retrotopia linguística, conceito que, a meu ver, destaca a postura de retorno e de manutenção de práticas linguísticas que consideram como legítimas apenas manifestações que garantam o respeito à modalidade formal da língua. Pensando nisso, apresento a seguir o que trabalharei ao longo desta tese.

Primeiro, recorro à definição de retrotopia, conforme apresentada por Bauman (2017b), com a intenção de alcançar o objetivo geral desta pesquisa, o qual busca

- Discutir acerca do movimento de retrotopia linguística para interpretá-lo em publicações feitas no ambiente virtual.

[13] Disponível em: <https://www.facebook.com/help/203805466323736/?helpref=uf_share>. Acesso em: 20 jul. 2022

Esse objetivo se estende em dois:

1) Associar o conceito de língua nacional ao de retrotopia para entender como ocorre o processo de retrotopia linguística.
2) Interpretar como esse processo se manifesta na produção de posts em redes sociais, em especial, no Facebook.

Logo, é possível pensar na seguinte pergunta de pesquisa:

- Como o movimento de retrotopia linguística é interpretado em posts publicados no Facebook?

Em relação à apresentação de dados, selecionei alguns posts extraídos de diversos perfis públicos do Facebook que, a meu ver, demonstram como o movimento de retrotopia linguística se manifesta na contemporaneidade. Para isso, recorro a 15 posts públicos que, na minha perspectiva, funcionam como sugestões do movimento de retrotopia e contribuem, assim, para a fundamentação desta pesquisa. A opção por essa quantidade de publicações se deve ao fato de que, com esse número, já é possível reconhecer os elementos que validam o meu posicionamento na tese e trazer mais exemplos acabaria saturando este trabalho, o que tornaria exaustiva a abordagem.

Em relação ao tipo de pesquisa utilizada para fundamentar este trabalho, cabe destacar que me apoio no entendimento de Moita Lopes (1994) sobre a pesquisa interpretativista. Antes de definir o que o autor considera a respeito disso, é necessário destacar que, para ele, "a linguagem possibilita a construção do mundo social e é a condição para que ele exista" (MOITA LOPES, 1994, p. 331) e, por ser assim, "os atores sociais atribuem significados a si mesmos, aos outros e aos contextos sociais em que vivem" (MOITA LOPES, 1994, p. 331), o que leva a afirmação de que o significado é construído socialmente e não se trata de do resultado de uma intenção individual, mas de intelegibilidade inter-individual. Sendo assim, a investigação na área das Ciências Sociais deve considerar que a linguagem está envolvida em questões relativas a poder, ideologia, história e subjetividade e, na posição interpretativista, não se pode ignorar a visão dos participantes do mundo social caso se pretenda investigá-lo, uma vez que contraria o posicionamento de que o mundo social existiria independentemente do homem e sustenta que o mundo social é tomado como existindo na dependência do homem. Ademais, o autor argumenta que "a procura pelo conhecimento absoluto e certo deva ser abandonada e

substituída por uma série infinita de interpretações do mundo" (MOITA LOPES, 1994, p. 336), as quais estão política e historicamente situadas.

Para estabelecer uma distinção entre as pesquisas positivista e interpretativista, Moita Lopes (1994) começa destacando que há uma tendência, dentro de estudos na área das Ciências Sociais, a privilegiar estudos de tradição positivista e a ignorar "formas inovadoras de investigação em Linguística Aplicada que, mesmo fazendo parte de uma tradição epistemológica diferente, podem ser reveladoras de conhecimento" (MOITA LOPES, 1994, p. 330). Tal tradição inovadora é o que o autor define como pesquisa interpretativista, a qual considera que os significados que caracterizam o mundo social são construídos pelo indivíduo, pelo pesquisador, quem interpreta e re-interpreta o mundo a sua volta, fazendo, assim, com que haja várias realidades possíveis, e não apenas uma, conforme defendido pela posição positivista que, em muitos momentos, é percebida como a única maneira legítima de produzir ciência e que, nas palavras do autor, busca o monopólio da chamada verdade científica (MOITA LOPES, 1994).

Na tradição positivista, as diversas variáveis do mundo social são passíveis de padronização, podendo, portanto, induzir a generalizações que promovem uma realidade distorcida, ou seja, construída pelos próprios procedimentos de investigação e que resultam em conclusões que não captam a multiplicidade de significados que o homem atribui ao mundo social ao constituí-lo, enquanto que, na posição interpretativista, os múltiplos significados que constituem as realidades só são passíveis de interpretação. Isso não significa que, nesta última perspectiva, não se pense em generalização, mas se trata de uma generalização construída intersubjetivamente, privilegiando a especificidade, o particular (MOITA LOPES, 1994), a qual considera que os indivíduos, na interação uns com os outros, constroem, destroem e reconstroem tais significados.

A partir dessa apresentação, entendo que minha esta pesquisa se associa ao que é entendido por Moita Lopes (1994) como pesquisa interpretativista, justamente por sugerir uma problematização sobre a autoridade intelectual da produção científica ao propor, a partir de uma específica posição sócio-histórica do pesquisador e do conceito de retrotopia apresentado inicialmente por Bauman (2017b) no campo político, um outro conceito, associando o original ao campo dos Estudos da Linguagem. Vale dizer que explicarei, em momento oportuno nesta tese, os argumentos que me levaram ao entendimento de que era possível fazer essa associação.

Além disso, considero que os posts aqui trabalhados se encaixam no que Ramalho e Resende (2011) definiram como dados de natureza informal, ou seja, construções que

“permitem acessar a maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e sobre as dos outros” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 93), uma vez que sua produção se associa mais ao impulso do momento, como é o caso de muitas publicações compartilhadas em redes sociais, como o Facebook.. Nesse ponto, esclarece-se as características de pesquisa documental atribuídas a esta pesquisa. Frente a isso, afirmo como importante destacar os procedimentos metodológicos que nortearam a construção deste trabalho.

Como argumento central desta tese, recorro ao conceito de retrotopia de Bauman (2017b) para justificar o posicionamento de que algumas publicações feitas e compartilhadas no Facebook apontam para um processo de revivificações de aspectos relacionados ao nacionalismo e sugerem a visão de que certos mitos e símbolos nacionais, como a língua nacional, devem ser preservados em busca de um cenário no qual a estabilidade e a unidade sejam constância, uma vez que manifestações que destoam desse princípio provocam caos e desestabilização, ou até mesmo provocam “uma verdadeira Babel”, conforme expressado em um dos posts que serão apresentados neste trabalho. Vale ressaltar que cada texto escolhido funciona como exemplo que pode sugerir o movimento de retrotopia linguística por meio de revivificações nacionais, em específico, a língua nacional.

Para esclarecer o que aqui destaco como língua nacional, cabe mencionar os estudos de Mignolo (2003), o qual argumenta que foi no início do período moderno colonial – aproximadamente entre 1500-1700 – que a forma de marcar domínio se modificou e passou a ser consolidada por meio das línguas, denominando-as línguas nacionais, próprias dos territórios aos quais pertenciam. Essa nova forma de estabelecer fronteiras foi possível, em grande parte, pelo domínio das nações colonizadoras, pois, como forma de marcar possessão sobre determinado território, impunha-se a língua da nação colonizadora à colonizada. Atrelada à intenção de estabelecer domínio e posse e criar sentido, surgiu a necessidade da construção de comunidades imaginadas homogêneas, sem interferências exteriores, organizadas geopoliticamente e com fronteiras geográficas definidas. Construiu-se, então, a “crença de língua nacional, ligada a uma literatura nacional e que contribua, no domínio da língua, para a cultura nacional” (MIGNOLO, 2003, p. 299).

Como consequência desse pensamento, considera-se que língua nacional surgiu com a intenção de ser um dos símbolos que poderiam determinar fronteiras no mundo e, sendo assim, a língua nacional passou a ser entendida então como uma “entidade singular, um sistema essencialmente fechado, autônomo e diferente de outras línguas, atrelado a um território

geográfico específico, que possui uma língua comum, uma língua padrão" (ZOLIN-VESZ, 2015, p. 58). A partir do momento em que se estabeleceu uma língua nacional para determinado território, estabeleceu-se domínio sobre aquele lugar, deu-se um sentido a ele e marcou-se uma identidade a todos os seus moradores, aos pertencentes àquela comunidade e aos falantes daquela língua (nacional). Mignolo (2003), por sua vez, relacionou a consolidação das línguas nacionais ao seu surgimento "em cumplicidade com o Estado e com instituições que regulamentavam os usos e os abusos da língua" (MIGNOLO, 2003, p. 345). Por se tratar de algo estabelecido pelo Estado e pelo fato de o sujeito ser submisso a este, sua consolidação se estabeleceu. Ademais, atrelada à língua nacional estava a concepção de purismo linguístico, que, consequentemente, "se torna o centro do conceito de língua nacional – as variedades marginalizadas e as línguas minoritárias, que integram o território-nação, são consideradas negativas e potencialmente problemáticas, influências que corrompem a 'pureza' da língua-mãe" (ZOLIN-VESZ, 2015, p. 58)

Esclarecido esse ponto, cabe mencionar que, considerando que a língua nacional é um dos símbolos recuperados pelo movimento retrotópico, as publicações selecionadas para este trabalho contribuem, a meu ver, para a compreensão de como o movimento de retrotopia linguística se manifesta em postagens nas redes sociais, além de sugerirem o entendimento de que é recorrente o sentimento de retorno a aspectos que privilegiem comportamentos e posicionamentos já superados no contexto contemporâneo globalizado e com fronteiras porosas.

Tendo como sustentação o entendimento de que as publicações em redes sociais podem ser compreendidas como dados de natureza informal que contribuem para a construção de uma pesquisa de base interpretativista e assumindo-as como manifestações do movimento de retrotopia linguística, os posts apresentados nesta tese foram retirados de diversos perfis públicos armazenados no endereço <https://www.facebook.com/> , cuja identidade dos autores foi preservada.

Para a efetivação deste trabalho, procurei reunir publicações que apresentassem características que sugerem um movimento de retrotopia linguística baseado em revivificações nacionais, dando destaque à língua nacional – e suas regras gramaticais - como meio de recuperar ideias associadas ao nacionalismo como unidade e estabilidade, além de ela se manifestar como a única maneira de legítima manifestação dentro da língua. As publicações selecionadas para serem trabalhadas neste texto estarão dispostas ao longo da explicação que apresentarei sobre o conceito de retrotopia – como forma de exemplificar o que interpreto como

uma relação entre o post e a teoria que está sendo discutida – e no quadro que destaco a seguir. É importante frisar que observei inúmeras postagens que foram publicadas no Facebook ao longo de um período de vários meses, de janeiro de 2019 a maio de 2022, com a intenção de encontrar o que considero como publicações que retratam a retrotopia linguística.

A seguir, listo as publicações apresentadas neste trabalho.

Lista de posts que sugerem o movimento de retrotopia linguística

1	"Hora de preservar a 'Última Flor do Lácio, Inculta e Bela...'" Data de publicação: 24 de setembro de 2019
2	"Vamos valorizar a língua portuguesa! Pode parecer bobagem para alguns, mas usar tantos termos em inglês é parte de um pensamento colonizado (que finge que nome em inglês é mais chique e de melhor qualidade) e ainda exclui pessoas que não falam inglês." Data de publicação: 23 de janeiro de 2021
3	"Sempre peço aos amigos e colegas que valorizem a escrita aportuguesada sempre que possível. Há uma carrada de outros tão pouco usados: eslaide, chantili, drinque, fôlder, postagem, balé, tíquete, boxe... mesmo que aparentemente estranhas na forma de escrita, recorrer ao vocábulo da língua mãe é uma das formas de se valorizar a língua." Data de publicação: 23 de agosto de 2020
4	"Conhecer, respeitar, prezar e preservar a Língua Portuguesa também é um ato de cidadania." Data de publicação: 08 de março de 2022
5	"Valorizar a língua portuguesa falada e escrita em nosso País é preservar a identidade do brasileiro e celebrar aquilo de mais sagrado que existe numa nação soberana e amada!" Data de publicação: 13 de janeiro de 2020
6	"Nada contra as palavras utilizadas em outro idioma, mas se existe a grafia na língua portuguesa, por que dar preferência para o estrangeirismo? Não! Vamos valorizar a língua portuguesa! Assim como eles valorizam o idioma deles." Data de publicação: 04 de janeiro de 2021
7	"Não use "SALE" na sua loja ou comércio. Use: Liquidação" Não use "OFF", use desconto! Valorize a língua portuguesa! Americanizar nosso idioma? Para quê? Não seja 'RIDICULOUS'"

	Data de publicação: 18 de abril de 2022
8	“Deixem de ser BABACAS, metidos a Modernos e Descolados!... Utilizem a Língua Portuguesa! Afinal, vcs nunca serão considerados Pessoas Civilizadas do Primeiro Mundo só por TENTAREM PARECER ASSIM! Muito pelo contrário, rsrs... Chega a dar pena tanta imbecilidade travestida DE MODERNIDADE” Data de publicação: 23 de outubro de 2021
9	“Paremos com o etnocentrismo inverso, que é quando passamos a valorizar a cultura alheia em detrimento da desvalorização da nossa própria cultura. No Brasil isto ocorre com muita frequência em relação a linguagem. Vamos valorizar e ter mais orgulho da nossa língua portuguesa. Até porquê a língua é um dos quesitos que dá forma e característica a um povo/nação.” Data de publicação: 12 de janeiro de 2021
10	“Você recebe um comunicado da escola, e no comunicado tem escrito uma preposição nova: ‘dês de’. Aí você fica imaginando como a Educação do país dar certo?! Nem aqueles que ensinam têm domínio do idioma. Nós precisamos ser fluentes na nossa linguagem, é o mínimo que podemos fazer. Há tempos brigam para introduzir linguagens que nem existem, mas não brigam para que aprendam no mínimo a Norma Culta.” Data de publicação: 21 de maio de 2022
11	“Por acaso a língua pátria mudou e eu não fiquei sabendo? Que absurdo! A língua portuguesa não tem a ver com ideologias, é símbolo nacional! E, como instituição de ensino, a XXXXX[14] DEVE seguí-la e respeitá-la!” Data de publicação: 01 de fevereiro de 2022
12	“BOM DIA A TODOS é a forma correta da locução. TODOS é um pronome indefinido, plural e masculino, que se refere a todas as pessoas, sendo sinônimo de todos que estão alí. Vá estudar e respeitar a língua portuguesa e deixa de está inventando coisas com esta fuleragem de TODES OU TODXS. Já pensou eu falar: ‘Obrigado a TODES pela ajuda’. RESPEITO A DIVERSIDADE DE GÊNERO, SIM. AGORA, MODIFICAR A LÍNGUA PORTUGUESA POR SIMPLES BESTEIRA É DEMAIS, SOU TOTALMENTE CONTRA ISSO... A LÍNGUA PORTUGUESA NÃO PODE SER NEUTRA, A LÍNGUA PORTUGUESA É DE TODOS...” Data de publicação: 01 de maio de 2022
13	“Pode usar a cor que quiser, mas: MENINO diz obrigado MENINA diz obrigada”

[14] O nome da instituição de ensino foi suprimido para evitar uma possível identificação acerca da autoria do post.

	Data de publicação: 11 de janeiro de 2019
14	“A meu ver, a língua escrita tem especificidades que precisam ser respeitadas, sob a pena de a língua virar uma babel.” Data de publicação: 26 de dezembro de 2019
15	“Esse povo nem sabe que BEM-VINDO leva hífen, mas tenta mudar a língua portuguesa. Gênios.” Data de publicação: 19 de abril de 2022

Dito isso, reforço que serão destacados nesta pesquisa publicações nas redes sociais, em especial, o Facebook, as quais, no meu ponto de vista, demonstram um movimento de retrotopia linguística, uma vez que recorrem a revivificações nacionais e nacionalistas por meio de um retorno símbolos e mitos nacionais (BAUMAN, 2017b, p. 9), nesse caso, especificamente a língua nacional. Nesse ponto, cabe destacar que o título desta tese se refere a essa percepção de Bauman (2017b), tendo em vista que os textos escolhidos para comporem o corpus deste trabalho, por evidenciarem posturas de enaltecimento e de celebração da língua nacional (ZOLIN-VESZ; DOS SANTOS; CARDOSO, 2019), o que aqui nomeio de retrotopias linguísticas, configuram-se como, a meu ver, tais revivificações nacionais e nacionalistas.

A contribuição da Linguística Aplicada Indisciplinar para debates acerca da concepção de língua nacional

Antes de aprofundar ainda mais a discussão e chegar ao reconhecimento do que seria retrotopia e da sua importância para a criação do conceito que promovo, creio ser necessário estabelecer uma parada ao longo do caminho e entender como a Linguística Aplicada Indisciplinar contribui para debates acerca da concepção de língua nacional, justamente o que pretendo neste texto. Dito isso, é preciso entender que, dentro dos estudos linguísticos, há algum tempo, iniciou-se um movimento que questionava elementos do que se entende como ciência moderna, como a busca por referências clássicas, além de uma utópica neutralidade e objetividade. Esse movimento mostrou-se como ponto principal de transição entre essa ciência moderna e uma ciência trans ou indisciplinar que apresenta características opostas às mencionadas e que é conhecida atualmente como LA contemporânea.

Percebido esse movimento, Moita Lopes (2008) argumenta que a transdisciplinaridade da LA está no sentido de que ela atravessa fronteiras disciplinares e está sempre se

transformando, é uma ciência que pode buscar recursos e argumentos em outros campos da ciência além da Linguística. De acordo com o mesmo autor, "a perspectiva da indisciplinaridade em LA requer um nível alto de teorização inter/transdisciplinar (o que envolve ler em vários campos do conhecimento, participar de eventos em outras áreas, etc.)" (MOITA LOPES, 2008, p. 20). Dessa maneira, cabe dizer que a LA, a partir de sua indisciplinaridade, está se tornando "um espaço aberto com múltiplos centros" (MOITA LOPES, 2008, p. 20), isto é, a indisciplinaridade possibilita a pluricentralidade das pesquisas em LA. Ademais, essa característica sugere que não há um cânone para a LA, não há "santos" que devam ser incluídos nas pesquisas dessa área, tampouco se aceitam a determinação da existência de "igrejas" ou "caixinhas". Passa-se a entender, então, que os autores contemporâneos, mesmo os que não tenham ligação acadêmica ou teórica com a Linguística, também ajudam a entender as configurações linguísticas atuais. Isso demonstra que a pesquisa em LA se baseia em uma episteme e em autores não canônicos, não clássicos.

Para Moita Lopes (2004), devemos mudar nossas abordagens de compreender teórica e metodologicamente o mundo, uma vez que "nos localizamos nas fronteiras onde várias áreas de investigação se encontram" (MOITA LOPES, 2004, p. 165). Sendo assim, "a área de estudos da linguagem não deve permanecer isolada de outras Ciências Sociais e Humanas" (MOITA LOPES, 2004, p. 164), pois é preciso nos familiarizarmos com o que autores de outras áreas como sociólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores, por exemplo, estão estudando, uma vez que isso possibilita pensar mais adequadamente na linguagem em uso, o que é o principal foco da LA. Para esse autor, a LA demanda um hibridismo teórico-metodológico (MOITA LOPES, 2004). Vale ressaltar ainda que a LA começa interdisciplinar e, gradualmente, vai se tornando transdisciplinar até se configurar com o que entendemos hoje como uma LA Indisciplinar que considera abordagens híbridas em sua concepção teórico-metodológica. Logo, as pesquisas feitas em uma LA Indisciplinar abandonam a preocupação de se limitar à Linguística como um elemento teórico essencial, uma vez que a vê limitada devido às proporções alcançadas pelos problemas relacionados à linguagem aos quais nos enfrentamos hoje, e compreendem que outros vários campos do conhecimento também podem contribuir com a pesquisa em LA, pois possibilitam a ampliação da abordagem de um problema que estaria restrito à área da Linguística.

Além disso, as pesquisas em LA tendem a questionar certos eixos que sustentavam a perspectiva de uma "ciência legítima", aliada a isso, cabe retomar a afirmação de que a LA propõe uma transição em relação ao que se entendia como ciência moderna para uma ciência

trans/indisciplinar. Um desses eixos da ciência moderna que a LA começa a questionar é a ideia, ainda predominante em vários campos de estudo, de uma ciência neutra, objetiva, na qual o pesquisador precisa se afastar dos seus dados para que o resultado de sua análise seja o menos pessoal/posicionalizado possível. Em relação a isso, autores como Fabrício (2006), Moita Lopes (2004; 2006; 2008), Foucault (2004) e Silva (2015) nos ajudam a compreender esse questionamento.

A primeira autora argumenta que a LA sugere o posicionamento de que "nossas práticas discursivas não são neutras e envolvem escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, atravessadas por relações de poder, que provocam diferentes efeitos no mundo social" (FABRÍCIO, 2006, 48). Para o segundo autor, "o pesquisador está situado no mundo sociohistoricamente e é calcado em tal sociohistória que constrói e produz significados sobre o que estuda" (MOITA LOPES, 2004, p. 167), logo, o pesquisador começa a aparecer como um fator importante e essencial na pesquisa, ao contrário do que acontecia anteriormente, quando, por ser defendida uma suposta neutralidade, a posição do pesquisador era irrelevante. Na LA contemporânea, pluricêntrica e indisciplinar, isso poderia ser chamado de "posicionalidade" ou "situacionalidade", considerando que a verdade que o pesquisador aponta com os dados é uma verdade situada, é a verdade do próprio pesquisador sobre o objeto que ele apresenta e analisa. Dessa maneira, a verdade de que o resultado que a pesquisa aponta para um único caminho e resultado possíveis é contestada e considera-se que o olhar do pesquisador sobre o seu objeto é capaz de mudar o foco da pesquisa e determinante para seu resultado, isto é, a pesquisa deixa de ser objetiva e passa ser, acima de tudo, interpretativa.

Nessa perspectiva, as pesquisas feitas a partir do entendimento da LA contemporânea compreendem que o pesquisador é político e ideológico, portanto, ele escolhe a posição que vai tomar na análise dos dados. A própria análise é um posicionamento determinado, e o resultado dela passa a ser mais fruto da relação entre o pesquisador e a teoria do que simples reflexo da teoria. Nesse sentido, o que direciona a análise do pesquisador não é nem tanto a questão teórica, mas a relação a qual o pesquisador estabelece entre dados e teoria. Até porque a própria teoria tende a ser sempre um recorte do que se quer. É importante pensar que, quando a LA para de refletir apenas sobre ensino e começa a se propor a entender o mundo social e como as práticas linguísticas constroem esse mundo social, compreende-se que cada pesquisa é um recorte desse mundo social, um recorte de alguém que se posiciona e apresenta leituras/posicionamentos – sejam eles quais forem – desse mundo social, o essencial então passa a ser verificar como esses recortes dialogam com os dados interpretados na pesquisa. Em relação a Foucault (2004),

podemos recuperar a perspectiva de que é preciso desvincular o poder da verdade das formas hegemônicas e reconhecer que o pesquisador é alguém que ocupa uma posição específica, e isso possibilita a ele possuir uma especificidade que está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade e de legitimidade em nossas sociedades.

Consequentemente, de acordo com a visão da LA, percebe-se que se passa a ter então uma pesquisa cujos resultados não estão definidos, tudo depende do olhar do pesquisador e dos dados interpretados por ele. Com isso, a resposta à pergunta de pesquisa não está definida, ela depende – de igual maneira - do posicionamento do autor e dos dados interpretados e apresentados na pesquisa. A LA, portanto, permite uma maior inserção do pesquisador como autor de sua pesquisa, quando, em outras perspectivas, ele é apenas um meio pelo qual o resultado é apresentado, uma vez que esse resultado não depende exatamente dele, pois se considera que aquele mesmo objeto, naquela mesma perspectiva, deve levar a uma única e possível resposta, independentemente de quem seja o pesquisador responsável por analisar os dados e apresentar as conclusões. Nesse ponto, é importante ressaltar que, quando paramos de inserir os dados em uma certa "igreja" e de invocar seus "santos", o foco da pesquisa passa a ser como se monta a pesquisa, pois o resultado deixa de ser previsível para ser construído ao longo de todo o processo de pesquisa. Essa é uma das características principais das pesquisas em LA Indisciplinar.

De maneira a complementar a ideia de indisciplinaridade da LA, é preciso pensar que, para dar conta dos problemas, tenho de parar de pensar em um certo autor e em uma resposta predeterminada para passar a pensar em como o problema pode ser explicado. Esse tipo de abordagem faz com que a ideia de disciplina seja descartada, pois vai em direção contrária ao que a disciplinaridade determina. De acordo com Silva (2015), a pergunta que se encaixa nessa perspectiva de LA não deve ser "qual é a sua área?", mas "qual é o seu problema de pesquisa?". A pergunta não é "como os dados se encaixam nessa teoria?", mas "como você os mobiliza tendo em vista o problema apresentado?".

Logo, percebe-se que a LA Indisciplinar se mostra muito mais aberta e abrangente do que a ciência moderna. Por esse motivo, e tendo em vista as maiores possibilidades de abordagem oferecidas pela LA Indisciplinar, de acordo com Moita Lopes (2004), devemos alargar os horizontes da pesquisa em LA, deixar a mesmidade confortável e questionar nossas "verdades" para que possamos "atravessar os limites dos programas e dos departamentos, ainda que muitos prefiram trabalhar com base em teorizações que dão conta de um mundo simplificado" (MOITA LOPES, 2004, p. 166).

Com os argumentos expostos nesta seção, conclui-se que a Linguística Aplicada é "menos uma disciplina do que uma área de investigação (ou INdisciplina) aplicada para onde convergem pesquisadores de diferentes orientações teóricas e 'disciplinares'" e que já possui grande relevância em pesquisas que se propõem a extrapolar o pré-estabelecido, mas, devido à forte influência que os moldes da ciência moderna ainda exercem sobre algumas pesquisas na área de estudos linguísticos, a LA "continua esperando mais condições propícias para sua replicação e disseminação" (SILVA, 2015, p. 365). Apesar dessa espera por maior replicação e disseminação, várias pesquisas que demonstram as novas perspectivas em Linguística Aplicada foram e estão sendo construídas.

Sendo assim, e considerando a grande incidência de discussões sobre as mudanças que a área de Linguística Aplicada (LA) vem sofrendo para se adequar ao que hoje conhecemos como tal, cabe destacar que este trabalho se insere no viés da Linguística Aplicada Indisciplinar, visto que essa área de estudo propõe questionar visões cristalizadas e tradicionais sobre o que é produzir conhecimentos nos campos dos estudos linguísticos e possui a intenção de "criar intelegibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central" (MOITA LOPES, 2006, p. 14) - o que caminha de acordo com o que proponho neste trabalho -, além de questionar elementos do que se entende como ciência moderna, como a busca por referências clássicas e as utópicas neutralidade e objetividade, além de seguir religiosamente estruturas definidas como as mais adequadas dentro de um trabalho acadêmico.

Por esse motivo, destaco que esta pesquisa não se encaixa nos moldes de uma pesquisa canônica, tendo em vista que opto por apresentar os procedimentos metodológicos ainda nas considerações iniciais da tese e, a um só tempo, apresento o conceito que proponho e acrescento publicações como exemplos do que, a meu ver, pode ser entendido como manifestação de retrotopia linguística. Optei por essa escolha justamente por acreditar ser mais benéfico indicar primeiro o caminho pelo qual segui para depois percorrê-lo e, apesar de reconhecer que, como diria Moita Lopes (2004), "para muitos que estão agindo dentro dos limites disciplinares, tal ousadia causa um certo mal-estar" (MOITA LOPES, 2004, p. 160), entendo que esse é um caminho válido considerando que pretendo não forçar uma ruptura de sentido dentro da minha abordagem, mas propor um outro entendimento, uma outra perspectiva sobre o que é pesquisa científica e mudar a forma de criar conhecimento. Ademais, defendo que essa pesquisa é necessária, pois busca dialogar com as mais variadas teorias que estão atravessando o campo das humanidades e das ciências sociais e não se centraliza em apenas uma teoria ou disciplina, assim como não segue um molde de construção, uma vez que se trata de uma pesquisa sensível

à interpretação de uma pesquisadora irremediavelmente vinculada a uma socio-história específica.

Dito isso, reforço que, para entender a abordagem trabalhada nesta pesquisa, parto da ideia de prática linguística, ou seja, de língua não mais sendo pensada como isolada do meio social, mas no meio social, produzindo sentidos e produzindo o próprio meio social. Além disso, passo a pensar a compreensão do objeto a partir de ideias de várias áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Geografia e a História, por exemplo. O que esse posicionamento sugere é o entendimento de que a LA Indisciplinar atravessa fronteiras disciplinares e está sempre se transformando, tendo em vista que se trata de uma ciência que pode buscar recursos e argumentos em outros campos da ciência além da Linguística.

De acordo com Moita Lopes (2008), "a perspectiva da indisciplinaridade em LA requer um nível alto de teorização inter/transdisciplinar (o que envolve ler em vários campos do conhecimento, participar de eventos em outras áreas etc.)" (MOITA LOPES, 2008, p. 20). Dessa maneira, cabe dizer que a LA, a partir de sua indisciplinaridade, está se tornando "um espaço aberto com múltiplos centros" (MOITA LOPES, 2008, p. 20), isto é, a indisciplinaridade possibilita a pluricentralidade das pesquisas em LA. Essa característica sugere que não há um cânone para a LA, não há "santos" que devam – obrigatoriamente – ser incluídos nas pesquisas dessa área, tampouco se aceita a determinação da existência de "igrejas" ou "caixinhas", núcleos que podem limitar a percepção sobre determinado objeto. Nessa perspectiva, passa-se a entender, então, que os autores contemporâneos, mesmo os que não tenham ligação acadêmica ou teórica com a Linguística, também ajudam a entender as configurações linguísticas atuais. Isso demonstra que a pesquisa em LA se baseia em uma episteme e em autores não canônicos, não clássicos, em contraposição a áreas do conhecimento que consideram como legítimos apenas trabalhos que façam menção a autores clássicos. Como autora desta pesquisa, preciso enfatizar que o fato de eu estar inserida na perspectiva da Linguística Aplicada Indisciplinar não significa a anulação ou o apagamento da legitimidade de teóricos que fazem parte do cânone, significa apenas que opto por entender que, além dos clássicos, outros autores de diversas áreas do conhecimento podem contribuir para a construção de um trabalho científico.

Ao afirmar isso, reconheço a importância do que destacou Moita Lopes (2014) ao destacar que devemos mudar nossas abordagens de compreender teórica e metodologicamente o mundo e entender que "a área de estudos da linguagem não deve permanecer isolada de outras Ciências Sociais e Humanas" (MOITA LOPES, 2004, p. 164), pois é preciso nos familiarizarmos com o que autores como sociólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores,

por exemplo, estão estudando, uma vez que isso possibilita pensar mais adequadamente na linguagem em uso, que é o principal foco da LA. Por esse motivo é que, para auxiliar o entendimento da proposta desta tese, além dos autores que se associam à linguística, utilizo autores oriundos da Sociologia, como Zygmunt Bauman, da Filosofia, como Thomas Hobbes e Thomas More, da História, como Rutger Bregman e Durval Muniz de Albuquerque Jr.

Logo, cabe dizer que, dentro da visão da Linguística Aplicada Indisciplinar, trazer outros elementos e autores de variadas áreas do conhecimento possibilita ampliar o escopo de pesquisas e leituras que formam o conhecimento sobre diversos aspectos que envolvem o meio social. Resumidamente, acredito que as pesquisas feitas em uma LA Indisciplinar compreendem que outros vários campos do conhecimento também podem contribuir com a pesquisa em LA, pois possibilitam a ampliação da abordagem de um problema que, caso contrário, estaria restrito à área da Linguística.

Organização da tese

Esta parte inicial do trabalho foi desenvolvida com a intenção de apresentar a justificativa e os objetivos que fundamentaram esta pesquisa e motivaram a sua criação e buscou demonstrar o referencial e os procedimentos metodológicos utilizados para a construção desta tese. Além das considerações iniciais, este trabalho está composto por dois capítulos e as considerações finais, momento último no qual apresento minhas conclusões em relação ao assunto abordado.

No primeiro capítulo, denominado "Nem recente nem ultrapassada, recorrente", apresento uma revisão bibliográfica do conceito de língua nacional, a partir dos estudos de Freire[15] (1920), passando por Mignolo (2003) e Zolin-Vesz (2015), Di Renzo (2012), Cervo (2014) e Branco (2015), com a intenção de reforçar o argumento de que discussões sobre esse conceito são feitas há muito tempo e, mesmo com as mudanças ocorridas no âmbito da linguagem, elas continuam motivando debates e estudos ainda na contemporaneidade. Nesse mesmo capítulo, apresento a abordagem de Albuquerque Jr. (2016) sobre a relação entre a língua nacional, a ideia de nação e episódios de xenofobia e intolerância para evidenciar que, apesar de o trabalho desse autor não estar inserido no campo da linguagem, essa discussão

[15] Vale ressaltar que, nesse momento, estou me referindo a Laudelino Freire, importante filólogo brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras, e a seu texto "A defesa da língua nacional", enunciado em 1920.

ultrapassa tal barreira e se mostra relevante para a construção do conhecimento sobre a língua nacional.

O segundo capítulo, o qual intitulei "De retrotopia à retrotopia linguística", está voltado, a um só tempo, ao atendimento dos objetivos desta pesquisa: (1) Associar o conceito de língua nacional ao de retrotopia para entender como ocorre o processo de retrotopia linguística; (2) Interpretar como esse processo se manifesta na produção de posts em redes sociais, em especial, no Facebook; e à resposta à pergunta de pesquisa: Como o movimento de retrotopia linguística é interpretado na construção de posts publicados no Facebook? Em um primeiro momento, recorro à apresentação do referencial teórico partindo da noção de retrotopia, conceito cunhado por Bauman (2017b), visto que o entendimento em torno desse termo é o que fundamenta toda a discussão que busco promover neste trabalho. Logo, com a intenção de aprofundar o entendimento do conceito que entendo como eixo central desta tese, discorro sobre a Utopia de More (2017) e sua estreita relação com a ideia de retrotopia. Com a intenção de trazer para uma perspectiva contemporânea a relação entre retrotopia e utopia, acudo ao entendimento de Bregman (2017) que, mediante a apresentação de fenômenos atuais, sugere que essas circunstâncias podem ser entendidas como retrotopia. Após apresentar a postura de Bregman (2017), parto para a explicação de como os moldes que fundamentam a relação Estado-Nação/Nacionalismo/Língua Nacional se relacionam com o sentimento retrotópico e associo essas características ao Leviatã descrito por Hobbes (2012). Como última parte do capítulo, parto para o desenvolvimento da noção de retrotopia linguística, conceito central desta tese, e para a demonstração da recorrência desse movimento em publicações disponibilizadas no Facebook. O objetivo desse capítulo é estabelecer um percurso apresentando os principais argumentos e teorias que fazem possível a definição de retrotopia linguística que busquei esclarecer neste trabalho e exemplificar situações que, a partir da minha visão sobre a questão, evidenciam o movimento retrotópico.

Para finalizar este trabalho, nas Considerações finais, nome dado à última parte do trabalho, apresento as minhas conclusões e evidencio quais são as limitações do meu trabalho.

CAPÍTULO 1
NEM RECENTE NEM ULTRAPASSADA, RECORRENTE

Neste capítulo, apresento uma revisão bibliográfica do conceito de língua nacional, a partir dos estudos de Freire (1920), com a intenção de demonstrar que a discussão que circunda o entendimento acerca dela não é recente, visto que posturas difundidas há 100 anos já chamavam a atenção para fenômenos que permanecem presentes na contemporaneidade, a exemplo de questões afirmadoras sobre a estabilidade da língua nacional, além, é claro, da sua consideração como legítima, nem ultrapassada, momento no qual recorro a outros autores associados à área dos estudos da linguagem, tais como Mignolo (2003), relacionando suas ideias com os estudos de Zolin-Vesz (2015), e Di Renzo (2012) para apresentar como, nas últimas décadas, essa temática é motivo para a produção de diversos trabalhos que visam discutir aspectos relacionados à língua nacional e como, ainda na época do Iluminismo, as instituições de ensino se configuraram como lugares de legitimação dessa língua, o que acabou servindo como base para muitos dos entendimentos que se tem hoje, principalmente dentro da academia, como argumentam Zolin-Vesz e Jesus (2019) ao destacarem o currículo do curso de Letras como um defensor/privilegiador do paradigma monolíngue[16].

Voltando a centralizar a discussão no campo dos estudos da linguagem, pode-se perceber que o debate sobre o conceito de língua nacional se mostra relevante, recorrente e presente, influenciando trabalhos de autores como Cervo (2014) e Branco (2015), divulgados em edições especiais de periódicos acadêmicos que se dedicaram a trabalhar essa temática. Logo, é preciso considerar esses estudos para maior aprofundamento da discussão e para o reconhecimento de que a noção de língua nacional ainda se apresenta como importante tema a ser trabalhado dentro da academia, tanto é que, nos últimos anos, muitas publicações foram feitas a esse respeito e, com este trabalho, pretendo deixar a minha contribuição para o debate.

Em seguida, discorro sobre autores como Albuquerque Jr. (2016) que estão inseridos em áreas que não se dedicam a estudos exclusivamente sobre a língua, como a História, com o intuito de trabalhar como a discussão sobre língua nacional ultrapassa as fronteiras da linguagem e ganha força nas mais diversas áreas do conhecimento. Por último, baseio-me nos estudos de Moita Lopes (2004; 2006; 2008) para reforçar o que já foi destacado nas considerações iniciais deste trabalho e retomar que, apesar de muitos estudos terem sido

[16] De acordo com Santos (2017), paradigma monolíngue é a noção de que existe uma língua (nacional) – que é própria de um território e de uma comunidade, que marca sua identidade e é regida por uma gramática normativa "pura", o que a torna diferente e separada de outras línguas.

produzidos sobre essa temática ao longo dos anos, escolhi trabalhá-la a partir da perspectiva da Linguística Aplicada Indisciplinar, para propor a ideia de retrotopia linguística, utilizando um conceito empregado inicialmente por Bauman (2017b), na Sociologia, para buscar entender como a língua nacional continua sendo alvo de discussão e como o debate sobre ela ainda é recorrente. Como apoio para a defesa desse ponto de vista, recorro também a argumentos de autores como Foucault (2004), Fabricio (2006) e Silva (2015).

1.1 Discussões em torno do conceito de língua nacional

> *Entre os elementos orgânicos de uma nação, é o idioma a revelação mais eloquente do espírito de nacionalidade e, do mesmo passo, o vínculo mais forte de união nacional (FREIRE, 1920).*

Percebe-se, há tempos, diversas pesquisas e discussões que envolvem o conceito de língua nacional e sua defesa. Entre elas, destaca-se o texto "A defesa da língua nacional", do importante filólogo brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras Laudelino Freire (1920), proferido em uma conferência realizada no dia 10 de abril de 1920, no Salão Nobre da Biblioteca Nacional, que busca refletir sobre o que seria a língua nacional, além de destacar as características que devem garantir que ela não seja deturpada ou corrompida.

Para o autor, a língua nacional se apresenta como o mais forte vínculo de união nacional e o dever de conservá-la ganha ainda mais força quando se percebe a ocorrência de fatores que podem potencializar a sua corrupção. Nas palavras de Freire (1920), são inumeráveis os "elementos perturbadores e dissolventes que fazem periclitar a homogeneidade idiomática", por isso, é preciso pensar em sua preservação. Tal afirmação evidencia a preocupação de Freire (1920) com a permanência de valores que confirmem a estabilidade da língua, com a sua importância como patrimônio de um povo e com a não submissão dela ao perigo de, ainda nas palavras do autor, fazer com que "o empenho para tornar [a língua] mais nacional, mais estimada, mais pura e mais vernácula" seja em vão.

Ainda nessa linha, Freire (1920) defende a postura de que, apesar de o Brasil ter herdado a língua de Portugal, após quatro séculos, não caberia mais dizer que a língua usada no território brasileiro não tivesse passado por uma emancipação e apresentado características cada vez mais nacionais, confirmando assim a necessidade de reconhecimento de uma língua própria do Brasil e não mais indissociável de seu lugar de origem. Com a intenção de reforçar o seu ponto de vista, Freire (1920) destaca que "a primeira defesa do idioma está no reconhecimento obfirmado

desta verdade: cada povo com a sua língua", o que reforça a ideia de manutenção de valores e sugere o entendimento de que a língua deve ser vista como patrimônio de um povo e, por esse motivo, carente de zelo e de autonomia. No que diz respeito ao Brasil, essa autonomia deveria ser entendida como a liberdade de não sermos mais considerados colônia de ninguém, principalmente e especificamente no âmbito da língua.

Além de defender o português do Brasil como uma língua vernácula, associada de maneira indiscutível ao seu povo, o filólogo brasileiro critica o comportamento de alguns autores, como Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho e Gonçalves Viana, linguistas e filólogos portugueses, que vincularam a língua usada no Brasil a um dialeto português. Freire (1920) rechaça esse pensamento e afirma que essa postura reflete apenas a tentativa de considerar a língua "de Portugal" como superior à do Brasil. Tal supremacia, nas palavras do autor, não existe, uma vez que a língua brasileira não apresenta diferenças sintáticas relevantes em relação à língua de Portugal que justificariam o falar utilizado no Brasil como dialeto. Acrescenta ainda que é utilizado o argumento de que certas diferenças, como usar a próclise no lugar da ênclise - uma das mais reconhecidas características divergentes entre o português usado no Brasil e o usado em Portugal – não se configuram como fatores de particularização da linguagem, apenas são uma simples questão de eufonia ou simplesmente meras diferenças fonéticas. Vale destacar que, para o autor, comparar a língua falada no Brasil a um dialeto seria associá-la a "uma forma de 'relaxação e de desprezo da gramática e do gosto', seria forma de inelegância, obscuridade e deturpação do sabor clássico", isto é, seria considerar que os brasileiros falavam uma língua inculta, o que se mostra como um grande problema para Freire (1920). Portanto, entende-se que essa compreensão caminha no sentido que deveria haver uma distinção entre a língua nacional do Brasil e a língua nacional de Portugal, mas, de nenhuma maneira, essa divergência deveria colocar uma como superior à outra, afinal, vale repetir: cada povo com a sua língua.

Freire (1920) ainda critica o fato de que, para ele, os portugueses não pretendem que os brasileiros falemos uma língua literária e culta, pois, com a percepção de que falamos um dialeto português, ou até mesmo uma língua inculta, deselegante e deturpada do sabor clássico, o que se assemelharia a um falar regional e corrupto, os lusitanos buscam apenas classificar ou rotular que a língua em uso no Brasil seja vista como dependente e colocada em plano inferior à deles, o que, obviamente, deve ser rejeitado e considerado até mesmo como depreciativo. Quando colocadas em questão as diferenças fonéticas entre o português lusitano e o brasileiro, Freire (1920) chama a atenção para o fato de que essas dessemelhanças "se limitam, por mera influência climatológica e desatenção à lei do menor esforço, a fazermos soar as vogais com

maior vigor e em acentuarmos sílabas subordinadas que, em geral, o português omite", fatores que não seriam minimamente relevantes para a classificação da língua brasileira como inferior ou dialeto. Sendo assim, qualquer postura que tenha como intenção defender essa ideia não deve ser considerada principalmente pelos brasileiros, guardiões e defensores da língua e da pureza e da legitimidade dela.

Ainda em defesa da estabilidade e da pureza da língua nacional, Freire (1920) argumenta que a ortografia não é coisa que se reforme, afinal, isso é o que dá legitimidade ao idioma. Na perspectiva dele, a ortografia deve ser estudada, esclarecida e uniformizada quando se percebam casos controversos, mas não alterada radicalmente, principalmente mediante decretos ou por meio dos hoje conhecidos como Acordos Ortográficos. Sobre isso, é relevante pontuar a seguinte postura de Freire (1920, s/n):

> Procurar o padrão da uniformidade gráfica em exclusivos princípios ortoépicos é destruir os monumentos da língua e da literatura; é gerar a homofonia, fenômeno perturbador da linguagem; é criar a dificuldade da homografia, e com esta a confusão, pelo processo da destruição de elementos etimônicos das palavras; é não raro destruir a figura dos afixos, elementos necessários para o estudo da palavra, para a inteligência da língua, para o verdadeiro conhecimento dos valores das formas simples e compostas, pondo-nos na ignorância de sua genuína significação; é reduzir o vocabulário e, por fim, atentar contra a estética do idioma, enchendo a linguagem de formas ilegítimas e extravagantes. Procurá-lo, no entanto, segundo o processo de uma simplificação racional, que firme por modelo a grafia consentânea com o uso e a etimologia, seguindo-a nas suas mudanças naturais, é decerto tender para instituir "sem inúteis abalos, o desejado escopo da unidade ortográfica".

É importante destacar que o autor reconhece possíveis alterações na língua que venham a ser proporcionadas pelo tempo e pela ação do uso, mas ainda se mantém firme na ideia de que, mesmo aceitando essas alterações, tais modificações devem se ater aos laços de origem, de unidade, reforçando a ideia de que a estabilidade da língua, apesar de tudo, deve ser considerada e preservada. Afinal, a língua nacional possui uma "feição tradicional, legítima e legitimada, [...] vinculada indissoluvelmente aos elementos genitores, que a produziram". Com isso, percebe-se que a postura de Freire (1920) reflete o argumento de que a língua utilizada no Brasil precisa reconhecer sua origem lusitana, o que sugere a unidade da língua portuguesa, mas, nem por isso, deve ser inferiorizada ou simplificada. Afinal, quando se reconhece uma língua como própria de um povo, sendo respeitada a sua origem, compreende-se, consequentemente, a sua legitimidade e estabilidade, pensamento que, segundo Freire (1920) deveria nortear os defensores da língua nacional.

A título de informação, cabe destacar que a postura de defesa da língua nacional e de não distinção relevante entre o português brasileiro e o lusitano foi evidenciada por Laudelino Freire, em seu "O Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa", no qual optou por

não registrar como brasileirismos certos termos, pois acreditava que um dicionário feito para brasileiros não deveria ter como objetivos destacar os brasileirismos ou incluir regionalismos. Pode-se pensar que essa foi uma decisão que visava à defesa de uma língua sem marcações de termos que poderiam ser considerados como inferiores em relação aos termos já consagrados em berço português ou que pudesse sugerir uma suposta deslegitimidade de elementos linguísticos usados no Brasil.

A partir da postura de Freire (1920) e de textos como o "A defesa da língua nacional", o qual utilizo para a introdução da discussão que pretendo, é possível apontar que os debates sobre o conceito de língua nacional, sobre sua legitimidade e estabilidade não se limitam à contemporaneidade, uma vez que, há mais de 100 anos, essa já era uma importante pauta de argumentação, ou seja, pode-se sugerir que certos debates em torno desse assunto reverberam há muitos anos e, mesmo com o passar do tempo, voltam a ganhar força nas pesquisas feitas no país, apesar das constantes mudanças pelas quais a sociedade enfrenta, principalmente em relação à língua, o que reverbera, incontestavelmente, nas práticas linguísticas produzidas na atualidade. Tal reincidência – ou constância no debate – reforça a importância do estudo sobre os principais fatores que influenciam essas discussões, o que torna importante destacar, no texto de Freire (1920), a recorrência de termos como unidade e legitimidade, pois essas menções serão importantes para a associação entre ele e os trabalhos que comento a seguir.

Levando essa discussão mais adiante, e apenas para introduzir a ideia discutida em outros trabalhos, temos o estudo de Mignolo (2003), o qual argumenta que foi no início do período moderno colonial – aproximadamente entre 1500-1700 – que a forma de marcar domínio se modificou e passou a ser consolidada por meio das línguas, denominando-as línguas nacionais, próprias dos territórios aos quais pertenciam. Essa nova forma de estabelecer fronteiras foi possível, em grande parte, pelo domínio das nações colonizadoras, pois, como forma de marcar possessão sobre determinado território, impunha-se a língua da nação colonizadora à colonizada.

Atrelada à intenção de estabelecer domínio e posse e criar sentido, surgiu a necessidade da construção de comunidades imaginadas homogêneas, sem interferências exteriores, organizadas geopoliticamente e com fronteiras geográficas definidas. A partir disso, constrói-se, então, a "crença de língua nacional, ligada a uma literatura nacional e que contribua, no domínio da língua, para a cultura nacional" (MIGNOLO, 2003, p. 299). Como consequência desse pensamento, considera-se que língua nacional surgiu com a intenção de ser um dos símbolos que poderiam determinar fronteiras no mundo.

Considerando esses argumentos, e estabelecendo um paralelo com outro autor da área dos estudos da linguagem, Zolin-Vesz (2015), a língua nacional passou a ser entendida então como uma "entidade singular, um sistema essencialmente fechado, autônomo e diferente de outras línguas, atrelado a um território geográfico específico, que possui uma língua comum, uma língua padrão" (ZOLIN-VESZ, 2015, p. 58). A partir do momento em que se estabeleceu uma língua nacional para determinado território, estabeleceu-se domínio sobre aquele lugar, deu-se um sentido a ele e marcou-se uma identidade a todos os seus moradores, aos pertencentes àquela comunidade e aos falantes daquela língua (nacional).

Mignolo (2003), por sua vez, relacionou a consolidação das línguas nacionais ao seu surgimento "em cumplicidade com o Estado e com instituições que regulamentavam os usos e os abusos da língua" (MIGNOLO, 2003, p. 345). Por se tratar de algo estabelecido pelo Estado e pelo fato de o sujeito ser submisso a este, sua consolidação se estabeleceu. Ademais, atrelada à língua nacional estava a concepção de purismo linguístico, que, consequentemente, "se torna o centro do conceito de língua nacional – as variedades marginalizadas e as línguas minoritárias, que integram o território-nação, são consideradas negativas e potencialmente problemáticas, influências que corrompem a 'pureza' da língua-mãe" (ZOLIN-VESZ, 2015, p. 58).

Mais uma vez, percebe-se que a discussão sobre o conceito de língua nacional perdura e fomenta a criação de trabalhos na área dos estudos da linguagem.

Por sua vez, Di Renzo (2012) é uma das autoras que também se dedicou a trabalhar o conceito de língua nacional. Para ela,

> a língua nacional é elemento fundamental da construção da ideia de nação. E, justamente pela ideia de nação, tem-se a construção da cidadania que, por sua vez, se dá por processos de identificação. Logo, pode-se dizer que a questão da língua afeta necessariamente as relações com o Estado e vice-versa, produzindo sujeitos e políticas que procuram, cada vez mais, legitimá-lo, visando a construção da unidade em um determinado modelo de sociedade (DI RENZO, 2012, p. 53).

A partir dessa definição, entende-se que, na perspectiva da autora, o entendimento sobre língua nacional não pode ser dissociado das ideias de nação, cidadania, nacionalidade e criação de políticas de línguas. Ademais, Di Renzo (2012) destaca que compreender como funcionam essas políticas "significa apreender, também, uma ética linguística que não somente define língua [...] como vai imprimir determinados tipos de relações [...] que aos poucos configuram a ideia de brasilidade" (DI RENZO, 2012, p. 54). Nesse ponto, percebe-se que a ideia de brasilidade se associa à de nacionalidade brasileira e, consequentemente, à de sujeito brasileiro/nacional.

É possível perceber, desde um princípio, a associação entre as ideias dessa autora e as de Freire (1920), uma vez que, nas duas perspectivas, é notável a associação entre a língua e quem estaria autorizado a falá-la. Enquanto Freire (1920) chama a atenção para a reafirmação da legitimidade da língua nacional, Di Renzo (2012) destaca a importância que as instituições de ensino tiveram em todo esse processo.

Sendo assim, na perspectiva de Di Renzo (2012), é importante considerar a forma como o saber sobre a língua se constituiu no Brasil e como esse mesmo saber culminou na constituição do sujeito nacional, especificamente, o cidadão brasileiro. Para essa autora, o surgimento das instituições escolares, no Brasil, foi fundamental para a consideração de que existem espaços legitimados para a formação desse cidadão, o que significa que as escolas passaram a ser entendidas como espaços autorizados para ensinar a língua nacional, o que, consequentemente, não poderia ocorrer fora dela. Sobre isso, ela destaca que é na escola que todo conhecimento sobre a língua é absorvido, afinal, trata-se do local de legitimação da língua (DI RENZO, 2012). Portanto, mais uma vez, percebe-se a tentativa de associar a formação do Estado brasileiro à instituição da língua nacional e da escola, "que tem como função criar o imaginário de cidadania e fazer nascer o sentimento de patriotismo, de nação, de língua, construindo uma nova unidade: a brasilidade" (DI RENZO, 2012, p. 54-55). Logo, aponta-se para um cenário de definição de moldes, conforme destacado por Freire (1920), e ambientes, de acordo com o trabalhado por Di Renzo (1920), que contribuam para a legitimação da língua.

Para justificar essa abordagem, Di Renzo (2012) propõe um recorrido histórico na tentativa de demonstrar como as escolas passaram a ter uma lógica estatal a partir da Renascença e teve como isso teve sua culminância no Iluminismo, momento no qual houve o fortalecimento dos estados nacionais. Com a intenção de destacar ainda mais a importância das escolas para a formação de sujeitos que engrandecem a nação, sendo a língua nacional um dos elementos que contribuem para esse engrandecimento, Di Renzo (1920) destaca que a educação passou a ter, como objetivos principais, o bem-estar individual, da família e do próprio Estado, o que se mostrava totalmente coerente com o posicionamento de que preparar homens por meio da educação, nos recém surgidos Colégios, seria, consequentemente, engrandecer a nação. Vale destacar que as escolas do Rio de Janeiro, especialmente o Colégio Pedro II, funcionavam como modelos a serem seguidos, justamente por conta da sua semelhança com modelos europeus de escola. Sendo assim, estar inserido em uma escola com os moldes dos Colégios do Rio de Janeiro significava estar dentro do imaginário de nação.

No que diz respeito aos moldes dos Colégios, a autora argumenta que essas instituições possuíam a característica de serem "grandes edifícios compostos de inúmeras capelas, situados em lugares arejados, com grandes alamedas e jardins, nos moldes da arquitetura romana". Nesses colégios, eram ensinadas disciplinas como humanidades, belas-artes, religião e ciências do bem-dizer, ademais, neles, o cidadão brasileiro passou a ser visto como produto da relação Estado/língua/sujeito. Cabe ressaltar que, de acordo com a autora,

> A construção de instrumentos linguísticos, pela sua divulgação, pela produção que vai elaborando, ao mesmo tempo em que institui uma política de língua, vai dando forma e identidade a um cidadão que se faz no entrecruzamento da construção do saber sobre a língua, o nascimento da escola e a constituição do sujeito nacional (DI RENZO, 2012, p. 56).

Essa informação da importância da escola em todo esse processo trazida por Di Renzo (2012) torna-se ainda mais relevante quando se analisa que

> a forma como se organiza a escola é a forma como se organiza a sociedade e os cidadãos, a construção de identidade e a vocação; ou seja, a escola vai preparando aqueles que estarão legitimados e autorizados a assumir cargos decisivos no país e aqueles que se constituem como *modelos* de língua, no caso, regional e de legitimidade nacional (DI RENZO, 2012, p. 78).

Percebe-se que Di Renzo (2012) destacou algo que, conforme argumentam Zolin-Vesz e Jesus (2019), também ocorre dentro das academias, especialmente no curso de Letras. Em seu capítulo de livro "Práticas curriculares do curso de Letras: vigência da racionalidade instrumental e privilégio do paradigma monolíngue", os autores analisam quais os pressupostos teórico-conceituais parecem conceber as práticas curriculares do curso de Letras no Brasil e chegam à conclusão de que, no ambiente acadêmico nacional, continua-se a não problematizar o paradigma monolíngue nem suas rígidas e hierárquicas normas. Tampouco se contesta a concepção de língua como um conceito monocêntrico e a quais interesses serve. Na verdade, o que parece imperar é o oposto disso, uma vez que se mantém um currículo que privilegia o paradigma monolíngue e remete à racionalidade instrumental nas práticas curriculares do curso de Letras.

Para explicitar o seu argumento, Zolin-Vesz e Jesus (2019) recorrem a uma análise acerca dos fundamentos dessa abordagem e tomam como ponto de partida o Decreto-Lei 1.190, de 1939[17], no caso, o documento fundador do padrão de funcionamento do curso de Letras no país, cujo modelo predomina ainda hoje em suas práticas curriculares. (ZOLIN-VESZ; JESUS,

[17] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1190.htm>. Acesso em: 27 fev. 2021.

2019). Ao analisá-lo, os autores constataram que, ainda hoje, o curso de Letras permanece estancado em uma concepção que língua baseada no paradigma monolíngue e que promove a manutenção da racionalidade instrumental [18]nas práticas curriculares[19] do curso de Letras no Brasil, ou seja, mais de 80 anos depois, dentro da academia, continuamos com a mesma postura de aceitar passiva e pacificamente que "os conteúdos são anteriores aos sujeitos, aos contextos e aos processos de ensino-aprendizagem" (ZOLIN-VESZ; JESUS, 2019, p. 115).

Logo, compreende-se que, no curso de Letras no Brasil, o professor é colocado como aquele que deve transmitir conhecimentos (neutros e objetivos) ao aluno e, a este, cabe receber tais conhecimentos de forma passiva, o que, na acepção de Paulo Freire[20], entende-se como educação bancária, no qual o aluno é apenas o receptor, uma espécie de depósito no qual são colocados os conhecimentos selecionados em forma de disciplina, mesmo com tantas evoluções pelas quais a língua passou e com tantos novos estudos sobre como trabalhar aspectos relacionados à língua na sala de aula.

Voltando ao Decreto-Lei de 1.190, de 1939, os autores constatam que a seriação das disciplinas do curso de Letras Clássicas, germe do que hoje é o curso de licenciatura em Letras, não agrupa disciplinas de outras áreas do conhecimento, condição que a Linguística Aplicada Indisciplinar incentiva para que haja maior intelegibilidade acerca de problemas sociais nos quais a linguagem adquire um papel central, conforme já destacado por Moita Lopes (2006). Por ser assim, tem-se a racionalidade instrumental que se apresenta por meio da manutenção do privilégio do paradigma monolíngue e da percepção de que a língua é um sistema singular e fechado, o que a caracteriza como diferente de outras línguas, e tem-se três disciplinas distintas: Língua Latina, Língua Grega e Língua Portuguesa. Nesse entendimento, tais línguas são trabalhadas separadamente e de forma isolada, confirmando a postura de monocentrismo destacada anteriormente.

Avançando na discussão, Zolin-Vesz e Jesus (2019) analisam a matriz curricular de um curso de licenciatura em Letras em uma universidade pública brasileira, especificamente, o curso de Língua Portuguesa e Literaturas. Tal análise traz como resultado a observação de que

[18] Como "racionalidade instrumental", os autores entendem a suposta neutralidade e objetividade do conhecimento, a qual se apresenta "livre de valores, a-histórica e que proclama a ciência da tradição eurocêntrica como único conhecimento válido" (ZOLIN-VESZ; JESUS, 2019, p. 115).

[19] É preciso especificar que os autores se apoiam na acepção freiriana para entender a expressão "práticas curriculares". Nessa perspectiva, o currículo é a política, a teoria e a prática do *que-fazer* no espaço escolar. Vale dizer: trata-se de 'um conjunto de práticas socioculturais que se inter-relacionam nas diferentes estâncias e momentos no espaço-tempo escolar'. Como prática, portanto, produz uma pluralidade de assimetrias, poderes, saberes, posições, descrições e classificações do mundo social" (ZOLIN-VESZ; JESUS, 2019, p. 114).

[20] Nesse momento, faz-se uma referência ao livro "Educação e Mudança", de Paulo Freire.

há uma divisão entre "conteúdo curricular de natureza científico-cultural" e "conteúdo pedagógico", mais conhecido como formato 3+1, no qual os três primeiros anos de formação são dedicados ao bacharelado, isto é, à formação teórica, e o último está voltado às disciplinas pedagógicas que visam formar o professor para o magistério. Logo, tem-se um cenário no qual há a sobrevalorização de disciplinas de língua e literatura em detrimento daquelas que levam a uma reflexão sobre o processo de ensino.

Ademais, os autores destacam que um dos fatores que ressaltam a supremacia do paradigma monolíngue em tal curso é a distribuição das disciplinas como Prática de Leitura e Produção de Textos, Morfossintaxe e Sintaxe do Texto, o que sugere a manutenção da equivalência entre língua, comunidade e território, o que, mais uma vez, remete à abordagem apresentada pelo paradigma monolíngue e destaca a necessidade de se pensar que, "para que a comunicação seja eficiente e bem desenvolvida, uma língua comum, com normas compartilhadas, deve ser empregada" (ZOLIN-VESZ; JESUS, 2019, p. 124), percebendo-se, nesse momento, a necessidade de trabalho com as disciplinas mencionadas anteriormente com a finalidade de que os futuros docentes de Língua Portuguesa aprendam e ensinem que os textos devem ser escritos em apenas uma língua, uma língua padrão, que possui um sistema específico e fechado, com várias normas e regras fixas, e que é fundamentalmente diferente de outra língua.

Diante desses fatos, é possível inferir que o curso de Letras nas universidades brasileiras incentiva, mantém e privilegia o paradigma monolíngue, que está indiscutivelmente associado a sua rígida e fixa concepção de língua. Logo, pode-se dizer, de acordo com a conclusão dos autores, que o paradigma monolíngue continua regendo a constituição das práticas curriculares, assim como há 80 anos, e ressoando o seu canto de sereia, fazendo com que nossas práticas curriculares se mantenham nas profundezas da tradição monolíngue eurocêntrica.

Concentrando a discussão ainda no campo dos estudos da linguagem, percebe-se que a temática da língua nacional, apesar de ser discutida há muito tempo, conforme destacado com Freire (1920), Mignolo (2003), Zolin-Vesz (2015) e Di Renzo (2012), ainda se mostra extremamente relevante, capaz até mesmo de influenciar, atualmente, edições especiais de revistas acadêmicas. Entre os exemplos de periódicos que dedicaram edições completas à discussão do conceito de língua nacional e suas implicações estão a edição nº 48 da Revista Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a edição nº 31 da Revista Polifonia, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Em relação ao primeiro periódico, é preciso destacar o trabalho de Cervo (2014), o qual contribui para a discussão aqui proposta. No que diz respeito ao segundo periódico, outra pesquisa precisa ter seu conteúdo trazido à baila neste trabalho, nesse caso, trata-se do estudo de Branco (2015).

Nesse sentido, vale destacar que Cervo (2014), em seu artigo "O tempo da língua ou a língua no tempo? Considerações sobre língua, história e memória", busca abordar o processo de (re)constituição da língua portuguesa a partir da *Linha do Tempo*, um dos setores permanentes do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, e estabelece relações com o que já foi discutido por Di Renzo (2012) sobre políticas linguísticas, além de apresenta uma reflexão sobre como a historicidade da língua portuguesa é discursivizada sob a perspectiva do tempo.

É preciso mencionar que a autora esclarece que o Museu da Língua Portuguesa, que compreende a instalação analisada, dedica-se à língua como patrimônio a partir de um arquivo que está constituído da história e da etimologia da língua portuguesa. Ainda a título de esclarecimento, Cervo (2014) informa que a linha do tempo se apresenta como um quadro da cronologia da língua portuguesa, que se inicia com a reafirmação da origem da língua ainda em território europeu e culmina na expansão e no desenvolvimento da língua no Brasil até os anos 2000.

Com vista ao exposto, cabe ressaltar que, segundo Cervo (2014), a forma como se apresenta a Linha do Tempo evidencia que esse arquivo prioriza e defende um ideal de língua imaginária o que acaba provocando a associação com outro conceito, o de língua patrimônio. Assim, percebe-se a Linha do Tempo busca controlar a interpretação acerca da história da língua a partir de uma linearização que é apresentada como legítima. No entanto, sobre esse setor do Museu da Língua Portuguesa, a autora lança o seguinte questionamento: "que tempo é esse que, no museu, é legitimado a partir de dados organizados e linearizados em um calendário datado por séculos e anos e que conjuga passado, presente e perspectiva de futuro da língua?" (CERVO, 2014, p. 212). A isso, ela dedica o texto.

Partindo de um viés discursivo, Cervo (2014) reflete que uma Linha do Tempo, como a do Museu da Língua Portuguesa, é a reunião e a regularização de temporalidades pela confluência do já dito, do dito e do a ser dito, o que precisa ser questionado é o fato de que essa confluência opacifica a errância, a dispersão e a descontinuidade de uma memória discursiva.

Branco (2015), por sua vez, no trabalho "Lusofonia e CLPL: Impossibilidade de outros imaginários de línguas", trabalha a questão da impossibilidade de outros imaginários de línguas diante da re/produção de um discurso de que há uma homogeneidade em relação à língua

portuguesa, isto é, busca-se convencer de que a língua portuguesa é única e a mesma para todos, o que concorda com o discurso de Freire (1920) de que, no Brasil, não se fala um dialeto português, mas a própria língua que possui como origem o país português. Para Branco (2015), o posicionamento de reafirmar que as línguas portuguesas, apesar de heterogêneas em suas memórias, são homogêneas do ponto de vista político, social, territorial e linguístico acaba por criar efeitos de apagamento do fato de que há a convivência de muitas outras línguas em um mesmo espaço.

Com a intenção de justificar a base desse posicionamento, Branco (2015) recorre à CPLP, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, organização internacional criada em 1996, que se apresenta como se fosse uma comunidade formada por uma única nação. Em uma tentativa de recuperar ideais de unidade política, social, territorial e linguística, essa organização se apoia na atualização de uma memória que, ao contrário do que ocorreu durante a colonização, baseia-se na democracia e na globalização sob o modelo de capitalismo de mercado, de acordo com as palavras da autora, da língua mesma. A partir da perspectiva de memória, a CPLP busca resgatar a ideia de unidade linguística e rejeita a possibilidade de outros imaginários de língua dentro de um território suposta e exclusivamente pertencente à língua portuguesa.

Branco (2015), com base nessa afirmação, destaca que a coincidência entre a língua portuguesa ser tida como oficial nos países que compõem a CPLP – no caso, Angola Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste - e o fato de ela ser considerada materna nos mesmos países evidencia a presença de um "discurso de homogeneização tanto do monolinguismo (nacionalismo) quanto do multilinguismo e reproduzida nas políticas de línguas desses espaços ditos lusófonos" (BRANCO, 2015, p. 75). Um exemplo dessa política de línguas nesses espaços, em específico no Brasil, vê-se retratado na abordagem de Di Renzo (2012), ao declarar que a ideia de que existe apenas uma língua em utilização legítima dentro de um determinado território leva à valorização de uma língua dita como nacional – e oficial - e à consideração dela como única possibilidade de produção linguística, principalmente dentro das escolas, que passam a ser entendidas como ambiente de legitimação do uso e do ensino dessa língua.

Ademais, a autora destaca que o processo de gramatização é um dos resultados do monolinguismo, entendido como essencial à constituição do nacionalismo, a partir da ideia de um Estado-Nação soberano, o que, no caso das línguas, leva a um pensamento de unidade, mas, na perspectiva da autora, trata-se apenas de uma unidade imaginária (BRANCO, 2015).

Imaginária ou não, esse processo está consolidado nas escolas brasileiras e passa a ganhar ainda mais força a partir de discursos que reforçam a ideia de unidade linguística apregoada por vários representantes e membros da sociedade, conforme comprovaremos no capítulo 4 deste trabalho.

Em contrapartida à ideia de unidade linguística, Branco (2015) apresenta a ideia de multilinguismo que é difundido atualmente. Esse conceito, também denominado plurilinguismo, remete a uma multiplicidade/pluralidade de línguas, o que seria basicamente pluralidade de línguas em um mesmo espaço, uma das características do mundo globalizado. No entanto, ainda de acordo com a autora, sabe-se que esse tipo de convivência, dentro dos diversos contextos sociais mundializados, é construída a partir de uma tensa relação política e acaba produzindo efeitos o fato de que há línguas "maiores" e "menores". As consideradas maiores – ou majoritárias –são as reconhecidas pelo Estado, normalmente são as chamadas de "línguas oficiais", já as menores – ou minoritárias – são as que precisam ter reconhecida a sua existência por parte do Estado e ser protegidas por ele mediante leis.

Para exemplificar a existência dessa diferenciação mesmo em um suposto ambiente de pluralidade linguística, Branco (2015) recorre à Organização das Nações Unidas (ONU) que se apresenta como um espaço internacional, de relação entre línguas, e que deveria apregoar e garantir o multilinguístico, no entanto, percebe-se a relação política mencionada anteriormente quando essa organização decide classificar seis línguas como "oficiais" e duas como "de trabalho" enquanto tem como membros cerca de 193 países. Logo, percebe-se que, até mesmo em um contexto de suposto pluralismo linguístico, ocorre a hierarquização de línguas, o que evidencia o engessamento aos moldes do Estado-Nação mesmo em um ambiente e momento histórico marcado pela pluralidade e pela globalização.

Observados esses trabalhos, percebe-se como a língua nacional ainda se mostra como um importante assunto a ser discutido, tanto que influencia inclusive edições especiais de revistas acadêmicas. Com o objetivo de ampliar a discussão e reforçar ainda mais como a concepção de língua nacional continua como material de pesquisa e de publicações, cabe destacar o trabalho de Zolin-Vesz, Santos e Cardoso (2019), o qual busca analisar a celebração do discurso monolíngue na Revista Vogue.

Para a construção do artigo, os autores analisaram a capa da edição n. 479 da revista Vogue, de julho de 2018, intitulada "Minha pátria é minha língua", cujo propósito é "celebrar o português" por meio de uma "viagem espetacular" por cidades de países que o tomam como língua nacional e o artigo de opinião Português na veia, escrito por Nizan Guanaes e publicado nas páginas da referida edição, o qual apresenta o português como uma "língua para

alimentar a alma, da qual [nós, brasileiros] devemos nos orgulhar" (GUANAES, 2018, p. 164).

Embora os autores reconheçam que os elementos não são esquadrinhados à exaustão, consideram que a capa, bem como excertos do texto estampado na edição da revista citada (quatro, ao total) configuram-se como demonstração do discurso monolíngue, o qual, na acepção foucaultiana de discurso, cria sentidos que se desdobram em determinado(s) efeito(s) de verdade (FOUCAULT, 2008; ZOLIN-VESZ; SANTOS, 2017). Destarte, coadunam-se com a concepção de língua determinada pelos meandros das delimitações impostas pelo surgimento da noção de Estado-Nação.

É importante destacar que os autores buscam deixar evidente, desde o início, que as línguas não são entendidas, em tal trabalho, como realidades factuais, mas invenções, ou seja, tomadas como produto de discursivização "[...] no interior de um dispositivo com fins de gestão e controle de povos e de terras" (ZOLIN-VESZ; SANTOS; CARDOSO, 2019, p. 179). Por conta dessa percepção, os autores lançam mão da definição de discurso monolíngue também como uma invenção, a qual começou a se solidificar na Europa Ocidental durante o século XVIII e recebeu importante influência do Romantismo, conforme destacado nas considerações iniciais desta tese.

A partir da observação da capa da edição brasileira da revista Vogue, os autores detectaram ao menos dois elementos interdependentes: o primeiro é a inclusão de uma modelo negra portando uma bolsa a qual estampa o nome do escritor brasileiro Jorge Amado; o segundo, o título da edição da revista: "Minha pátria é minha língua".

De acordo com os autores, a conjugação entre a modelo colocada como protagonista de todo o cenário e a escolha da menção ao escritor Jorge Amado, por meio da bolsa que compõe o vestuário, parece configurar a relevância que esse autor adquiriu na composição da concepção tanto de identidade quanto de literatura nacional (GOLDSTEIN, 2003), elementos que retomam a ideia de relação entre língua, identidade, território e literatura, conforme destacado por Mignolo (2003). Ainda de acordo com os autores, o título da edição –"minha pátria é minha língua" –, que pode ser associado a "Minha pátria é a língua portuguesa", excerto do Livro do desassossego, do escritor português Fernando Pessoa, também apresenta a idealização de língua nacional como garantia de preservação da identidade e da literatura nacionais, o que, mais uma vez, sugere a validação do eixo língua-território-identidade-literatura nacionais, conforme apresentado anteriormente. Sendo assim, nos dois elementos é

possível perceber a exaltação/celebração da constituição da identidade e da literatura nacionais – agora, pelo viés da idealização de língua (nacional).

Nesse ponto, Zolin-Vesz, Santos e Cardoso (2019) explicam que a noção de pátria, na capa de dita revista, é entendida como invenção do Estado-Nação: um território específico, demarcado geograficamente, o qual se pretende homogêneo em sua constituição, principalmente no que se refere à língua autorizada por essa comunidade para seus propósitos de formação de uma identidade e de uma literatura. Assim, língua como pátria diz respeito ao lugar a que se pertence ou, retomando os pressupostos fundadores do discurso monolíngue, à língua e à comunidade enraizadas em um território determinado de modo a homogeneizar os grupos sociais dentro desse território. Desse modo, a relação entre língua e território contribui para potencializá-la como meio de pertencimento (ou não) a determinada comunidade, a qual divide a mesma identidade e os mesmos escritores, consagrados pelos grilhões da literatura nacional.

Ainda na perspectiva dos autores, tal compreensão, que alavanca a construção de língua como pátria, pode ser também observada no subtítulo, composto por nomes de cidades/territórios – Salvador, Lisboa, Luanda e Maputo – localizadas em países cuja língua oficial, por determinação do estabelecimento do Estado-Nação, é o português: Brasil, Portugal, Angola e Moçambique, respectivamente. Em suma, mantém-se imaculado o eixo língua-território-identidade-literatura nacionais, mediante a inserção de elementos considerados expoentes na formação da literatura nacional, tendo em vista tanto escritores, como Jorge Amado e Fernando Pessoa, quanto à celebração da língua portuguesa na qualidade de garantia de preservação da identidade e da literatura nacionais.

Sobre o subtítulo, os autores destacam o sintagma "celebrar o português", pois, nessa situação, o emprego do verbo "celebrar" parece corroborar a característica singular do discurso monolíngue de exaltação da língua nacional, já que a coloca como a única que deve ser celebrada. Por sua vez, destacam os autores, o uso da expressão "o português", no singular, sugere a ratificação da concepção de língua nacional, conforme abordada anteriormente: um sistema uno, fechado, puro, imutável e invariável, que possui determinadas formas corretas e possíveis.

Diante disso, Zolin-Vesz, Santos e Cardoso (2019) concluem que a capa da revista se apresenta como uma síntese da proposta da edição em "celebrar o português", afigurando-se como um cartão de visitas para o leitor sob a égide do sacrossanto eixo língua-território-identidade-literatura nacionais.

No texto “Português na veia”, escrito por Nizan Guanaes e publicado nessa mesma revista e edição, os autores identificam a mesma exaltação, glorificação da língua nacional. É importante dizer que a análise feita pelos autores não compreende todo o texto, mas partes dele que ajudam a construir o que se pretende no artigo que, no caso, trata-se da demonstração do enraizamento do discurso monolíngue na forma como se concebe língua, até mesmo quando uma das revistas de moda mais conceituadas do mundo decide publicar uma edição temática dedicada a “celebrar a língua portuguesa”.

Ainda nessa perspectiva, cabe dizer que o estudo sobre o conceito de língua nacional não está restrito aos estudos da linguagem, pois até mesmo autores de outras áreas o utilizam para discutir assuntos relativos aos seus campos de pesquisa. Um caso de autor que se apoia nesse conceito para desenvolver seus trabalhos é Albuquerque Jr. (2016) que, inserido no campo da história, recorre à utilização da ideia de língua nacional para discutir conceitos como o da xenofobia.

Para Albuquerque Jr. (2016), a linguagem é um dos elementos-chave para a distinção cultural entre os homens, visto que vários povos, como os ciganos, mesmo inseridos em outras comunidades que não a sua própria, mantêm intacta a sua identidade, definida por falarem uma língua própria. Essa língua, ainda de acordo com o autor, serve de veículo para a expressão de valores, costumes e traços culturais em comum. De acordo com o autor, *Rumani* ou *rumanez* é a língua utilizada pelos ciganos e, por não ser sedentarizada pela escrita, acaba se tornando uma linguagem bastante diferente para aqueles que não a conhecem, o que faz até mesmo que sejam suspeitos de estarem tramando algo que não se sabe o que é. É nesse ponto que a questão da língua utilizada por esse povo se torna objeto de xenofobia, uma vez que o fato de ela estar associada a um grupo social muito específico faz com que seja rejeitada e seu povo considerado como bárbaro. Sobre isso, Albuquerque Jr. (2016) destaca que a origem da palavra *bárbaro* vem do grego e se associa à incompreensão que se tinha em relação à língua dos persas, o que, na atualidade, ainda reverbera demonstrando que a maneira como as pessoas vivem a sua vida e até mesmo a linguagem que usam podem ser acompanhadas de desqualificação e rejeição quando não compreendidas. Isso acaba levando a conflito, à incompreensão, a preconceito e inclusive à violência xenófoba.

Na perspectiva do autor,

> o medo do bárbaro, o medo do estranho, do estrangeiro foi um dos fatores que levaram a que populações europeias, após o declínio do Império Romano, tenham passado a viver em cidades fortificadas, em castelos, mosteiros, aldeias, preferencialmente protegidos por muros, fossos e toda sorte de aparatos de defesa, mas que se generaliza

> nesse momento visto como de total insegurança (ALBUQUERQUE JR., 2016, p. 50-51).

Na atualidade, esse movimento se apresenta de maneira semelhante, mas, dessa vez, mediante a construção de muros que circundam cidades e regiões pelo mundo, como na Hungria, em Israel e nos Estados Unidos, e por meio de discursos de rejeição ao estrangeiro e a tudo o que vem dele, inclusive a sua língua. Como um exemplo desses discursos de rejeição, o autor cita Silvio Berlusconi, ex-primeiro ministro da Itália que, em uma ocasião, referiu-se aos imigrantes ilegais que chegavam à Europa como "horda de bárbaros", ou seja, como aqueles que ameaçam as fronteiras supostamente bem estabelecidas da nação, do território nacional.

A fim de contextualizar historicamente esse processo, Albuquerque Jr. (2016), assim como Mignolo (2003), argumenta que "essa relação entre vida humana, identidade humana e territorialização ganha um capítulo decisivo com a emergência dos Estados Nacionais, a partir do século XVIII, na Europa" (ALBUQUERQUE JR., 2016, p. 51). Isso foi possível devido ao reconhecimento de que a vida em uma nação implica uma nova maneira de organização e governo territorial, distinta do que acontecia no modo de vida associado a tribos, aldeias ou clãs. Era preciso, a partir de então, uma nova forma de vínculo jurídico, existencial e afetivo com o território. Esse movimento de entendimento sobre o que deveria ser nação possibilitou a consolidação de moldes que hoje se entendem como "nacionais", entre eles, o conceito de território e de língua nacional. É válido ressaltar, de acordo com Albuquerque Jr. (2016), que a palavra nação já existia antes mesmo de servir de base para a criação dos Estados Nacionais, deriva do latim *natione* e era usada, antes do mundo moderno, para designar uma comunidade de pessoas que possuíam uma origem ética comum, que partilhavam da mesma língua e que possuíam os mesmos costumes, crenças e tradições culturais, como é o caso dos ciganos mencionados anteriormente. Antes, a questão do território e das fronteiras não se mostrava como tão importante frente à ideia de nação, pois se entendia que, mesmo sem um território definido, determinada comunidade poderia ser considerada uma nação desde que atendesse a requisitos como mesma origem, mesma língua e costumes.

Como resposta às demandas das revoluções burguesas e à rejeição da universalidade do poder pretendido e pregado pela Igreja Católica, os Estados Nacionais passaram a emergir e a ideia de nação passou a ser entendida intrinsicamente ligada a território, o que ampliou de maneira muito significativa a noção de estrangeiro, especialmente a noção negativa dele. Seria pertinente estabelecer uma relação entre essa ideia e o que o próprio Albuquerque Jr. (2016) destaca ao apontar que

> O ser nascido em outra nação, por esse simples fato, parece ter um certo déficit de humanidade, parece ocupar um lugar inferior na escala da humanidade [...]. O estrangeiro, o ser nascido em outra nação, torna-se uma ameaça de invasão territorial e de dissolução dos valores, da cultura, do próprio imaginário que sustenta a ideia de nação (ALBUQUERQUE JR., 2016, p. 55).

Somado a isso, o nacionalismo passou a se mostrar como um fator decisivo na propagação e sustentação desse sentimento e a gerenciar decisões que tendem ao estabelecimento de moldes que tornem ainda mais evidentes a ideia do que seria "nacional", ou melhor, o sentimento do nacionalismo passa a ser responsável pela adoção de políticas econômicas tidas como nacionais que priorizam ações como cunhagem de moedas para uso exclusivo naquele determinado território, além de restrição da produção e do comércio apenas no espaço entendido a partir de então como nacional.

O problema disso, confirme critica Albuquerque Jr. (2016), é que as nações são apenas comunidades imaginárias, uma vez que o território considerado como nacional passa a adquirir uma dimensão que impossibilita o conhecimento e domínio completo dele, ademais, considerando que cada homem ou mulher vive em apenas uma pequena parcela desse território, "sentir-se pertencente ao seu todo é uma operação mental, uma operação do imaginário" (ALBUQUERQUE JR., 2016, p. 53).

No que diz respeito à língua nacional, Albuquerque Jr. (2016) destaca que a adesão à ideia de nação não pode ser dissociada de certos gestos como a adoção de uma língua que fosse considerada nacional e instituída, de maneira obrigatória, como forma de legítima de comunicação entre os habitantes de determinado território, o que relegaria, automaticamente, os falares de outros locais a simples dialetos. Talvez seja por esse motivo a rejeição de Freire (1920) ao status do português falado no Brasil como um dialeto e ao anseio dele de considerar a língua do território brasileiro como legitima e estável.

O autor acrescenta ainda algo que já havia sido trabalhado por Di Renzo (2012) ao associar a criação das instituições escolares públicas à propaganda da ideia de nação por meio da

> nacionalização das populações à medida que essa passou a ensinar a língua nacional , a definir o que seriam manifestações intelectuais de uma cultura dita nacional, de um pensamento nacional, de uma ciência e técnicas nacionais, à medida que passou a veicular o que seria a geografia a e histórias nacionais, fazendo com que a população memorizasse e aprendesse o que seriam as fronteiras nacionais, a configuração e particularidades de seu território e os grandes acontecimentos e figuras que teriam feito emergir essa nacionalidade (ALBUQUERQUE JR., 2016, p. 54).

Além disso, o autor ressalta que as escolas foram fundamentais também para a legitimação de símbolos e datas nacionais, o que contribuiu para a glorificação de seus feitos e

seus homens. Um exemplo disso, nas palavras do próprio autor é a imagem da bandeira americana que parece ser um elemento obrigatório nos filmes produzidos naquele território.

Ainda de acordo com a perspectiva de Albuquerque Jr. (2016), em um cenário de emergência dos Estados Nacionais e de redefinição do que seria entendido como nação, as propagandas da ideia de nação resultaram na construção de uma identificação profunda entre homens e mulheres e o seu país de nascimento, o que, consequentemente, ao longo do século XIX, provocou a disseminação do sentimento nacionalista. Sentimento esse que serviu como base para a intensificação ainda mais da diferença entre nativos e estrangeiros, estes que passaram a ser alvos de discriminação não apenas por terem costumes ou modos de vida diversos dos nativos, mas por simplesmente terem nascido em uma outra nação. Com isso, percebe-se que a ideia de nação passa a ser cada vez mais associada à território e o sentimento nacional exacerbado, o nacionalismo, passa a motivar a disseminação de sentimentos e atitudes agressivas em relação ao estrangeiro, àquilo e 'àquele que não é nacional, o que gerou o sentimento de xenofobia e provocou pelo menos duas das maiores guerras mundiais que marcaram o século XX.

Dito isso, considerando que a instituição da língua nacional está extremamente ligada à construção da ideia de nação e de nacionalismo, percebe-se a tendência de rejeição a elementos linguísticos que não possam ser associados ao que se estabelece como associado à língua comum de determinado espaço, o que também acaba potencializando sentimentos de rechaço a outras manifestações da língua tidas como não legítimas dentro do território tido como nacional. Assim, a discussão proposta por Albuquerque Jr. (2016), autor associado à História reflete que mesmo uma área que não se dedica exclusivamente ao estudo das línguas e suas associações é capaz de levar à reflexão sobre como o estabelecimento dos Estados Nacionais e suas consequências contribuem para o enriquecimento de debates que cercam a língua nos dias atuais. Ademais, um trabalho como o desse autor reforça o posicionamento de que estudos sobre a língua não precisam ficar restritos a apenas uma das áreas do conhecimento, no caso, o campo das linguagens, pelo contrário, podem se constituir excelentes referências para discussões nas mais diversas áreas de estudo.

Considero esse apontamento final importante tendo em vista o meu posicionamento, como autora desta tese, de considerar a Linguística Aplicada Indisciplinar como base para a construção deste trabalho e usar as possibilidades que ela proporciona para ampliar o debate acerca da importância da indisciplinaridade para a abordagem de questões que envolvem a vida em sociedade, conforme detalhei ao longo do capítulo metodológico.

CAPÍTULO 2
DE RETROTOPIA À RETROTOPIA LINGUÍSTICA

Neste segundo capítulo, busco discutir acerca do movimento de retrotopia linguística para interpretar, a um só tempo, sua manifestação em publicações feitas no ambiente virtual. Para isso, primeiro, na tentativa de ambientar a discussão, recorro à definição de retrotopia, conceito cunhado por Bauman (2017b), e reconheço, mediante More (2017), sua relação com a ideia de utopia. Para fundamentar ainda mais a relação entre retrotopia e utopia, evoco a Bregman (2017) que, desde outra perspectiva, apresenta fenômenos que parecem favorecer o regresso da utopia e como essas circunstâncias podem se transvestir de (ou serem entendidas como) retrotopia. Mais adiante, esclareço que meu trabalho possui como intenção relacionar a retrotopia ao nacionalismo e à língua nacional, apresentando-a como reflexo do enfraquecido[21] Estado-Nação. Para justificar esse meu posicionamento, decido apresentar os moldes que fundamentam a relação Estado-Nação/Nacionalismo/Língua Nacional (SANTOS, 2017) e, após essa contextualização, anuncio a retrotopia linguística, conceito principal deste trabalho, e busco responder à pergunta de pesquisa: *Como o movimento de retrotopia linguística é interpretado em posts publicados no Facebook?* A um só tempo, procuro interpretar o movimento retrotópico, em associação com o conceito de nacionalismo, em textos que são publicados no Facebook e comprovar a recorrência dele nos dias atuais. Por esse movimento de retorno a um passado utópico costumar apoiar-se no nacionalismo, procuro apontar como ele acaba incentivando a utilização da língua nacional como meio de se reafirmar posturas que se revelam características do – repito – já enfraquecido Estado-Nação, mas que ainda se mostram recorrentes na sociedade, sugerindo assim um movimento de retrotopia linguística. Para melhor organização deste trabalho, decidi não ordenar os posts de acordo com a sua data de publicação, mas sequenciá-los de acordo com o seu conteúdo e apresentá-los a partir de suas características que, a meu ver, evidenciam e reforçam o movimento que se mostra como ponto central desta tese. Acrescento também que alguns posts, por apresentarem bastante semelhanças

[21] Nesse momento, faço uma referência à ideia de "Estado Fraco", de Bauman (1999), que o define como "Estados que são fracos mas mesmo assim continuam sendo Estados" (BAUMAN, 1999), ou seja, Estados cada vez mais vulneráveis a crises externas e incapazes de promoverem sua função como instituição promotora do bem-estar econômico e social, tendo em vista a necessidade de submissão aos movimentos de grandes corporações econômicas que acabam exigindo a priorização de seus interesses em detrimento do desenvolvimento socioeconômico dos Estados Nacionais. Nas palavras de Bauman (1999), "Estados fracos podem ser facilmente reduzidos ao (útil) papel de distritos policiais locais que garantem o nível médio de ordem necessário para a realização de negócios, mas não precisam ser temidos como freios efetivos à liberdade das empresas globais" (Bauman, 1999, p.76).

entre si, não serão analisados individualmente à exaustão por entender que tal postura levaria, inconsequentemente, a repetições não produtivas para o que se pretende nesta tese.

2.1 O conceito de retrotopia

Com a intenção de clarificar a ideia que busco promover neste texto, é salutar recorrer, de início, à explicação detalhada do termo no qual todo este trabalho se baseia: *retrotopia*. Antes de introduzi-lo, Bauman (2017b) começa por definir nostalgia e, aprofundando-se um pouco na história, argumenta que, no século XVII, a nostalgia era tratada como uma doença que poderia ser remediada e curada, tanto que os médicos recorriam a tratamentos com ópio, sanguessugas e até mesmo recomendavam uma viagem para as montanhas na tentativa de curar as pessoas que sofriam desse mal (BAUMAN, 2017b), já que, segundo os profissionais da medicina da época, a nostalgia era considerada um mal passageiro. No que diz respeito à origem da palavra, Boym (2017) explica que ela foi forjada pelo médico suíço Johanes Hofer, em 1688, quando escreveu sua tese de medicina, logo, a origem da palavra não está na política ou na poesia, como podemos acreditar, mas na medicina.

Já no século XXI, ainda de acordo com Bauman (2017b), aquela que era considerada uma doença curável e passageira se tornou uma condição moderna incurável e, para validar mais os seus argumentos sobre a concepção atual do que seria nostalgia, o autor começa a estabelecer um paralelo com o trabalho de Svetlana Boym, professora de literatura comparada em Harvard já apresentada nas considerações iniciais deste trabalho.

Segundo a definição de Boym (2017), nostalgia, que até então era vista como um mal remediável, é atualmente entendida como "um sentimento de perda e de deslocamento, mas também é uma fascinação com sua própria fantasia" (BOYM, 2017, p. 153). Ainda de acordo com essa professora, o presente passa por uma "epidemia global de nostalgia, um anseio emocional por uma comunidade com uma memória coletiva, um desejo ardente de comunidade num mundo fragmentado" (BAUMAN, 2017b, p. 8). Isso ocorre, uma vez que a sociedade está imersa nesse sentimento de perda e de deslocamento dada as configurações do mundo moderno que possui como característica fronteiras tanto territoriais quanto linguísticas fluidas e porosas (ZOLIN-VESZ, 2014), e, acrescento, fragmentadas. Em alguns momentos, a nostalgia mostra-se até mesmo como um mecanismo de defesa que traz consigo a promessa de "reconstruir o lar ideal que se encontra no núcleo de muitas poderosas ideologias atuais, tentando-nos a renunciar ao pensamento crítico em prol do vínculo afetivo" (BAUMAN, 2017b, p. 9). Ainda nessa

perspectiva, Bauman (2017b) destaca que a sociedade atual está submetida a um anseio de retorno ao passado e acaba não fortalecendo suas esperanças no futuro, comportamento que pode ser entendido como resultado da postura dos governantes, tendo em vista que eles, na concepção do autor, alimentam a ansiedade que nasce da incerteza quanto ao futuro e, com isso, acabam fortalecendo sentimentos de retorno a um tempo em que essa insegurança supostamente não existia. Basicamente, esse sentimento apresenta-se como impulsionador da volta de ideias e comportamentos que não cabem mais no mundo moderno, mas que certas ideologias, principalmente políticas, insistem em tentar recuperar.

Em contrapartida, a professora de literatura comparada de Harvard alerta que essa nostalgia carrega consigo um perigo, uma vez que "tende a confundir o lar verdadeiro com o lar imaginário" (BAUMAN, 2017b, p. 9), visto que o que a nostalgia recupera nem sempre se trata da "realidade"[22], mas de uma fantasia, uma percepção individual, ou às vezes coletiva – no caso de esse sentimento nostálgico atingir um grupo de pessoas –, que se possui acerca de certos acontecimentos ou períodos históricos. Boym (2017) acrescenta ainda onde é possível procurar pela nostalgia e encontrá-la, uma vez que ela se apresenta mediante

> revivificações nacionais e nacionalistas no mundo todo, as quais se empenham na fabricação de mitos antimodernos de história, por meio de um retorno a símbolos e mitos nacionais e, ocasionalmente, com teorias intercambiáveis da conspiração (BAUMAN, 2017b, p. 9).

Nesse ponto é que a ideia de nostalgia, ligada à utopia de More (2017), essa última que pode ser entendida como o sonho milenar do ser humano de retorno ao paraíso ou de estabelecimento de bem-aventurança na Terra (BAUMAN, 201b, p. 10), entendimento que trabalharei detalhadamente mais adiante, alia-se à noção de retrotopia. Nesse contexto, Bauman (2017b) comenta que, com More (2017), as perspectivas de felicidade humana estavam amarradas a um *topos*, ou seja, a um lugar fixo, a uma pólis, a uma cidade, porém, posteriormente, elas foram "descoladas e desamarradas de qualquer *topos* particular" e "individualizadas, privatizadas e personalizadas" (BAUMAN, 2017b, p. 10), isto é, rejeitou-se a ideia de que a felicidade estava em um lugar fixo para entendê-la como associada a um estado de espírito, independentemente de onde se está fisicamente. Em contrapartida, atualmente, é o momento de essas perspectivas serem negadas por aquilo que tentaram negar, ou seja, é o momento de retornar à ideia de que as perspectivas de felicidade humana estão relacionadas a

[22] Nesse momento, entendo a realidade em seu sentido mais comum, ou seja, como um conjunto de fatos definidos que existem independentemente da percepção humana.

um topos particular e não dependem apenas do indivíduo, é o tempo de voltar a acreditar que a felicidade humana só pode ser possível se houver um movimento de retorno a um lugar/momento que ficou no passado, a um passado utópico, o qual se acredita ter sido melhor do que está sendo o presente. Dessa rejeição seguida de ressurreição, nasce o que Bauman (2017b) denominou como retrotopias: "visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro 'ainda todavia por nascer' e, por isso, inexistente" (BAUMAN, 2017b, p. 10).

Isso sugere que, para o autor, retrotopia é um

> derivativo do segundo grau de negação – a negação da negação da utopia. É um derivativo que compartilha com o legado de Thomas More a fixidez num *topos* territorialmente soberano: uma base sólida que, segundo se crê, fornece e otimistamente garante um mínimo aceitável de estabilidade; e, por conseguinte, um grau satisfatório de autoconfiança [...]. Fiel ao ideal utópico, a retrotopia deriva seu estímulo da esperança de reconciliar, finalmente, segurança e liberdade, feito que nem a versão original nem sua primeira negação tentaram alcançar – ou, se tentaram, fracassaram (BAUMAN, 2017b, p. 13-14).

No plano prático, ainda de acordo com Bauman (2017b), o ser humano, baseado em uma visão retrotópica/retrotopista da vida, em vez de investir esperanças em um futuro incerto e "sempre obviamente duvidoso demais", tende a reinvestir em um passado vagamente relembrado, valorizado por sua estabilidade e, portanto, confiabilidade. Paralelamente, o futuro, antes visto como habitat natural de esperanças e expectativas legítimas, passa a ser visto como um local de pesadelos e de insegurança por justamente não ser factível saber o que ele contém ou reserva (BAUMAN, 2017b).

Essa "volta ao passado", segundo acrescenta Bauman (2017b), se materializa, na sociedade comum, por meio de medos como o de perder o emprego ou, no caso de pais, de verem seus filhos não conseguindo, no futuro, manter o padrão de vida que atualmente é oferecido a eles. Nas palavras do autor, "a estrada para as guinadas do futuro parece sinistramente uma trilha de corrupção e queda", por isso, "talvez a estrada de volta, aquela para o passado, ainda tenha a chance de se tornar uma trilha de limpeza dos estragos cometidos toda vez que eles viraram presente" (BAUMAN, 2017b, p. 12). Já no meio político, essa tentativa de voltar a um passado que se mostrou, de acordo com os defensores dessa ideia, melhor do que o presente e muito mais seguro do que um futuro incerto, materializa-se por meio do ressurgimento do Vanguardismo na União Europeia, com a ascensão de partidos e de representantes políticos defensores do nacionalismo ou até mesmo do supranacionalismo. Isso seria, basicamente, um anseio pela volta aos "bons e velhos tempos" (BAUMAN, 2017b). De acordo com Boym, ainda sendo citada por Bauman (2017b), os defensores desse movimento de

“volta ao passado” tendem apresentar a globalização como a verdadeira “culpada” do fracasso do presente e justificar o “retorno ao protecionismo e aos dias de suposta calma de fronteiras nacionais fortes” (BAUMAN, 2017b, p. 13) como o modelo de futuro ideal a ser seguido. Para isso, muitos se agarram à ideia de soberania nacional e evocam o Estado-Nação, uma vez que acreditam que os moldes dele é capaz de recuperar aspectos do passado que transmitem segurança, estabilidade e confiabilidade.

Resumidamente,

> são os aspectos genuínos ou putativos do passado, considerados bem-sucedidos no teste da experiência e indevidamente abandonados, ou cuja erosão foi tolerada com negligência, que servem como pontos de orientação/referência essenciais para a confecção do mapa da retrotopia (BAUMAN, 2017b, p. 14-15).

Contrariando a visão que se tem da retrotopia de que ela é o modelo ideal de futuro a ser seguido, Bauman (2017b) vê como importante trazer à baila uma advertência argumentando que “quando sonhamos nossos sonhos nostálgicos, nós não ‘retornamos’ ao passado ‘como tal’” (BAUMAN, 2017b, p. 16), nós retornamos a uma ideia que temos dele, a uma fantasia, a uma imaginação que temos do que ele pode ter sido. Nesse ponto, estabelece-se um paralelo entre a retrotopia e a noção de nostalgia defendida por Boym, uma vez que as duas, justamente por estarem intrinsicamente relacionadas, demonstram um romance da pessoa com sua própria fantasia, um romance com o que ela acredita ter sido determinado momento histórico, nesse caso, um suposto passado, e não necessariamente com o que esse passado genuinamente foi/era.

Como sugerido anteriormente, uma das principais características da retrotopia é o retorno a símbolos e a mitos nacionais. Dentre esses símbolos/mitos, um deles se destaca, a língua nacional - ou a crença nela -, uma vez que, de acordo com (SANTOS, 2017), a língua nacional se apresenta como um ou como parte integrante do conjunto de símbolos que definem um povo, uma nação. Ademais, esses símbolos, especialmente a língua nacional, são usados pelo nacionalismo, pelo Estado-Nação e, consequentemente, pela ideia de retrotopia como mecanismos de recuperação da identidade de certa comunidade, como ferramenta de volta a um passado ideal, utópico, tal como a ilha de Utopia de Thomas More.

Dito isso, adianto que, posteriormente, retornarei ao conceito de retrotopia para explicar, a partir da minha perspectiva, a sua relação com a noção de língua nacional e com a discussão que busco promover neste trabalho, mas, por enquanto, é profícuo perceber a relação entre a retrotopia de Bauman (2017b) e a utopia de More (2017). Dando sequência à discussão, reconheço que a ideia de retrotopia envolve questões de utopia. Por esse motivo, cabe refletir

um pouco sobre o que é a utopia e qual a importância dela para a cunhagem do termo que apresento como o eixo central deste trabalho. Dedico a próxima seção a essa reflexão.

2.2 A Utopia de Thomas More

O conceito de retrotopia de Bauman (2017b) que utilizo como fundamental para a discussão que busco promover possui uma grande relação com a noção de utopia. Para melhor entender a colaboração desse termo para o meu intuito neste trabalho, é preciso recorrer a Thomas More (2017), que foi o responsável por cunhá-lo mediante a representação da ilha Utopia. Sendo assim, penso ser conveniente apresentar as configurações do lugar que esse autor apresenta.

Na concepção de More (2017), Utopia é uma ilha que não faz parte do continente europeu e possui uma sociedade ideal, sem diferenças, que busca exemplificar o que seria o estado de bem-estar dos homens. A Utopia possui 54 "felizes" cidades, todas semelhantes, espaçosas e magníficas, ademais, compartilham linguagens, hábitos, instituições e leis e é banhada por um mar que mais parece um lago tranquilo. Nessa ilha, não há sentimento de propriedade privada, pois os moradores se sentem mais como rendeiros do que como proprietários do solo, e mesmo que ninguém tenha nada seu, todo mundo é rico (MORE, 2017). Aliás, a fortuna do Estado nunca é distribuída de forma injusta, tanto que não há pobres nem mendigos. Amaurota é o nome da cidade mais importante da ilha, pois está localizada bem ao centro do território e nela se concentra a sede do governo e do senado e é onde as votações para a eleição de um príncipe é feita. Esse principado é vitalício, a menos que o povo veja traços de tirania em quem foi escolhido para ser príncipe, então, ele pode ser substituído.

Antigamente, de acordo com o autor, a ilha da Utopia era chamada de Abraxa, mas foi conquistada por Utopus que deu a ela o seu nome, afinal, "ele teve bastante gênio para humanizar uma população grosseira e selvagem e para formar um povo que ultrapassa hoje todos os outros em civilização" (MORE, 2017, p. 67-68), logo, seria natural que o nome do lugar agora civilizado fizesse homenagem ao seu civilizador. Ademais, é interessante destacar que, para entrar nessa ilha, é preciso ser guiado por um utopiano, pois "unicamente os nativos conhecem as passagens navegáveis e por esse justo motivo ninguém pode entrar no estreito sem ser guiado por um piloto utopiano" (MORE, 2017, p. 67).

Esse lugar é muito bem administrado, com uma organização impecável, e as pessoas que nele moram se estruturam de modo a dar continuidade ao seu bom funcionamento,

principalmente exercendo trabalho de agricultura – até mesmo as crianças – para garantir contínua fertilidade, produtividade e abundância da terra. Afinal, nas palavras de More (2017),

> Na Utopia, tudo está tão bem previsto e organizado que raro é-se obrigado a construir em novos terrenos. Os estragos são consertados no momento em que aparecem, e os que estão iminentes são prevenidos. Assim, as construções se conservam com pouco gasto e trabalho (MORE, 2017, p. 79).

Além de toda essa organização, a preguiça e a ociosidade são rechaçadas, mas ninguém trabalha de maneira demasiada ou exaustiva, sempre há tempo para o descanso. Ademais, além da agricultura, cada pessoa aprende um ofício especial, que pode ser escolhido pela própria pessoa ou a cidade pode lhe designar um específico por motivo de utilidade pública. "Uns tecem a lã e o linho [trabalho exercido principalmente pelas mulheres, por serem mais fracas]; outros são pedreiros ou oleiros; outros trabalham a madeira ou os metais" (MORE, 2017, p. 75). Na Utopia, nada é desperdiçado ou descartado. Se algo sobra, essa sobra é repartida entre os utopianos.

Nessa ilha "perfeita", os anciãos são respeitados, os filhos obedecem aos pais e as mulheres cuidam de seus maridos, ou seja, toda a organização social funciona perfeitamente. Os enfermos são bem cuidados e os hospitais não medem esforços nem investimentos para a cura de um paciente. A diversão é garantida pelas noites, mas são vetados os dados, o baralho e todos os outros jogos de azar, que são vistos tão estúpidos quanto perigosos. Em vez disso, praticam jogos como a *batalha aritmética* e o *combate dos vícios e das virtudes* (MORE, 2017). Essa ilha, basicamente, é o lugar perfeito, pois apresenta uma organização jamais vista em outro lugar. A baderna é desconhecida dos utopianos, pois não há bares nem bordéis na ilha, ou seja, a sociedade não se alia a diversões consideradas prejudiciais, afinal, há a preferência por viver tranquilo, sem inquietações nem cuidado.

Outrossim, para eles, o ouro não apresenta valor nem utilidade, tanto que o ouro e a prata são classificados como inferiores ao ferro e acreditam que foi a loucura humana que colocou tanto valor nele, apenas o usam para forjar cadeias e correntes para os escravos, o que acabava sendo uma marca de vergonha para os condenados por crimes infames, uma vez que levavam anéis de ouro nos dedos e nas orelhas, um colar de ouro no pescoço e um freio de ouro na cabeça. Isso evidenciava o quanto o ouro para eles era algo sem valor. Também não há moeda circulando na comunidade, o dinheiro ali não tem uso algum. Além disso, os utopianos acreditam em Deus e na alma e confiam que deveriam confessar seus pecados para não sofrerem punições divinas. Detestam a guerra, pois a entendem como algo animalesco, não próprio para humanos, mas defendem sua utilização apenas quando necessário e sem o derramamento de

sangue inocente. O grande prazer dos habitantes da Utopia é a saúde e a inteligência, esta última entendida como o prazer da alma. Diante de todo esse cenário idílico, More (2017) finaliza dizendo que aspira que todas essas características dos utopianos sejam estabelecidas em outras cidades, pois não lugar mais ideal e mais justo que a Utopia.

Considerando as peculiaridades da Utopia, é possível estabelecer uma relação entre a ilha e o termo cunhado por Bauman (2017b), pois, de um lado, tem-se a ideia de um lugar ideal, utópico, onde tudo funciona adequadamente e não há problemas com os quais se preocupar, a sociedade é saudável e organizada e predominam a paz e a tranquilidade. Por outro, recorrendo à noção de retrotopia de Bauman (2017b), há o sentimento de desejo de retorno a esse lugar utópico, há o desejo de regresso ao *topos* que proporciona estabilidade, fixidez e segurança. O sentimento retrotópico, então, baseia-se no anseio de regresso a um momento no qual se acreditava que tudo funcionava, no qual não havia os problemas que se tem hoje, em outras palavras, é o sentimento de volta a um passado que, ainda que imaginário, apresenta características ideais às vontades pessoais e coletivas de realização, organização e bom funcionamento da sociedade e dos aspectos associados a ela. De maneira resumida, a retrotopia se configura como o movimento de retorno a um ideal de mundo que pode ser encontrado na Utopia de More (2017), mais especificamente, pode-se dizer que se trata do regresso à ilha da Utopia, como se algum dia ela já tivesse sido materializada no passado e provado que era possível, por isso, o retorno a ela é urgente e necessário.

Trazendo para a contemporaneidade, e buscando contestar a ideia de que a utopia se refere apenas ao passado, tanto que se busca um retorno a ele, ou seja, anseia-se por um movimento de retrotopia ao passado, pois ele é o momento conhecido, o que guarda estabilidade e segurança, ao contrário do futuro que não pode ser reconhecido e, por isso, guarda inseguranças e incertezas, Rutger Bregman, em seu livro *Utopía para Realistas*, apresenta situações que, segundo ele, demonstram que, na atualidade, há fenômenos que já podem ser entendidos como utópicos, pois o cenário presente é muito diferente do passado e muitos dos ideais que antes eram vistos como irrealizáveis ou utópicos hoje fazem parte do presente.

Como o momento atual, na perspectiva de Bregman (2017), pode ser entendido como uma utopia realizada, ele perdeu o sentido, por isso, é necessário retomar a esperança em um futuro melhor, em um tempo vindouro que realmente se assemelhe à Utopia de More, pois o presente, apesar de utópico, já não traz consigo as características da ilha da Utopia. A partir dessa constatação, o autor sugere que é possível pensar em uma retrotopia, mas voltada ao

futuro, e não ao passado como o seu próprio nome sugere. A uma explicação mais detalhada sobre isso dedico a próxima seção.

2.3 A Utopia de Bregman

Acompanhando Bregman (2017), é possível fazer um recorrido histórico para tentar entender como certos fenômenos da vida contemporânea acabam favorecendo o regresso do sentimento utópico e como isso pode ser evocado como retrotopia. Nessa perspectiva, o autor aponta para a sensação de que, no passado, tudo era pior, o que fazia com que as pessoas sonhassem com uma época em que as coisas estariam melhores.

Segundo ele, ao longo de toda a história, 99% da humanidade era pobre e passava fome, além de ser ignorante e propensa a enfermidades. Para validar sua afirmação, Bregman (2017) cita Thomas Hobbes que, a seu tempo, descreveu a vida humana como essencialmente "solitaria, pobre, tosca, embrutecida y breve" [23] (BREGMAN, 2017, p. 11). Por conta dessa situação, de acordo com o autor, as pessoas sonhavam com o País da Cocanha, uma terra medieval fértil, onde o alimento e o prazer eram abundantes, onde "fluía vino por los ríos, los gansos asados volaban al alcance de la mano, en los árboles crecían panqueques y del cielo llovían tartas calientes y pasteles", a conhecida como a "tierra de leche y miel" (BREGMAN, 2017, p. 14). Para chegar nela, era preciso comer "arroz con leche" durante três milhas, mas o esforço valia a pena considerando tudo o que havia naquele lugar. Naquela terra, não havia discussões, as pessoas estavam sempre dispostas, gostavam de dançar, bebiam e praticavam sexo de maneira livre (BREGMAN, 2017). Todas as pessoas viviam em igualdade de condições e disfrutavam do mesmo sol.

No entanto, de acordo com o autor, nos últimos 200 anos, tudo mudou. Em um intervalo relativamente curto de tempo, e sem precisar ir ao País da Cocanha, o ser humano deixou a maioria das mazelas que trazia consigo para se tornar inteligente, bem alimentado, rico, limpo e saudável, ademais de agora estar a salvo da maioria das situações que antes lhe ameaçavam. Como forma de comprovar sua afirmação, Bregman (2017) apresenta dados que sugerem que, em 1820, 94% da população mundial vivia na extrema pobreza, em 1981, essa porcentagem reduziu para 44% e, atualmente, pode-se dizer que menos de 10% se encontra nessa situação. Ele acrescenta ainda que se o cenário continuar assim, dentro de pouco, a extrema pobreza será

[23] Nesta seção, não traduzirei excertos em "língua estrangeira", procurarei mantê-los como foram apresentados na versão do livro usado como embasamento para esta tese.

erradicada para sempre do mundo (BREGMAN, 2017). Ademais, Bregman (2017) admite que hoje o cenário mudou, pois há muito mais gente no mundo que padece de obesidade do que de fome.

Para exemplificar essa situação, o autor menciona que, onde ele mora, nos Países Baixos, um sem teto que recebe assistência social possui mais dinheiro para gastar do que o holandês médio da década de 50 e "cuatro veces más que un habitante de la Holanda gloriosa de la Edad de Oro, cuando dominaba los siete mares" (BREGMAN, 2017, p. 12). Isso demonstra que houve, segundo o autor, um progresso real, principalmente depois de 1980. Esse progresso poderia se assemelhar à Utopia, pois chegou o momento em que houve um crescimento significativo da prosperidade no mundo inteiro. Nas palavras do próprio autor, tudo isso ocorreu nos últimos dois séculos. A renda per capita é agora dez vezes maior do que a de 1850, o italiano médio é 15 vezes mais rico do que era em 1880 e a economia global é 250 maior do que no período da Revolução Industrial (BREGMAN, 2017, p. 12). Um dos melhores resultados de isso tudo é que a África está ganhando quatro dias de expectativa de vida por semana e, no mundo todo, a expectativa de vida aumentou, o que era 64 anos nos anos 90, passou a ser de 70 em 2012, ou seja, mais do que o dobro da de 1900.

No que diz respeito às enfermidades, muitas delas, como a varíola, que foi "serial killer" ao longo da história foi erradicada. A poliomielite teve seus casos diminuídos a ponto de ser considerada também praticamente erradicada, com um 99% a menos de vítimas em 2013 do que em 1988. De igual maneira, as mortes por sarampo reduziram drasticamente. Desde 2000, a quantidade de pessoas no mundo que morreram por conta da malária, e, desde 2005, o número de pessoas que sucumbiram pelo HIV reduziram em um quarto (BREGMAN, 2017). Para finalizar, o autor lança o questionamento de que em qual outro momento da história se viveu em um período com índices de enfermidades superadas tão alto?

Para Bregman (2017), pode-se dizer que vivemos em uma época de cumprimento de profecias bíblicas, pois aqueles "milagres" que estavam restritos à religião começam a se mostrar realidade de grande parte das sociedades contemporâneas, haja visto que, graças à medicina, os cegos têm visão restaurada, os paralíticos conseguem andar e os mortos voltam à vida. Além disso,

> la ciencia ficción se está conviertiendo en ciencia real. Los primeiros coches sin conductor ya están circulando. Las impressoras 3D han empezado a producir estructuras celulares embrionárias completas, y personas con chips implantados en el cerebro mueven brazos robóticos con la mente" (BREGMAN, 2017, p. 15)

Com todos esses dados comprovados, para Bregman (2017), é possível dizer que estamos vivendo uma utopia. Como o próprio autor argumenta: "en otras palabras, bienvenidos a la tierra de la abundancia. A la buena vida. Al País de Cucaña, donde casi todo son ricos, sanos y están a salvo. Donde sólo nos falta una cosa: una razón para levantarnos de la cama por la mañana" (BREGMAN, 2017, p. 19). Afinal, o que precisa ser melhorado em um paraíso? Certo é que, segundo o autor, aquele velho sonho dessa utopia medieval está se acabando. É possível reconhecer que a era atual da utopia trouxe inúmeros benefícios à sociedade, dentre eles a maior possibilidade de consumo e maior segurança, no entanto, trouxe consigo a contaminação, a obesidade e o "Big Brother"[24]. Isso fez com que enterrássemos a tão desejada e alcançada utopia. Para explicar esse cenário, Bregman (2017) recorre a Oscar Wilde e menciona sua famosa frase que diz que "o progresso é a realização de utopias". Conseguimos alcançar o progresso, mas agora o horizonte ficou vazio. O cenário agora é o seguinte:

> La tierra de la abundancia está envuelta en niebla. Justo cuando deberíamos estar asumiendo la tarea histórica de dotar de significado a esta existencia rica, segura y sana, hemos enterrado la utopía. No hay ningún sueño nuevo que la sustituya porque no somos capaces de imaginar un mundo mejor que el que tenemos. De hecho, en los países ricos, la mayor parte de la población cree que sus hijos estarán peor que ellos" (BREGMAN, 2017, p. 19).

Para Bregman (2017), o problema está em não ser possível visualizar nada melhor considerando o que se já tem, ou seja, a utopia, de tão perfeita, perdeu o sentido. Começou-se a perceber que ela não oferece respostas concretas nem soluções, apenas faz as perguntas corretas. Apesar de termos sido capazes de fazer realidade o paraíso medieval, hoje percebemos que os que nos era suficiente não é mais. Por esse motivo, de acordo com Bregman (2017), é hora de formular um novo pensamento utópico.

É o momento de pensar em um novo norte, em uma nova direção, em um "nuevo mapa del mundo que incluya una vez más um continente distante, inexplorado: Utopía [...] até porque "lo que necesitamos son horizontes alternativos que activen la imaginación" (BREGMAN, 2017, p. 28), afinal, segundo o próprio autor, sem utopia, estamos perdidos, é preciso, então, recuperá-la, talvez sob outros moldes, mas é essencial continuar em busca de um cenário que se assemelhe cada vez mais à Utopia de More. Ele acrescenta ainda que não é que o presente seja ruim, é que é necessário sempre ter a esperança de algo melhor, pois, sem ela, as coisas se tornam sombrias (BREGMAN, 2017). Por último, ele utiliza palavras de Bertrand Russell pra

[24] Referindo-se ao Big Brother mencionado por George Orwell em sua célebre obra *1984*, Bregman (2017) menciona o excesso de controle exercido sobre os cidadãos.

defender a postura de que não é uma Utopia acabada o que deveríamos desejar, mas um mundo onde a imaginação e a esperança estejam vivas e ativas.

Considerando esse cenário de desgosto em relação à utopia, uma vez que se acredita que ela já foi alcançada, e desejo de retorno a uma versão "mais original" dela, podemos recuperar o que Bauman (2017b) denominou de retrotopia, um sentimento de necessidade de volta ao passado (versão "original" da utopia), uma vez que o presente (utopia já alcançada) já não oferece toda a beleza que aparentava oferecer até então. A partir do momento em que o presente já não satisfaz os anseios dos homens, ele precisa ser revisto e um novo sentimento surge, o da retrotopia.

Na atualidade, esse sentimento costuma apresentar-se associado a outro termo, o nacionalismo. A exaltação dos valores nacionais, muitas vezes, apresenta-se como a solução para alcançar a tão desejada utopia, pois se acredita que houve um tempo no qual os valores nacionais eram defendidos e respeitados e, por conta disso, havia organização política e social, ao contrário do que ocorre na contemporaneidade, quando esses valores foram supostamente ignorados e rejeitados devido às atuais configurações do mundo moderno.

2.4 Retrotopia do nacionalismo

A noção de retrotopia, cunhada por Bauman (2017b), além de sua relação com a Utopia de More (2017) e a de Bregman (2017), pode ser relacionada à concepção de nacionalismo, quando sugere a volta a ideais de nação que não cabem mais dentro da atual sociedade global e pluralizada. Portanto, cabe dizer que todo esse caminho percorrido até então foi trilhado com a intenção de discutir sobre a retrotopia do nacionalismo, ou seja, essa sequência de argumentos foi organizada com o objetivo de sugerir como esses dois termos estão ligados e como eles se apresentam na conjuntura atual. No entanto, antes de entrar nessa seara, é preciso apresentar como a ideia de Estado-Nação surgiu e como os seus moldes possibilitam que os defensores da retrotopia do nacionalismo encontrem bases para fundamentar seu discurso, além de explicar a relação dessa concepção com as ideias de nacionalismo e de língua nacional.

2.4.1 Formação do Estado-Nação/Nacionalismo/Língua nacional

Baseada em Albuquerque Jr. (2012), Santos (2017) argumenta que a noção de Estados Nacionais e de nações nem sempre estiveram presentes na história da humanidade. O que se

entende por esses conceitos é que eles são uma criação recente, que teve sua evolução evidenciada a partir do século XI. Tanto é que a própria ideia que se tinha de nação até então foi profundamente alterada ao longo do tempo, pois, anteriormente, nação

> nomeava qualquer conjunto de pessoas que partilhavam costumes, crenças, hábitos e modos de viver como, por exemplo, a nação judaica, [no entanto, posteriormente] passou a designar [...] um conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo governo, que obedecem a um mesmo Estado, que pertencem a um mesmo território sob a soberania de um dado regime político (ALBUQUERQUE JR., 2012, p. 19-20).

Para Heller e McElhinny (2017), o Estado-Nação surgiu como forma hegemônica de organização da vida política, econômica, social e cultural na Europa do Século XIX, principalmente na França. Ademais, na Europa desse século, a ideia de "nações" está ligada ao desenvolvimento do capitalismo industrial e ao crescimento da burguesia a partir da acumulação de riqueza do império (HELLER; McELHINNY, 2017). Essas autoras defendem o argumento de que a França permite que analisemos as ideias fundamentais de nação. A primeira delas está associada ao movimento filosófico iluminista do século XVIII, que se baseava na contestação da legitimidade da Igreja e da monarquia, uma vez que acreditava que não era feita justiça na distribuição de riqueza. Como a "razão" é a característica ou a marca desse movimento, os iluministas criticavam os religiosos por sua fé basear-se na irracionalidade. A segunda ideia fundamental de nação, por sua vez, associa-se ao Romantismo, que tinha a natureza como fonte de significado e autoridade (HELLER; McELHINNY, 2017). Ainda de acordo com as autoras, essas duas ideias representam diferentes possibilidades de imaginar a nação, o império, a identidade, a língua e a cultura, e servem como base para uma ampla gama de lutas políticas e econômicas que emergiram fortemente no século XIX e ainda estão vivas hoje em dia. Complementando essa ideia, Canagarajah (2013) argumenta que valores pregados pelo Iluminismo, como a ascensão da ciência empírica, a industrialização e a burocracia, além da valorização de aspectos nacionais defendido pelo Romantismo, foram essenciais na construção do que veio a se chamar Estado-Nação.

Recuperando o argumento das autoras, características como convergência entre uma língua, uma cultura, uma história e um território estavam fortemente ligadas à construção da ideia de nação. Ainda na perspectiva de Heller e McElhinny (2017), processos burocráticos também são fundamentais para a construção do Estado-Nação, visto que permitem ao Estado regular práticas da sua comunidade, como, no campo da linguagem, mediante a disciplinarização das línguas, com determinações como padronização, criação de dicionário e

escrita de gramáticas. A isso, aliou-se a ideia de identidade, a de um conjunto de símbolos que definem um povo, como a língua e os costumes (CANCLINI, 2008). Assim,

> surge o fenômeno dos Estados Nacionais, marcando uma nova etapa na maneira como os seres humanos passam a se organizar dali em diante. Desse modo, [...] as antigas nações, antes definidas mediante critérios como o uso da mesma língua, o pertencimento a uma mesma etnia e o uso de um território comum, passam a ser agora definidas a partir de um critério político. Isso significa que, para ser nação, torna-se necessário ter uma organização política, um Estado próprio, ou seja, para cada nação, um Estado. Foi exatamente isso o que se convencionou chamar de princípio das nacionalidades [...], decisão essencial para o estabelecimento e definição de língua nacional. (SANTOS, 2017, p. 18)

Ademais, o Estado-Nação, em sua estruturação, tinha como objetivo "[...] a substituição do caos e da incerteza por uma harmonia pré-desenhada e pela ordem planejada e controlada" (BAUMAN, 2016, p. 20), tudo isso em prol de segurança e estabilidade. É evidente que, para que isso fosse possível, era necessário interferir em vários, senão todos, os aspectos da vida dos cidadãos, "a fim de monitorá-la, registrá-la, regulamentá-la, administrá-la e controlá-la" (BAUMAN, 2016, p. 20). Dito isso, é preciso destacar os dois princípios fundamentais do Estado-Nação: (1) demarcar seus territórios e delimitar suas fronteiras físicas, sendo necessário um governo que os resguardasse; (2) homogeneizar os grupos sociais dentro de seu território, assim oferecendo segurança aos indivíduos que formassem sua população.

Em consonância a isso, como tudo o que é estabelecido pode sofrer resistência e vir a perecer, houve a necessidade de se pensar em um movimento que evitasse com que esses símbolos fossem destruídos, é, portanto, dessa maneira, que surge a mobilização em prol do nacionalismo (SANTOS, 2017). Nessa perspectiva, "o fenômeno do nacionalismo apresenta-se como um de seus principais fundamentos a 'reafirmação da língua como nacional, como própria de um determinado território e de uma comunidade específica'" (SANTOS, 2017, p. 17). De maneira a acrescentar à discussão, Bauman (2017a) descreve esse conceito como um "substituto para fatores de integração numa sociedade em desintegração" (BAUMAN, 2017a, p. 65). Logo, cabe dizer que o nacionalismo pode aparecer como uma reação a uma ameaça de desintegração, como é possível ver nesse último autor com o ressurgimento do nacionalismo como maneira de se proteger de uma possível desintegração da sociedade tendo em vista a constante onda imigratória, principalmente em países da Europa. A ideia de nacionalismo, ainda de acordo com Bauman (2017a), aparece como marcadora de identidade nacional quando a sociedade começa a se contaminar com a presença do estrangeiro, o que poderia ser entendido como um fracasso.

Segundo os moldes do nacionalismo, a língua nacional não pode ser contaminada por outras, isso porque se entende que, quando há essa contaminação, quando há influências estranhas/estrangeiras, não é mais possível garantir a manutenção da identidade nacional e abalam-se as estruturas que sustentam as ideias de nação e de nacionalismo, ou seja, a língua nacional e, consequentemente, a comunidade passam a perder as suas referências identitárias (BAUMAN, 2017a).

Dito isso, foi no início do período moderno colonial, segundo argumenta Mignolo (2003) que as línguas passaram a se denominar línguas nacionais e se consolidaram como forma de marcar domínio territorial, uma vez que essas línguas passaram a ser entendidas como pertencentes/próprias aos territórios aos quais estavam relacionadas. Seguindo na linha desse mesmo autor, usar as línguas como estabelecimento de fronteiras foi possibilitado mediante o domínio das nações colonizadoras sobre as colonizadas. Isso era feito com a imposição da língua da nação colonizadora à colonizada (SANTOS, 2017). Ademais, cabe ressaltar sobre isso que Mignolo (2003) sustenta que "no início do mundo moderno, as línguas eram ligadas a territórios, e as nações se caracterizavam pelos elos 'naturais' entre elas" (MIGNOLO, 2003, p. 302); sendo assim, a concepção de que as línguas poderiam estar dissociadas de territórios e que poderiam ser manipuladas, transformadas e remodeladas não existia, o que significava ainda mais sustentação para a definição de língua nacional e a concepção de Estado-Nação.

Estabelecida a função das línguas como indicadoras de domínio e marcadoras de fronteiras, construiu-se então a "crença de língua nacional, ligada a uma literatura nacional e que contribua, no domínio da língua, para a cultura nacional" (MIGNOLO, 2003, p. 299). Aliada a isso, apresentou-se a necessidade de pensar em comunidades imaginadas homogêneas, que não recebessem sem interferências exteriores, organizadas geopoliticamente e com fronteiras geográficas definidas (SANTOS, 2017). Dessa maneira, e considerando esses argumentos, a língua nacional passou a ser entendida como uma "entidade singular, um sistema essencialmente fechado, autônomo e diferente de outras línguas, atrelado a um território geográfico específico, que possui uma língua comum, uma língua padrão" (ZOLIN-VESZ, 2015, p. 58). Isso busca demonstrar que, a partir do momento em que houve o estabelecimento de uma língua nacional para determinado território, marcou-se nele e em seus moradores uma identidade e uma língua (nacional) que a eles seria própria. Ademais, à língua nacional atrelou-se a concepção de purismo linguístico, que, consequentemente, "se torna o centro do conceito de língua nacional – as variedades marginalizadas e as línguas minoritárias, que integram o

território-nação, são consideradas negativas e potencialmente problemáticas, influências que corrompem a 'pureza' da língua-mãe" (ZOLIN-VESZ, 2015, p. 58).

2.5 O Leviatã de Hobbes

Apresentado o contexto no qual as ideias de Estado-Nação, nacionalismo e língua nacional se manifestam, é válido recorrer a Hobbes (2012) e sua teoria do Leviatã para explicar como o Estado-Nação pode ser entendido como um Leviatã, ou seja, como ele pode ser considerado como um ser poderoso capaz de proporcionar um ambiente pacífico e favorável ao desenvolvimento do sujeito, uma vez que ele, por ser quem é, garante proteção e defesa, para, depois, estabelecer uma comparação entre essa figura e a língua nacional.

Na Bíblia, o Leviatã é mostrado como um forte monstro que vive no mar, com características semelhantes às de um dragão, com as escamas tão duras e próximas que nem um sopro passa por elas. Solta fogo pela boca, fumaça pelo nariz e possui músculos tão fortes que mais parecem armaduras, tanto que armas não conseguem penetrá-lo. Quando ele se levanta, os valentes tremem e não há nada na terra que possa ser comparado com ele (PENTECOSTAL, 1995). Recorrendo a essa figura bíblica indomável, imponente e perigosa, Hobbes (2012) estabelece uma comparação com o Estado. Em suas palavras,

> graças à arte criamos esse grande Leviatã a que chamamos República ou Estado (em latim, *Civitas*), que nada mais é que um homem artificial, bem mais alto e robusto que o natural, e que foi instituído para sua proteção e defesa; nele, a soberania é uma alma artificial que dá vida e movimento a todo o corpo; os magistrados e outros oficiais de justiça e execução são ligamentos artificiais; a recompensa e o castigo (mediante os quais cada ligamento e cada membro vinculado à sede da soberania é induzido a executar o seu dever) são os nervos, que fazem o mesmo no corpo natural; a riqueza e a abundância de todos os membros particulares constituem sua potência; a *salus populi* (a segurança do povo) é seu objetivo; os conselheiros, que informam sobre tudo o que é preciso conhecer, são a memória; a equidade e as leis, uma razão e uma vontade artificiais; a concórdia é a saúde; a sedição, a enfermidade; a guerra civil, a morte (HOBBES, 2012, p. 15-16)

Ao apresentar o Leviatã com todas as partes que o compõem, Hobbes (2012) destaca a necessidade dele para a organização social. Como maneira de legitimar a ideia de que esse ser deve ser considerado importante para a manutenção da ordem, o autor recorre a uma condição que ele chama de guerra e afirma que "quando não existe um poder comum capaz de manter os homens numa atitude de respeito, temos a condição do que denominamos guerra; uma guerra de todos contra todos" (HOBBES, 2012, p. 104). Com o objetivo de evitar essa condição, surge

o Leviatã, pois ele é o poder comum capaz de instituir ordem, respeito e segurança. Sob o poder dele, os homens não temem e não são violentos e como o homem não pode decidir por si mesmo, considerando que os resultados de suas atitudes são incertos, o Leviatã lhe diz o que fazer e como fazer para evitar que o caos resultante de uma guerra tome conta das relações sociais.

O Leviatã de Hobbes (2012), portanto, é constituído por homens que cedem o poder de decisão a apenas um, no caso, o soberano, que, para Hobbes (2012), deveria ser preferencialmente o rei, mas, no caso da maioria das sociedades, trata-se de um governante com grande poder de decisão. No entanto, esse poder de decisão não é cedido à toa, o que motiva os homens a aceitarem isso é o sentimento de autopreservação, trata-se da cessão em troca de proteção e de uma vida pacífica e ordenada, uma vez que uma das prioridades do Leviatã é a proteção dos que estão sob o seu domínio. O autor ainda destaca que o homem, se não estivesse sob o domínio do Leviatã, cederia a seus próprios desejos, o que provocaria conflitos, especialmente se isso se relacionasse a poder e riquezas. Para o autor, esse ser e o poder conferido a ele é capaz de acabar com os conflitos individuais e estabelecer um pensamento coletivo.

A partir da consideração que o homem se submete à dominação do Estado-Nação e cede o poder de decisão ao indivíduo que se apresenta como representante dele porque acredita que, sob a sua determinação, haverá estabilidade, ordem, paz e segurança, afinal, são essas as garantias prometidas, percebe-se que a semelhança entre o Leviatã de Hobbes (2012) e a definição de Estado-Nação trabalhada por Bauman (2016), visto que esse ser é capaz de apresentar características que são fundamentais ao Estado-Nação, como a delimitação de uma fronteira física e a definição de um governo que a resguarde e a homogeneização dos grupos sociais dentro de seu território, oferecendo segurança como benefício aos indivíduos que habitam esse território. Logo, o Leviatã apresenta-se como a "referência imagética" do Estado-Nação.

2.6 Enfim, a retrotopia linguística

Tudo o que foi discutido nas seções anteriores foi disposto neste trabalho com uma intenção: mostrar-se como caminho para o conceito que pretendo desenvolver. Portanto, considerando todas as ideias que foram expostas, passo a discorrer sobre o elemento fundamental para a defesa desta tese, o movimento de *retrotopia linguística*.

O conceito de retrotopia, o qual já foi explicitado anteriormente, a meu ver, pode ser trabalhado também no âmbito da língua e, baseada em Bauman (2017b), que afirma que o movimento de volta a um passado que se apresenta como "uma trilha de limpeza dos estragos cometidos pelos futuros toda vez que eles viraram presentes" é "visível e palpavelmente sentido *em todos os níveis* da coabitação social" (BAUMAN, 2017b, p. 12), creio ser possível apegar-me a isso e propor o movimento de retrotopia linguística, afinal, na minha concepção, a língua pode ser entendida como um desses níveis da coabitação social citados por Bauman (2017b).

Recuperando o conceito de retrotopia, o qual é entendido pelo autor como "visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro 'ainda todavia por nascer' e, por isso, inexistente" (BAUMAN, 2017b, p. 10), e aliando-o à ideia de que tal postura carrega consigo "revivificações nacionais e nacionalistas [...] por meio de um retorno a símbolos e mitos nacionais" (BAUMAN, 2017b, p. 9), é possível pensar que, como exposto neste trabalho, a língua nacional – ou a crença nela –, por se manifestar como parte integrante desses símbolos e mitos nacionais ou até mesmo se apresentar como um desses símbolos e mitos, conforme Santos (2017), pode se unir ao conceito de Bauman (2017b) e, assim, formar o conceito de retrotopia linguística. Vale destacar que a menção será sempre à língua nacional justamente pela sua relação com o nacionalismo e com os valores a ele associados que se manifestam nessa discussão que tenho trazido à baila.

De acordo com Bauman (2017b), estamos vivendo em uma "era nostálgica", na qual percebe-se "um sentimento de perda e de deslocamento" (BAUMAN, 2017b, p. 8), o qual se manifesta de maneira tão presente que o autor chega a afirmar a existência de uma "epidemia global de nostalgia", ou seja, "um anseio emocional por uma comunidade com uma memória coletiva, um desejo ardente de comunidade num mundo fragmentado" (BAUMAN, 2017b, p. 8). A língua nacional, nesse contexto, pode ser encarada como uma dessas fronteiras que, no mundo contemporâneo – globalizado –, demonstra sinais de difusão e porosidade. Essa afirmação pode ser confirmada pelo autor ao dizer que as portas do mundo globalizado perderam suas dobradiças (SANTOS, 2017, p. 13) e, como não há mais uma barreira de proteção e de separação que resguarde símbolos como a língua nacional, surge o sentimento de deslocamento, de perda e destaca-se o anseio pelo resgaste de características e de uma memória que se apresenta como sendo perdida. Nesse contexto, a língua nacional apresenta-se como aquela que guarda uma memória coletiva, como a que é capaz de trazer de volta o sentimento de comunidade, de unidade e, por isso, manifestações de desejo de um possível "resgate" da língua nacional começam a ganhar força e construções que apelam para a preservação da língua

nacional, para manutenção de uma estrutura já estabelecida, tornam-se cada vez mais frequentes.

Como exemplo disso, cabe destacar a publicação “Hora de preservar a ‘Última Flor do Lácio, Inculta e Bela...’” (Imagem 1), retirado de um perfil no Facebook cujas postagens são públicas.

Publicação 1 - Imagem 1

Fonte: Facebook

De início, a primeira característica que chama a atenção nessa publicação é a menção ao primeiro verso do poema *Língua Portuguesa* de Olavo Bilac. Esse autor brasileiro, ao escrever esse poema, descreve a língua portuguesa como a última flor do Lácio, inculta e bela, referindo-se ao fato de a língua portuguesa ter sido a última língua neolatina formada a partir do latim vulgar, idioma este que era o utilizado pelos soldados da região do Lácio na Itália. Nesse poema, Bilac procura enaltecer a beleza da língua portuguesa e, apesar de reconhecer que a língua ainda precisava ser moldada, declara o seu amor a ela.

Posto isso, cabe destacar que a referência a esse poema não foi feita de maneira inocente ou despropositada, pelo contrário, a pessoa que produziu essa publicação buscou deixar evidente, a meu ver, que a ideia que ela tem de língua nacional deve ser preservada, deve ser mantida para que expressões ou palavras incorretas não venham a fazer parte do idioma e acabar por

contaminar a língua portuguesa. Isso remete à nostalgia citada por Bauman (2017b) e por Boym (2017) como o elemento essencial para a confecção do mapa da retrotopia. Esse desejo de preservação da língua portuguesa evidenciado na publicação pode ser entendido como resultado de um sentimento nostálgico de retorno a um passado no qual mensagens em prol da preservação da língua nacional não eram necessárias, visto que isso era feito de maneira "natural". A partir do momento em que a concepção que se tem de lar ideal se vê ameaçada, percebe-se uma recorrência ao que Bauman (2017b) associou ao núcleo de muitas poderosas ideologias atuais, que se apoiam em símbolos nacionais para garantir uma suposta estabilidade nacional. Exemplo disso são movimentos políticos que surgem cada vez mais apoiados em ideias de valorização do nacional/nacionalismo e de rechaço ao estranho/estrangeiro e de apresentação deste como responsável por todas as mazelas sociais.

Voltando ao post, é possível observar que ele foi produzido para concordar com um determinado texto, no caso, o "Lenços umidecidos ou umedecidos? A grafia correta é 'lenços umedecidos'. A dúvida ocorre, pois a palavra úmido é escrita com –i. Vale lembrar que o verbo é umedecer." Percebe-se que a intenção do texto é concordar com uma regra estabelecida pela gramática normativa, ou seja, colocam-se as normas gramaticais como exemplos a serem seguidos e como possibilidades únicas de utilização da língua. Esse tipo de postura, a qual apresenta as determinações do Estado-Nação como as únicas manifestações legítimas dentro de um contexto de uso da língua nacional, alia-se à perspectiva de que, sem o governo do Leviatã, entendido aqui como o Estado-Nação, os homens estão sujeitos ao caos e à guerra.

Nesse mesmo sentido, a partir do momento em que a ideia que se tem de língua nacional, de estabilidade e de segurança começa a se perder com novas manifestações linguísticas que não cabem mais dentro dos moldes estabelecidos pelo Estado-Nação, é preciso apelar a pedidos, como os de preservação, que reforcem a ideia de que o cenário atual está prejudicando e ameaçando a estabilidade prometida pelo Leviatã, uma vez que se encontra sob o seu governo, e é isso o que se percebe na publicação em destaque.

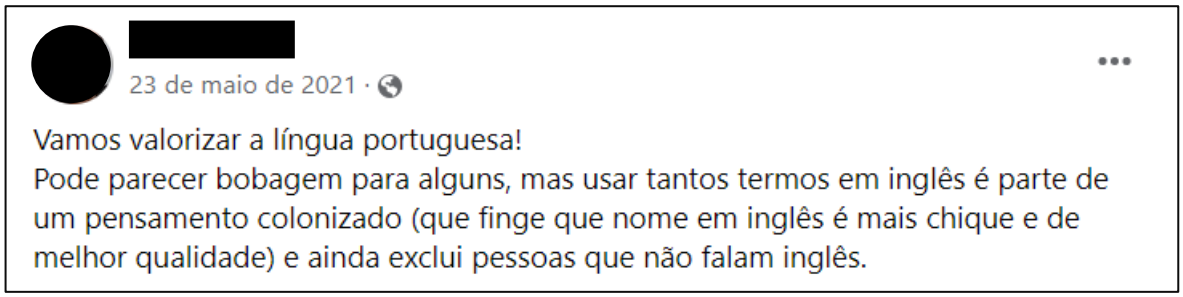
Logo, pode-se considerar que o pedido de preservação da língua portuguesa mediante a referência ao poema de Olavo Bilac sugere a preservação dos moldes do Estado-Nação, uma vez que se defende a "garantia da integridade" da língua nacional como essencial para a estabilidade das práticas linguísticas, como meio de se manter um cenário aparentemente de segurança.

Aliada a essa postura de preservação, ressurge o sentimento de "volta às tribos", de retorno às origens, de regresso ao que seria considerado como ideal e utópico, de

(re)reconhecimento da importância de resguardar o que “define” essa tribo, que demarca uma origem. Nesse contexto, a língua nacional apresenta-se como essa ferramenta de marcação de um passado considerado ideal e, como a idealização de um futuro mostra-se cada vez mais distante de ser concretizada e visualizada, surge a tendência de voltar o olhar a práticas e a ideias do passado, uma vez que são conhecidas e reconhecidas, ao contrário do futuro, que se apresenta como imprevisível, portanto, como incerto.

Diante disso, vale mencionar o post “Vamos valorizar a língua portuguesa! Pode parecer bobagem para alguns, mas usar tantos termos em inglês é parte de um pensamento colonizado (que finge que nome em inglês é mais chique e de melhor qualidade) e ainda exclui pessoas que não falam inglês” (Imagem 2), retirado de uma página pública do Facebook.

Publicação 2 - Imagem 2



Fonte: Facebook

Ao observar o texto dessa publicação, chamam a atenção algumas palavras e expressões usadas, tais como “valorizar” e “pensamento colonizado”. Percebe-se que o autor, ao defender a valorização da língua portuguesa e considerar o uso de termos em inglês como manutenção de um pensamento colonizado, está manifestando o desejo de valorização da língua portuguesa e de rechaço a outros idiomas que não são “naturais” ao território brasileiro, como é o caso do inglês. Tal afirmação remete ao pensamento destacado por Zolin-Vesz, Santos e Cardoso (2019) de que, para os que veem como prejudicial a inclusão de elementos de outros idiomas na língua portuguesa, valorizar a língua nacional seria garantir a preservação da identidade nacional, além de reforçar o enraizamento do produtor do post no discurso monolíngue na maneira como o conceito de língua é entendido, pois a percebe como independente de outras e não aceita uma possível associação entre elementos de idiomas considerados distintos, diferentes.

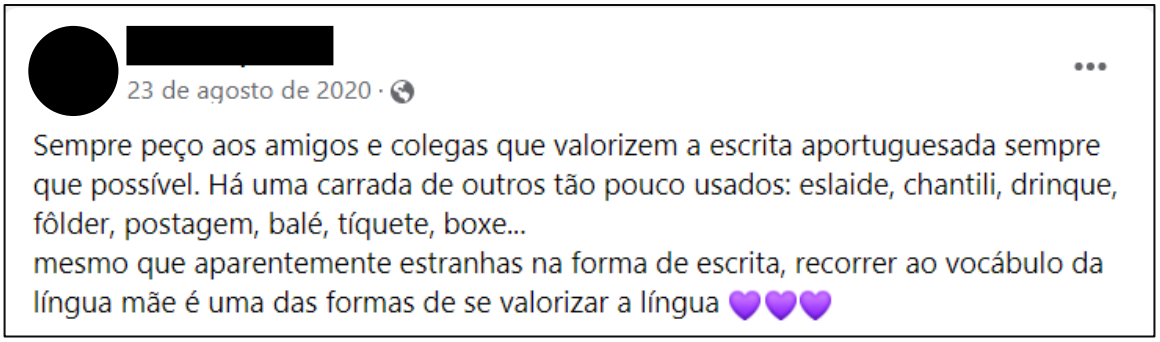
É interessante observar que também que a menção a “pensamento colonizado” na postagem remete aos estudos de Mignolo (2017), o qual destacou que a língua nacional foi concebida com a intenção de marcar domínio, possessão, uma vez que a nação colonizadora

impunha sua língua à nação colonizada. Como a intenção de problematizar tal postura, proponho a seguinte reflexão: para justificar o seu posicionamento, o autor do post argumenta que recorrer a elementos de outras línguas seria manter um pensamento colonizado, mas defender a crença de que existe uma língua nacional que não pode ser associada a outras tendo em vista a sua "pureza" não seria justamente reforçar o pensamento colonial de que as comunidades não devem sofrer interferências exteriores e suas fronteiras devem ser bem definidas? Ao reconhecer que umas dessas fronteiras é a língua, nota-se, na publicação, a defesa de um ponto de vista que destaca que valorizar a língua portuguesa e evitar o uso de elementos linguísticos de outros idiomas seria usar a língua nacional como combustível para reacender a chama do nacionalismo que supostamente está sendo perdida – ou apagada.

Além disso, ao sugerir uma possível exclusão de pessoas que não falam inglês, o autor da publicação acaba pressupondo que os considerados falantes nativos teriam um conhecimento natural da língua que garantiria a compreensão do português em sua totalidade e a sua inclusão em um contexto de uso da língua nacional, o que pode ser contestado frente aos constantes e recorrentes casos de preconceito linguístico que muitas pessoas enfrentam no país. Sendo assim, é possível considerar que essa postagem demonstra o sentimento de retorno às bases estabelecidas pelo Estado-Nação para a língua, uma vez que o considera como extremamente importante para a manutenção de uma estabilidade que só pode ser conferida pela língua nacional.

Por sua vez, a publicação "Sempre peço aos amigos e colegas que valorizem a escrita aportuguesada sempre que possível. Há uma carrada de outros tão pouco usados: eslaide, chantili, drinque, fôlder, postagem, balé, tíquete, boxe... mesmo que aparentemente estranhas na forma de escrita, recorrer ao vocábulo da língua mãe é uma das formas de se valorizar a língua" (Imagem 3), na minha concepção, também manifesta o anseio de revivificação do nacionalismo por meio da língua nacional ao recorrer à apresentação de palavras aportuguesadas que deveriam ser usadas pelos falantes da língua portuguesa.

Publicação 3 - Imagem 3



Fonte: Facebook

Assim como na publicação anterior, o autor dessa postagem apresenta uma defesa do que ele chama de "escrita aportuguesada", o que seria preferir a versão portuguesa de palavras originalmente "pertencentes" a outros idiomas. Essa tentativa de distanciamento de elementos linguísticos que não se encaixam no que se entende como português evidencia uma postura que entende como legítimas apenas as manifestações que correspondem às determinações estabelecidas pelo Estado-Nação para a língua nacional e evita práticas linguísticas contemporâneas que supostamente evidenciam incerteza e instabilidade, como é o caso dos estrangeirismos.

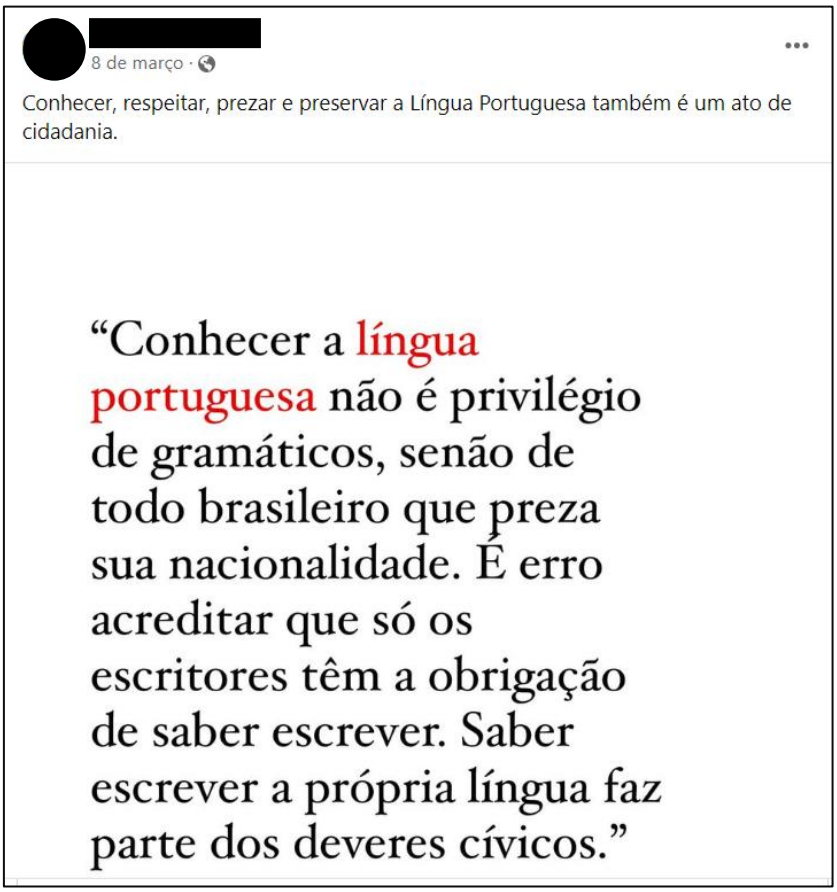
Vale destacar que outro dos elementos que evidenciam uma postura nacionalista nessa postagem é a classificação do português como "língua-mãe", o que sugere o reconhecimento dele como parte de nossas raízes, como parte de nossa identidade. Nesse aspecto, cabe relembrar as palavras de Zolin-Vesz (2015), o qual destacou que a língua nacional passou a ser entendida então como uma "entidade singular, um sistema essencialmente fechado, autônomo e diferente de outras línguas, atrelado a um território geográfico específico, que possui uma língua comum, uma língua padrão" (ZOLIN-VESZ, 2015, p. 58), o que confirma o argumento de que a língua nacional marca uma identidade e que qualquer manifestação que destoe dessa determinação deve ser rejeitada, a exemplo, repito, dos estrangeirismo. Tal postura reforça os parâmetros que serviram como base para a definição do paradigma monolíngue, pois, a partir do momento em que se estabeleceu uma língua nacional para determinado território, estabeleceu-se domínio sobre aquele lugar, deu-se um sentido a ele e marcou-se uma identidade a todos os seus moradores, aos pertencentes àquela comunidade e aos falantes daquela língua que, por sua vez, é considerada "nacional", ou seja, exclusiva de determinada nação.

Diante disso, reforço que tal postagem reforça a postura de que uma das formas de se valorizar a língua portuguesa é renunciando a estrangeirismos e garantindo o respeito às

determinações do Estado-Nação para a língua nas práticas linguísticas, haja vista que nós, seus filhos, não devemos descaracterizá-la.

Na mesma linha do texto anterior, está o "Conhecer, respeitar, prezar e preservar a Língua Portuguesa também é um ato de cidadania" (Imagem 4). Mais uma vez, na tentativa de reforçar a língua como um instrumento de revivificação do nacionalismo, recorre-se a verbos como "respeitar" e "preservar", evidenciando a necessidade de manutenção de algo que se supõe ser mecanismo de estabilidade e de organização.

Publicação 4 - Imagem 4



Fonte: Facebook

Nesse texto, cabe destacar também a menção à palavra cidadania, quando se considera que posturas que conservam a língua portuguesa se apresentam como ato de cidadania. Tal afirmação remete à perspectiva de Di Renzo (2012), quem compreende que o entendimento da língua nacional está intrinsicamente ligado às ideias de nação, cidadania e nacionalidade. Logo, entendem-se os motivos pelos quais o texto associa a língua portuguesa à cidadania.

Ampliando um pouco a discussão desse texto e para não nos limitarmos, nesse caso, apenas à legenda da imagem, vamos observar seu conteúdo, o qual destaca que "conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão de todo brasileiro que preza sua nacionalidade. É erro acreditar que só os escritores têm a obrigação de saber escrever. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos". Com essa afirmação, além de reforçar o aprendizado da língua nacional como um dever que corresponde ao papel do indivíduo como cidadão, pode-se entender que a pessoa que publicou dito texto sugeriu ao leitor que quem não preza sua nacionalidade não se preocupa em conhecer a língua portuguesa, não se preocupa em exercer a sua cidadania. É preciso dizer que a língua portuguesa a qual ela se refere é a dicionarizada e que atende às regras estabelecidas pela gramática normativa, visto que esta é uma das bandeiras, um dos símbolos defendidos pelo Estado-Nação como única manifestação legítima dentro da língua.

Sendo assim, sugere-se que quem não segue o que é determinado pelo Estado-Nação para a língua nacional, quem não "aprende a escrever", não está se posicionando como cidadão, não está valorizando essa característica tão importante para a vida em determinado território, não está prezando sua nacionalidade, o que seria inaceitável para quem valoriza a sua origem e, consequentemente, a língua nacional associada ao seu território de origem, à sua comunidade.

Frente às características apresentadas nessas publicações, ou seja, a associação entre o que Bauman (2017b) denominou como retrotopia, a saber, "revivificações nacionais e nacionalistas [...] por meio de um retorno a símbolos e mitos nacionais" (BAUMAN, 2017b, p. 9) e "visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro 'ainda todavia por nascer' e, por isso, inexistente" (BAUMAN, 2017b, p. 10), e o apelo à preservação e à valorização da língua nacional, é possível pensar, então, no movimento de retrotopia linguística.

Dito isso, chamo a atenção para o que entendo como retrotopia linguística: o uso da língua nacional como ferramenta de recuperação de um passado ideal e como marcadora de estabilidade que, por sua vez, associa-se exclusivamente ao passado. Sendo assim, vale destacar que esse passado valorizado pelo movimento retrotópico pode se manifestar também no âmbito da língua nacional, uma vez que, diante do atual cenário de medos e incertezas e de "constante corrupção da língua", ela passa a ser vista como a guardiã de valores de estabilidade, segurança e ordem. Nesse contexto, vale reforçar, é que surge a ideia de retrotopia linguística, pois a língua nacional passa a ser entendida a partir dessa característica de resgate de valores que foram perdidos ao longo do tempo e como meio pelo qual seria possível voltar à estabilidade tão

presente no passado e ansiada nos dias atuais justamente por ser "detectada" a sua escassez e por não ser possível visualizar com clareza o futuro.

Nesse ponto, é possível ampliar a discussão e sugerir uma associação entre "futuro" e o "estranho/estrangeiro" citado por Bauman (2017b), àqueles que "podem ser, devem ser, culpados por todas as dificuldades, incertezas e desorientações" que os seres humanos sentem (BAUMAN, 2017b, p. 65), afinal, o futuro, assim como o estranho/estrangeiro, apresenta-se como "diferente, imprevisível, ao contrário do que conhecemos e estamos acostumados a lidar" (BAUMAN, 2017b, p. 13-14). Da mesma maneira, podemos associar o passado com o que é nacional, visto que, por serem conhecidos e previsíveis o passado e os atos e símbolos característicos de uma nação, não representam uma ameaça, mas uma possibilidade de estabilidade e segurança. No futuro, reconhece-se apenas a inexistência de alternativas para a construção de projetos que tenham o mesmo valor e características ideais como as que se encontram no passado, ou mais especificamente, na Utopia de Thomas More. Já o passado, como é conhecido, ou mesmo reconhecível, não causa ansiedade, desconforto ou incerteza, por isso, pode ser desejado e almejado, o que, consequentemente, leva a sua idealização como o elemento necessário para o resgate de características que dão segurança e conforto.

A retrotopia linguística, portanto, possui como característica, no nível da língua, a defesa de ideais e valores associados ao Estado-Nação e, consequentemente, ao nacionalismo como modelos e serem seguidos e copiados. Logo, a língua nacional é como colocada como a responsável por guardar os valores de uma determinada comunidade e de um determinado local, perspectivas que retomam a ideia apresentada pelo Estado-Nação de que a língua nacional é a garantia de manutenção da identidade nacional quando a sociedade começa a fracassar e a se contaminar, fracasso e contaminação esses que, de acordo com os defensores da ideia da língua como referência identitária, são ocasionados pelos moldes atuais que configuram a sociedade e sua interação com a língua e trazem instabilidade e incerteza, além de destruírem valores, no caso, a língua, que poderiam eliminar esses problemas. Diante disso, surgem defensores da valorização da língua nacional, pois se acredita que apenas essa valorização será capaz de impedir a deturpação de um elemento essencial para a demarcação de uma determinada identidade.

Outra publicação que trago como exemplo de manifestação de uma postura retrotópica no campo da língua é a "Valorizar a língua portuguesa falada e escrita em nosso País é preservar a identidade do brasileiro e celebrar aquilo de mais sagrado que existe numa nação soberana e amada!" (Imagem 5). Assim como nas postagens anteriores, percebe-se o apelo à ideia de

valorização e de preservação associada à noção de identidade, o que ocorreria por meio da valorização da língua portuguesa falada e escrita. Nesse caso, preferi não evidenciar como processo de retrotopia linguística o texto da imagem, apenas o que foi escrito como legenda da publicação, pois, a seguir, apresentarei outro texto com a mesma postura, no qual destacarei a menção de alguns elementos da língua inglesa que, na perspectiva dos produtores do texto, deveriam ser substituídos por elementos da língua portuguesa.

Publicação 5 - Imagem 5

Fonte: Facebook

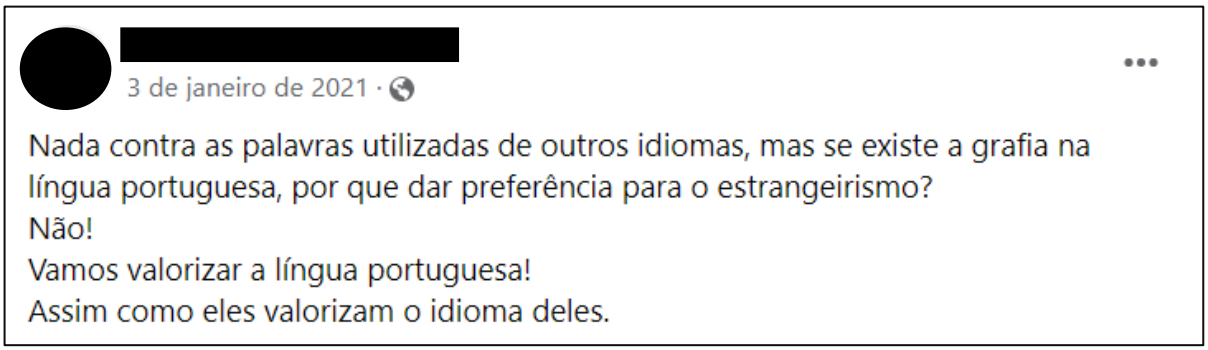
Mais uma vez, cabe destacar aspectos que incluem esse enunciado no campo da retrotopia linguística. Em um primeiro momento, é possível atentar-se à utilização de termos como “valorizar”, “preservar” e “celebrar”, visto que podem ser relacionadas ao movimento que considera a “volta ao passado” a melhor alternativa para a verdadeira culpada pelo fracasso do presente, a globalização. Em um contexto global, no qual as línguas transitam entre territórios, tentar impedir que elementos linguísticos de outros idiomas não convivam em um território não próprios a eles de acordo com o que determina o Estado-Nação é ignorar que se vive em um mundo cujas fronteiras encontram-se porosas e difusas.

Argumentar que “valorizar a língua portuguesa é preservar a identidade do brasileiro” se assemelha ao desejo de volta a um momento em que se pensava que as fronteiras entre os países estavam muito bem definidas e o processo globalização não havia se difundido de maneira, a meu ver, irreversível, situação que, como já adiantou Mignolo (2008), é anterior aos últimos vinte anos pelo menos.

Ademais, a possível comparação entre língua nacional e o que se tem de mais sagrado em uma nação demonstra como a percepção que se tem de língua nacional como um elemento sagrado, imaculado e intocável ainda persiste no imaginário popular. Essa situação também remete ao trabalho de Zolin-Vesz, Santos e Cardoso (2019) que destacou como ainda existem comportamentos que evidenciam o anseio de manutenção de uma língua pura que deve ser, acima de tudo, preservada e valorizada.

Como evidência de que essa postura é bastante recorrente, apresento também o texto “Nada contra as palavras utilizadas em outro idioma, mas se existe a grafia na língua portuguesa, por que dar preferência para o estrangeirismo? Não! Vamos valorizar a língua portuguesa! Assim como eles valorizam o idioma deles” (Imagem 6). Tal publicação remete ao mesmo pensamento apresentado na publicação anterior ao desprezar o uso de estrangeirismos e priorizar a grafia em língua portuguesa.

Publicação 6 - Imagem 6



Fonte: Facebook

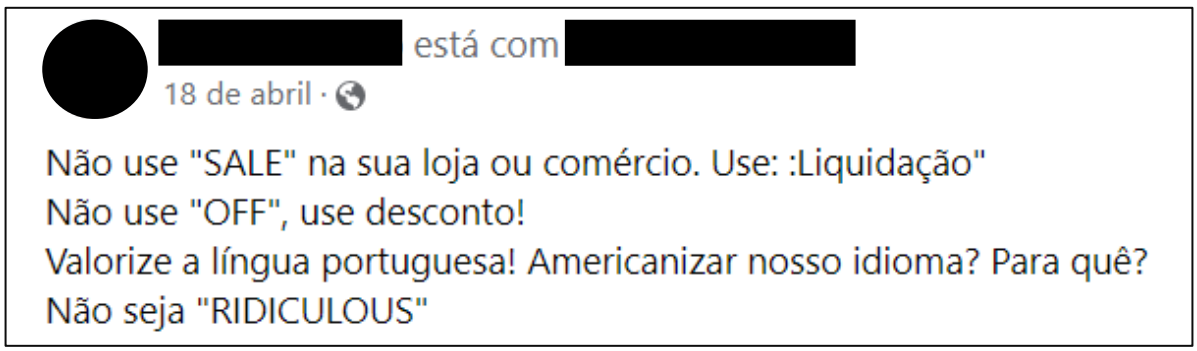
Nessa publicação, é possível visualizar, mais uma vez, a percepção de que o uso de estrangeirismos demonstra desvalorização da língua portuguesa, tendo em vista que apenas o reconhecimento e a utilização exclusiva do vocabulário da língua nacional garantiriam o respeito ao idioma.

Ainda sobre esse post, cabe destacar a menção a “assim como eles valorizam o idioma deles”, tendo em vista que chama a atenção para um fato que supostamente não acontece no

Brasil, mas é facilmente percebido em outros países. Não é possível saber com certeza, mas, considerando o que foi apresentado na publicação, quem escreveu essas palavras acredita que falantes de outros idiomas valorizam a língua deles, o que, em sua percepção, não ocorre no Brasil, tendo em vista a enorme tendência dos falantes da língua portuguesa de incluir elementos linguísticos de outros idiomas a textos e contextos nos quais eles não deveriam ser apresentados.

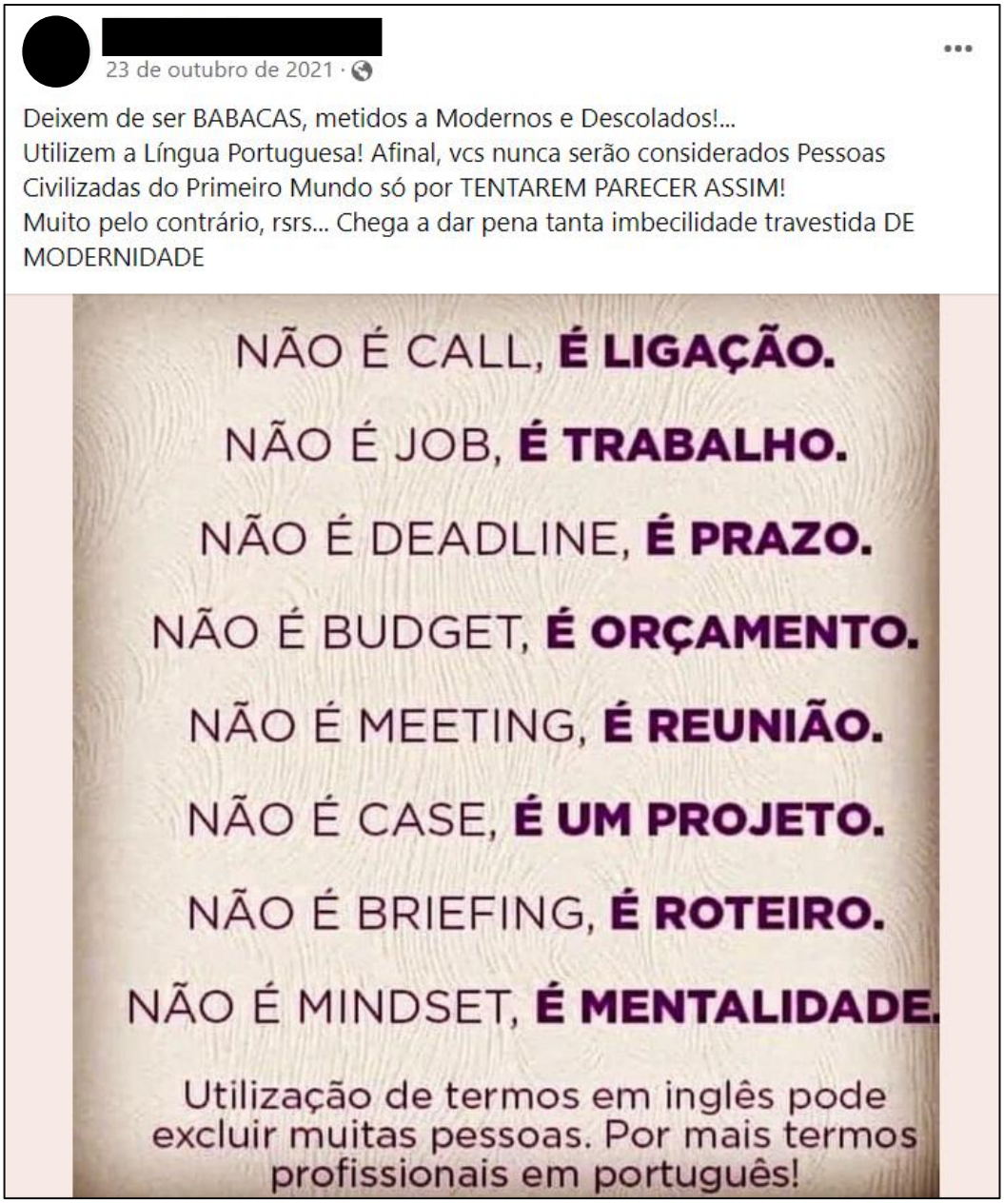
Outras publicações que trago como exemplificação do movimento de retrotopia linguística são “Não use “SALE” na sua loja ou comércio. Use: Liquidação” Não use “OFF”, use desconto! Valorize a língua portuguesa! Americanizar nosso idioma? Para quê? Não seja ‘RIDICULOUS’” (Imagem 7) e “Deixem de ser BABACAS, metidos a Modernos e Descolados!... Utilizem a Língua Portuguesa! Afinal, vcs nunca serão considerados Pessoas Civilizadas do Primeiro Mundo só por TENTAREM PARECER ASSIM! Muito pelo contrário, rsrs... Chega a dar pena tanta imbecilidade travestida DE MODERNIDADE” (Imagem 8).

Publicação 7 - Imagem 7



Fonte: Facebook

Publicação 8 - Imagem 8



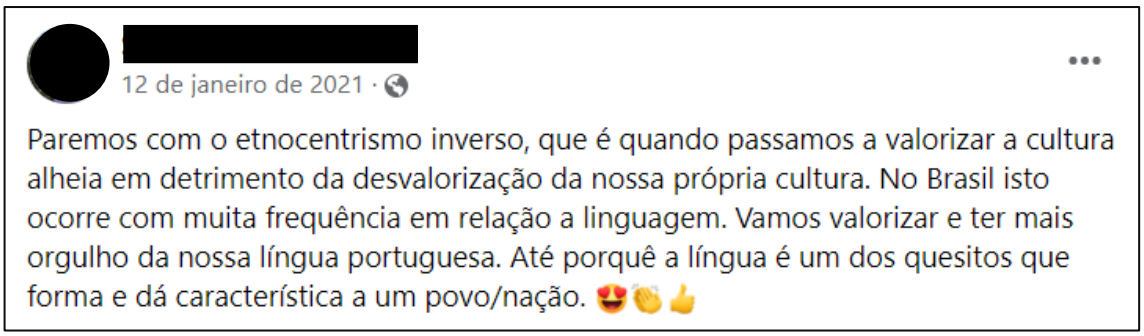
Fonte: Facebook

Seguindo na mesma linha dos exemplos anteriores, é possível apontar que esses textos reforçam a necessidade de se renunciar o uso de palavras estrangeiras para garantir a valorização da língua portuguesa e evitar a americanização dela e inclusive a imbecilidade, postura que, a meu ver, sugere o movimento de retrotopia linguística. Ao "aconselhar" o leitor de que não é necessário recorrer a elementos de outros idiomas, uma vez que o Brasil possui palavras semelhantes, os autores das publicações dão a entender que é possível se comunicar e informar sem a utilização de palavras com origem estrangeira. É importante perceber que, no

rechaço ao estrangeirismo, os autores consideram os que se apropriam de elementos linguísticos da língua inglesa como “ridículos” e “babacas”, e para expressar o seu descontentamento, um deles usa ironicamente uma palavra do vocabulário inglês. Logo, é cabível a associação entre tais publicações e o movimento de retrotopia linguística, pois ambos apresentam a intenção de retorno e manutenção às bases do que o Estado-Nação determina como únicas possibilidades dentro da língua, o que, nesse caso, corresponderiam à não inclusão de estrangeirismos em contextos de utilização da língua portuguesa.

Além dos posts anteriores, cabe trazer como exemplo a publicação “Paremos com o etnocentrismo inverso, que é quando passamos a valorizar a cultura alheia em detrimento da desvalorização da nossa própria cultura. No Brasil isto ocorre com muita frequência em relação a linguagem. Vamos valorizar e ter mais orgulho da nossa língua portuguesa. Até porquê a língua é um dos quesitos que dá forma e característica a um povo/nação” (Imagem 9). A partir do que entendo como retrotopia linguística, é possível associar esse post ao movimento de recuperação de ideias estabelecidas pelo Estado-Nação para a língua.

Publicação 9 – Imagem 9



Fonte: Facebook

Observando esse texto, percebe-se, mais uma vez, a utilização da palavra “valorizar” e, como fato novo, a associação entre língua, cultura e identidade. No trecho “Até porquê a língua é um dos quesitos que dá forma e característica a um povo/nação”, nota-se que o autor do texto considera a língua como um elemento de manutenção da identidade nacional e de reforço da cultura, ou seja, trata-se de uma afirmação que retoma a ideia apresentada pelo Estado-Nação de que a língua (nacional) é a garantia de manutenção da identidade nacional e essencial para a definição de cultura nacional.

Ademais, é preciso reconhecer que, de acordo com os defensores da ideia de língua como referência identitária, considerar como passível de utilização uma outra língua dentro do

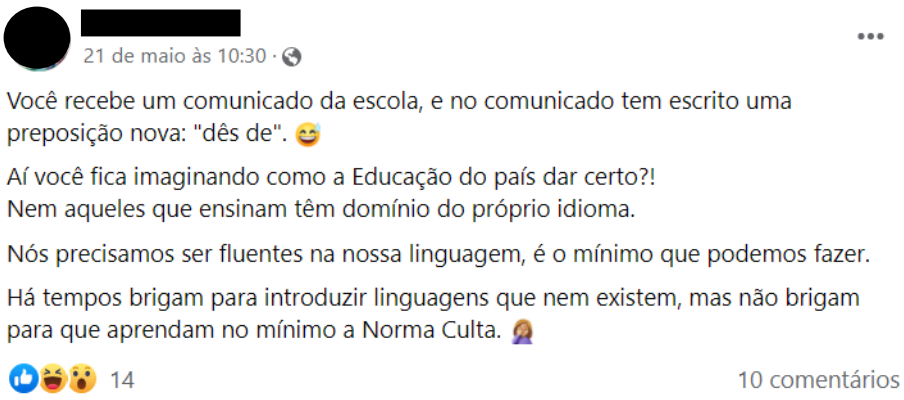
território da língua nacional seria automaticamente desvalorizar e desconsiderar a língua que marca a identidade de um povo. Por esse motivo é que deve ser priorizada a língua nacional em qualquer circunstância para que essa referência não se perca.

Indo um pouco além, nota-se que o autor da publicação defende a valorização da língua portuguesa, mas comete desvios que não são aceitos pela gramática normativa da língua, como o não isolamento com vírgula do adjunto adverbial antecipado "no Brasil" e o não reconhecimento da existência de crase no trecho "em relação a linguagem". Além disso, pode-se perceber o desconhecimento acerca dos usos adequados – segundo as normas gramaticais da língua portuguesa – dos "porquês" e a não compreensão do uso da expressão "em detrimento de", tendo em vista a construção "em detrimento da desvalorização da nossa própria cultura".

Logo, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que, nesse post, percebe-se a defesa do uso da língua nacional como garantia de reforço da identidade e da cultura nacionais, o que pode ser definido como movimento de retrotopia linguística, destaca-se também um possível desconhecimento das regras que se defende ao cometer desvios que seriam condenados a partir de uma visão baseada no respeito à gramática normativa e ao vocabulário da língua portuguesa.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, cabe ainda destacar a publicação "Você recebe um comunicado da escola, e no comunicado tem escrito uma preposição nova: 'dês de'. Aí você fica imaginando como a Educação do país dar certo?! Nem aqueles que ensinam têm domínio do idioma. Nós precisamos ser fluentes na nossa linguagem, é o mínimo que podemos fazer. Há tempos brigam para introduzir linguagens que nem existem, mas não brigam para que aprendam no mínimo a Norma Culta" (Imagem 10). Esse é mais um caso no qual se critica algo, mas se comete uma "falha" semelhante ao usar estruturas como "Aí você fica imaginando como a Educação do país dar certo?!"

Publicação 10 – Imagem 10



Fonte: Facebook

De maneira mais pontual, destaca-se que a defesa de aspectos da gramática normativa – uma das "bandeiras" defendidas pelo Estado-Nação – ocorre devido à necessidade que muitas pessoas sentem de defender a língua nacional e atacar e rechaçar outras manifestações que destoam do que é determinado como correto e adequado pelo Estado-Nação para a língua nacional. Como exemplo disso, vemos, principalmente nas redes sociais, pessoas defendendo o atendimento a normas gramaticais como única possibilidade de uso da língua e criticando, rejeitando e até mesmo zombando de outras manifestações que não seguem as regras determinadas por essa gramática, além de caracterizá-las como uma "ameaça" ao que seria considerado como produção legítima. Nesse caso, podemos pensar que a língua nacional representa aqueles aspectos de estabilidade que o Estado-Nação tanto preza e prega e, a partir do momento em que essa característica de imutabilidade é contestada ou ignorada, surge um movimento de retomada e de reafirmação de aspectos imutáveis da língua, em específico, aqueles relacionados à gramática normativa. Repetindo a postura de defesa da escrita dicionarizada da língua, percebe-se a sugestão de que existe uma única possibilidade legítima de manifestação da língua, o que faz com que as que não se encaixem nos requisitos estabelecidos pelo dicionário são inexistentes e, por isso, devem ser desconsideradas, uma vez que a prioridade deve ser dada ao domínio e à fluência da língua nacional.

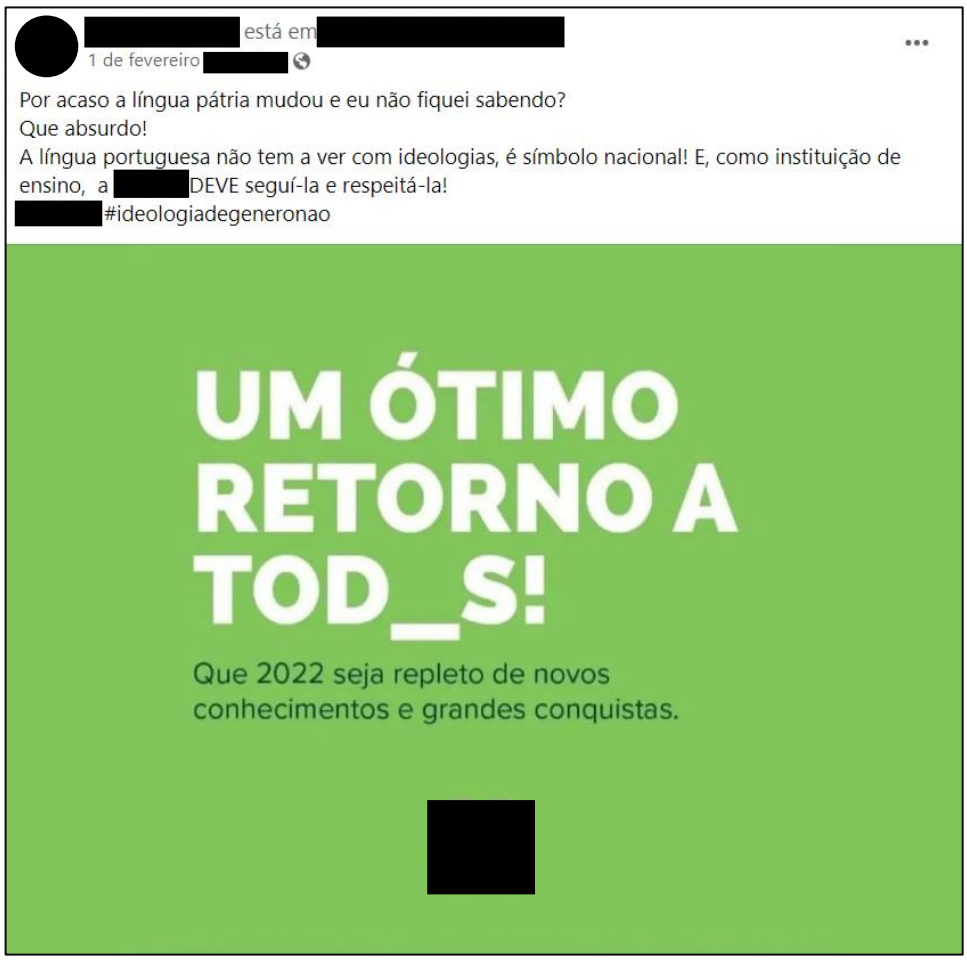
Nesse contexto, vale ressaltar ainda a figura falante nativo que, considerando essas configurações de retorno ao passado, precisa conhecer a língua nacional para que possa defendê-la com credibilidade, o que, aparentemente, não acontece na situação descrita no post em questão. Normalmente, os falantes nativos são os responsáveis por liderar o movimento de retrotopia linguística, pois são eles os que possuem conhecimento "suficiente" para determinar que o passado possuía características que o presente não apresenta e que o futuro nunca terá e são os que carregam consigo sentimentos de certeza e segurança. Um estranho/estrangeiro nunca conseguirá liderar esse movimento, justamente por reunir características de incerteza e insegurança, por não ter autoridade na língua e por representar o futuro, visto que não se sabe o que esperar dele por suas atitudes serem imprevisíveis e desconhecidas. Logo, é necessário que o falante nativo domine a língua nacional e conheça as suas regras, além de, obviamente, segui-las, para que um bem maior, como a Educação, possa finalmente ser consolidada.

É possível, nesse momento, estabelecer uma relação entre essa ideia e as palavras de More (2012) ao destacar que, para entrar na ilha da Utopia, é preciso ser guiado por um utopiano, uma vez que "unicamente os nativos conhecem as passagens navegáveis e por esse

justo motivo ninguém pode entrar no estreito sem ser guiado por um piloto utopiano" (MORE, 2012, p. 67). Isso aponta para a afirmação de que apenas os falantes nativos possuem as características e os conhecimentos necessários (neste caso, em relação à língua) para conduzir a sociedade à retrotopia linguística e, caso eles não apresentem essas características, sua credibilidade e legitimidade são questionadas.

A décima primeira publicação trazida para essa discussão é o "Por acaso a língua pátria mudou e eu não fiquei sabendo? Que absurdo! A língua portuguesa não tem a ver com ideologias, é símbolo nacional! E, como instituição de ensino, a XXXXX[25] DEVE seguí-la e respeitá-la!" (Imagem 11), o qual, assim como alguns dos anteriores, reforça o posicionamento de que a língua nacional é um símbolo que deve ser preservado e respeitado, o que leva à consideração de que tal postagem demonstra o movimento de retrotopia linguística.

Publicação 11 - Imagem 11



Fonte: Facebook

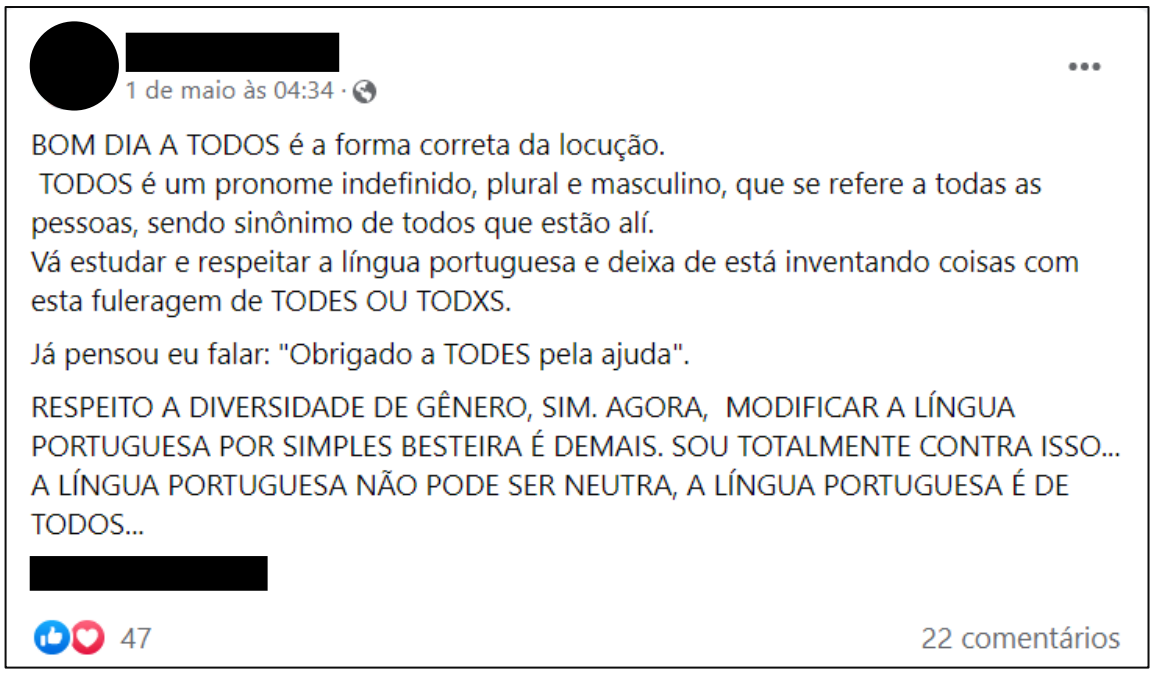
[25] Relembrando: optei pela supressão do nome da instituição de ensino e sua localização para evitar a possibilidade de identificação do autor do post a partir dessas informações.

Como é possível verificar nesse texto, trata-se de uma reação a uma publicação feita por uma universidade que continha o pronome "todos/todas" sem a vogal da segunda sílaba em uma defesa do movimento de inclusão da linguagem neutra na língua portuguesa para atender a todas as manifestações de gênero que são percebidas na sociedade.

Diante disso, a pessoa que republicou a postagem lançou um questionamento sobre a língua pátria ter mudado e ela não ter ficado sabendo em um claro repúdio à manifestação da instituição de ensino. Mais uma vez, houve a defesa da imutabilidade da língua nacional e sua consideração como símbolo nacional, característica que indica a impossibilidade de inclusão de posturas que atentem contra o que já foi estabelecido pelo Estado-Nação e a inaceitabilidade de qualquer possível alteração nessa língua, mesmo que tal alteração tenha sido proposta a partir das novas configurações do mundo contemporâneo. Além disso, é possível ver que a ideia de respeito também é contestada nessa publicação, o que sugere que qualquer posicionamento que não se encaixe nos moldes determinados pela gramática normativa simboliza um desrespeito à língua nacional e uma atitude extremamente reprovável.

Vale destacar, de maneira mais sucinta, que o texto "BOM DIA A TODOS é a forma correta da locução. TODOS é um pronome indefinido, plural e masculino, que se refere a todas as pessoas, sendo sinônimo de todos que estão alí. Vá estudar e respeitar a língua portuguesa e deixa de está inventando coisas com esta fuleragem de TODES OU TODXS. Já pensou eu falar: 'Obrigado a TODES pela ajuda'. RESPEITO A DIVERSIDADE DE GÊNERO, SIM. AGORA, MODIFICAR A LÍNGUA PORTUGUESA POR SIMPLES BESTEIRA É DEMAIS, SOU TOTALMENTE CONTRA ISSO... A LÍNGUA PORTUGUESA NÃO PODE SER NEUTRA, A LÍNGUA PORTUGUESA É DE TODOS..." (Imagem 12) apresenta características semelhantes ao anterior e, assim como ele, sugere o movimento de retrotopia linguística em sua concepção.

Publicação 12 – Imagem 12

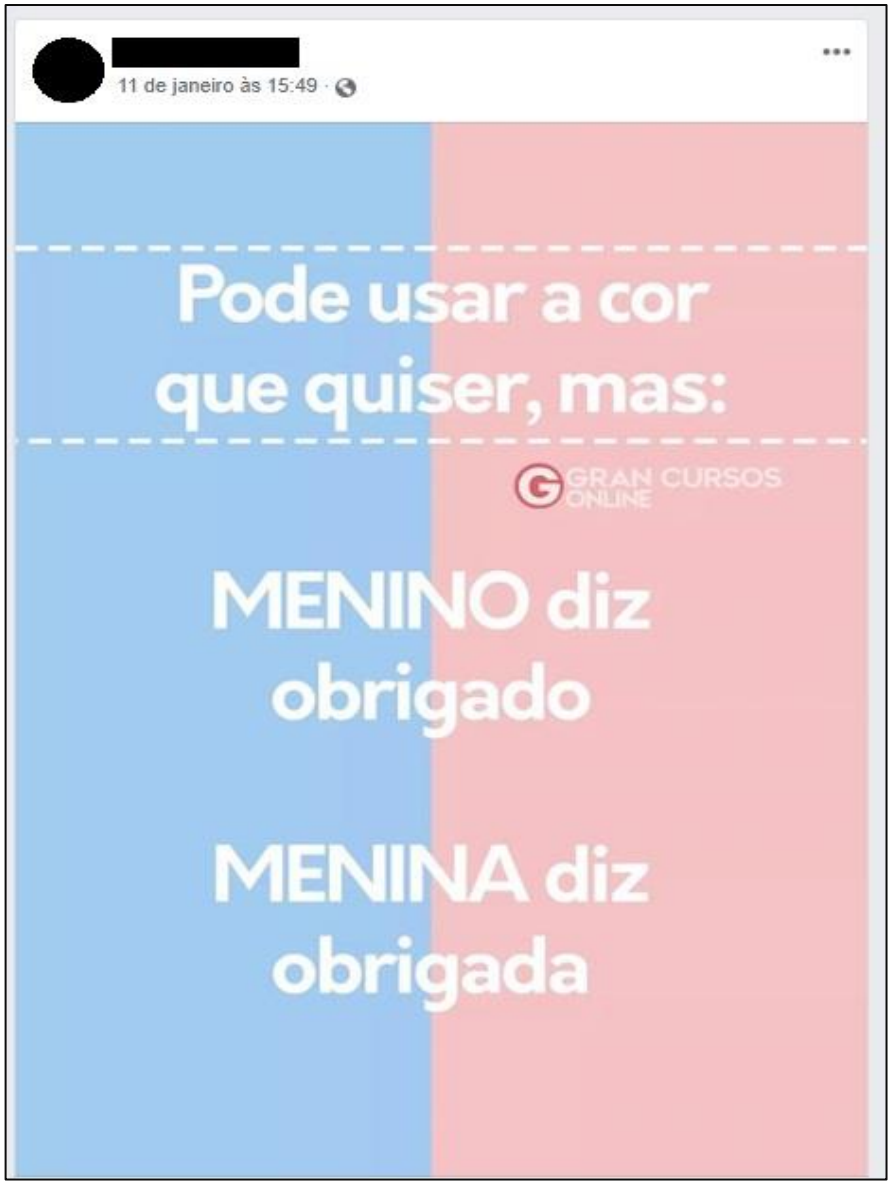


Fonte: Facebook

Cabe aqui um apontamento sobre o fato de que, assim como evidenciado na interpretação das imagens 9, 10 e 11, ao mesmo tempo em que os autores das publicações criticam a não adequação às normas da língua nacional, apresentam construções que seriam severamente penalizadas pela gramática normativa, que seria acrescentar acento agudo a formas verbais oxítonas terminadas em uma vogal que faça parte de uma sílaba com uma consoante, como é o caso de "seguí-la" (Imagem 11) e também o acréscimo de acento agudo na palavra "alí", que, por ser oxítona e terminar em "i", não precisa – de acordo com os critérios normativos da gramática – de acento para marcar sua sílaba tônica, além de confundir o infinitivo do verbo "estar" com a conjugação dele em 3ª pessoa do singular.

O texto a seguir é o "Pode usar a cor que quiser, mas: MENINO diz obrigado MENINA diz obrigada" (Imagem 13). Partindo da ideia que busco promover, acredito que esse post, publicado no Facebook, apresenta marcas do processo de retrotopia linguística que se constitui a partir do entendimento de que certas características do nacionalismo, retratadas por meio da afirmação da língua nacional, são necessárias para o bom convívio em sociedade.

Publicação 13 - Imagem 13



Fonte: Facebook

Para a análise dessa publicação, é importante apresentar o contexto de produção dela. No começo de janeiro de 2019, passou a circular na internet um vídeo no qual a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, discursava que uma nova era havia sido iniciada no país, em razão da eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República do Brasil, e que, a partir de então, "menino veste azul e menina veste rosa", em uma clara alusão à manutenção de valores que supostamente haviam sido perdidos nos últimos anos. Esse discurso, feito no dia da posse da ministra na pasta que ficaria sob sua responsabilidade, causou muita controvérsia e discussão no país sobre como certas construções sociais voltaram a ganhar força principalmente devido às recentes mudanças políticas. Diante disso, é possível perceber que o texto analisado deriva de uma discussão que estava ocorrendo na sociedade

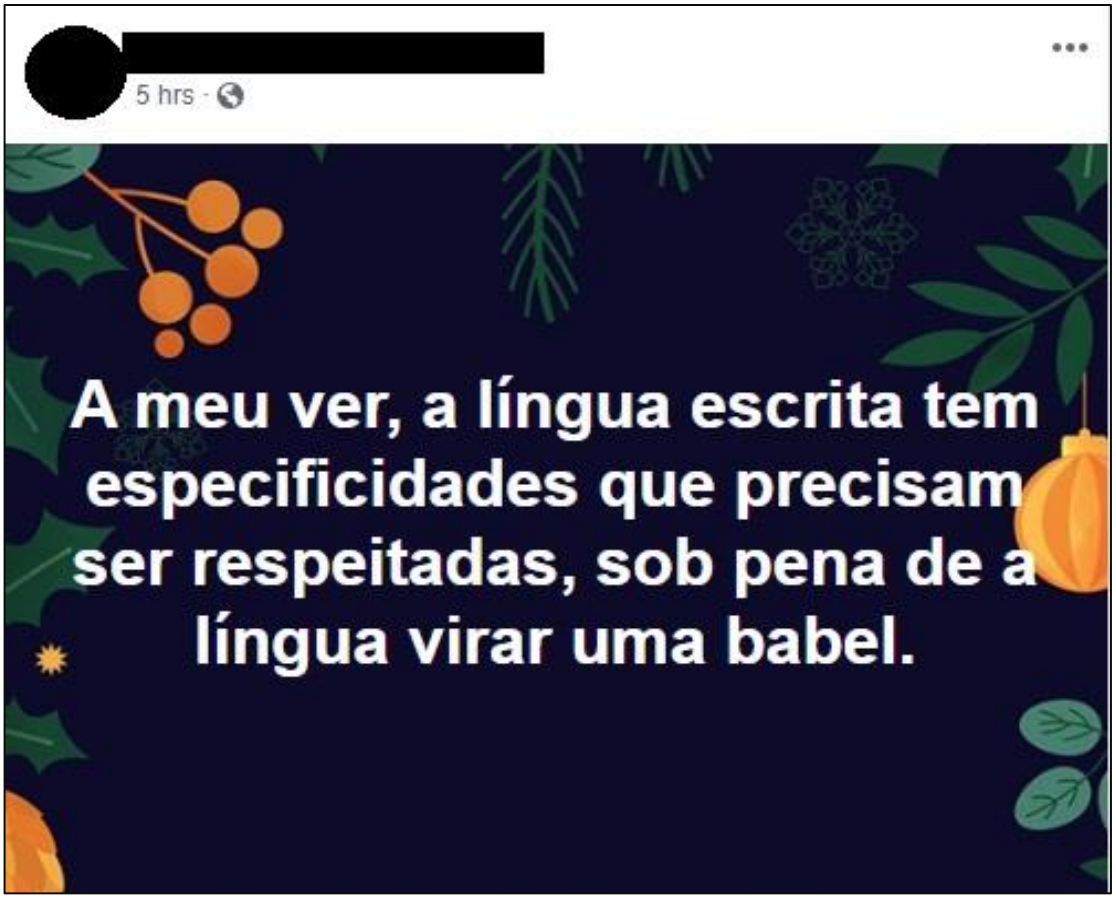
naquele período e, nele, é rechaçada a ideia de que meninos e meninas precisam usar determinada cor de roupa, mas reforçam-se valores relacionados à língua nacional.

Na norma culta da língua portuguesa, a regra relacionada à concordância nominal determina que, quando "obrigado" está com a função de expressar agradecimento, deve concordar com o emissor, ou seja, com quem está emitindo o agradecimento, logo, pessoas do gênero masculino devem dizer "obrigado" e pessoas do gênero feminino devem agradecer dizendo "obrigada". Considerando tal afirmação, percebe-se que, nesse enunciado, há um movimento de recuperação de um discurso que privilegia a língua nacional e suas regras determinadas pela gramática normativa em detrimento de uma prática linguística considerada marginal. Esse movimento de recuperação, a meu ver, está relacionado à retrotopia linguística, a qual defini como o uso da língua nacional como ferramenta de recuperação de um passado ideal e como marcadora de estabilidade que, por sua vez, associa-se exclusivamente ao passado. Isso significa que o processo de retrotopia linguística ocorre por meio da afirmação de que existe uma regra gramatical associada à língua nacional que deve ser respeitada e considerada, afinal, a língua nacional é a marcadora de estabilidade dentro de um contexto de incertezas e inseguranças, como a utilização de construções linguísticas que se afastam do determinado pela língua nacional. Esse posicionamento caminha de acordo com o que Bauman (2017b) determinou como uma era nostálgica, na qual se apela para a recuperação de elementos que celebram uma memória coletiva, nesse caso, em relação à língua, e demonstram um desejo de comunidade, baseando-se sempre no que o Estado-Nação, ou Leviatã, determinou como adequado e rejeitando uma possível fragmentação linguística que deixe evidente as fronteiras porosas e instáveis que cercam o mundo contemporâneo. Pensando na questão do Leviatã, cabe pensar que suas regras ainda são muito respeitadas e apregoadas justamente pelo medo da ideia de que, sem um ser ou entidade superior que controle nossas práticas linguísticas, não seremos capazes de garantir a ordem.

Em resumo, percebe-se que a defesa de aspectos da gramática normativa é uma das bandeiras defendidas pelo nacionalismo, o que acaba levando à visão de que há apenas uma possibilidade de produção dentro da língua: a que considere as regras gramaticais e que desconsidere qualquer outra construção que fuja a essa regra. Esse tipo de postura é manifestado nas redes sociais por meio de publicações e de enunciados como "Pode usar a cor que quiser, mas: MENINO diz obrigado MENINA diz obrigada" que sugerem revivificações do nacionalismo por meio de construções que apontam para um movimento de retrotopia linguística.

Outro texto que corresponde à valorização da norma culta da língua portuguesa é o “A meu ver, a língua escrita tem especificidades que precisam ser respeitadas, sob a pena de a língua virar uma babel” (Imagem 14), pois considero que também apresenta características que justificam a sua classificação como exemplo de manifestação de retrotopias linguísticas.

Publicação 14 - Imagem 14



Fonte: Facebook

Essa postagem, como todas as analisadas até agora, apresenta características que tornam possível associá-la ao sentimento retrotópico. Primeiro, percebe-se que o autor dessa publicação optou por dizer que a língua escrita possui especificidades, ou seja, possui características que a diferenciam da língua falada, e que essas especificidades precisam ser respeitadas, precisam ser mantidas, pois, do contrário, a língua viraria uma babel. É interessante observar como é estabelecida uma distinção clara entre a manifestação linguística que se refere à fala e a que se refere à escrita. Isso pode sugerir uma certa intocabilidade da língua escrita sob o discurso de que, caso ela seja deturpada, algo ruim poderá acontecer, como aconteceu com o episódio da torre de Babel, descrito na Bíblia, especificamente no Antigo Testamento.

Na passagem bíblica, é narrada uma história de uma torre construída na Babilônia por descendentes de Noé com a intenção de que fosse tão grande que alcançasse o céu, porém, devido à ambição e à soberba dos que a construíram, Deus decidiu castigá-los confundindo-lhes as línguas e forçando-os a se espalharem pelas diferentes nações. Muitos utilizam esse episódio para justificar a diversidade das línguas no mundo.

Como os adeptos da retrotopia linguística estão sob os moldes do Estado-Nação, prezam pela unidade, e não pela separação como aconteceu em Babel, logo, qualquer característica que sugira um desvio do que se acredita ser essencial para a manutenção dessa unidade deve ser rejeitado. Muitas vezes, esse rechaço se manifesta travestido de medo do que posso vir a acontecer caso as circunstâncias mudem. No caso do enunciado em questão, o medo de uma nova Babel acaba provocando a manifestação de um discurso de rechaço às mudanças. Esse tipo de postura faz com que haja um apego ao passado e um desejo de volta a ele, a um momento o qual se crê seguro, pois acredita-se que o futuro é incerto demais e guarda perigos como uma possível Babel. Bauman (2017b), ao trabalhar essa questão, destacou que esse medo costuma se materializar devido à compreensão de que a estrada para as guinadas do futuro parece sinistramente uma trilha de corrupção e queda", ou também, Babel, por isso, "talvez a estrada de volta, aquela para o passado, ainda tenha a chance de se tornar uma trilha de limpeza dos estragos cometidos toda vez que eles viraram presente" (BAUMAN, 2017b, p. 12). Por isso, no caso desse enunciado, é possível dizer que o processo de retrotopia linguística se manifesta com a defesa da manutenção de especificidades, ou regras gramaticais, que são restritas à língua escrita em torno de uma suposta segurança e estabilidade.

Nesse ponto, cabe destacar outro texto que também apresenta a postura de reforço das especificidades da língua escrita é o "Esse povo nem sabe que BEM-VINDO leva hífen, mas tenta mudar a língua portuguesa. Gênios" (Imagem 15). Além de criticar a não adequação a uma das regras apresentadas nos dicionários da língua portuguesa, percebe-se também a insatisfação com a apresentação de uma construção que, assim como o texto da Imagem 11, demonstra a adesão a um movimento que busca fazer com que a língua se afaste de marcadores linguísticos excludentes ao utilizar a construção "Bem vindes".

Publicação 15 - Imagem 15

Fonte: Facebook

Portanto, como a língua nacional está relacionada ao Estado-Nação e o Estado-Nação se estabelece como o ideal a ser seguido, práticas linguísticas contemporâneas definidas por meio de conceitos como bilinguajamento (MIGNOLO, 2003), transidioma (JACQUEMET, 2005; 2016), transglossia (COX; ASSIS-PETERSON, 2006; ASSIS-PETERSON, 2008), práticas translíngues (CANAGARAJAH, 2013) e translinguismo (ZOLIN-VESZ, 2015), que têm se dedicado a problematizar o uso da língua nacional, por não se adequarem ao que a língua nacional determina, são rechaçadas e condenadas, justamente por serem associadas ao presente que, de acordo com o pensamento retrotópico, apresenta características de incerteza e estabilidade. As práticas tidas como legítimas pelo Estado-Nação e pela gramática normativa,

por se referirem a um passado estável, reconhecido e desejado, recuperam seu status de referência e de modelo a ser seguido.

Sendo assim, neste capítulo, procurei discutir acerca do movimento de retrotopia linguística para tentar entender como ocorre tal processo. Ao final desse percurso, defini retrotopia linguística como o uso da língua nacional como ferramenta de recuperação de um passado ideal e como marcadora de estabilidade que, por sua vez, associa-se exclusivamente ao passado.

Para comprovar a recorrência de retrotopias linguísticas na contemporaneidade, neste trabalho, recorri à apresentação de posts retirados das redes sociais, especialmente o Facebook, que se caracterizam como comentários a determinadas manifestações linguísticas e que recuperam essa ideia que aqui exponho e demonstram a perspectiva defendida pelo ideal retrotópico de que a língua nacional, associada a uma gramática normativa, é a que deve ser utilizada nas práticas sociais e a única possibilidade de manifestação dentro da língua, uma vez que toda e qualquer situação e demonstração que caminhe em direção contrária a essa determinação pode e deve ser rejeitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
... E TERMINA EM RETROTOPIA LINGUÍSTICA.

Neste trabalho, intentei interpretar como ocorre o movimento de retrotopia linguística em posts públicos retirados do Facebook. Com a intenção de esclarecer esse conceito que trago à baila, busquei associá-lo ao nacionalismo para demonstrar como esse processo se manifesta em publicações compartilhadas nessa rede social. Ao todo, neste trabalho, apresentei 15 publicações, a meu ver, contribuem para o propósito que busco, foram eles:

1	"Hora de preservar a 'Última Flor do Lácio, Inculta e Bela...'"
2	"Vamos valorizar a língua portuguesa! Pode parecer bobagem para alguns, mas usar tantos termos em inglês é parte de um pensamento colonizado (que finge que nome em inglês é mais chique e de melhor qualidade) e ainda exclui pessoas que não falam inglês."
3	"Sempre peço aos amigos e colegas que valorizem a escrita aportuguesada sempre que possível. Há uma carrada de outros tão pouco usados: eslaide, chantili, drinque, fôlder, postagem, balé, tíquete, boxe... mesmo que aparentemente estranhas na forma de escrita, recorrer ao vocábulo da língua mãe é uma das formas de se valorizar a língua."
4	"Conhecer, respeitar, prezar e preservar a Língua Portuguesa também é um ato de cidadania."
5	"Valorizar a língua portuguesa falada e escrita em nosso País é preservar a identidade do brasileiro e celebrar aquilo de mais sagrado que existe numa nação soberana e amada!"
6	"Nada contra as palavras utilizadas em outro idioma, mas se existe a grafia na língua portuguesa, por que dar preferência para o estrangeirismo? Não! Vamos valorizar a língua portuguesa! Assim como eles valorizam o idioma deles."
7	"Não use "SALE" na sua loja ou comércio. Use: Liquidação" Não use "OFF", use desconto! Valorize a língua portuguesa! Americanizar nosso idioma? Para quê? Não seja 'RIDICULOUS'"
8	"Deixem de ser BABACAS, metidos a Modernos e Descolados!... Utilizem a Língua Portuguesa! Afinal, vcs nunca serão considerados Pessoas Civilizadas do Primeiro Mundo só por TENTAREM PARECER ASSIM! Muito pelo contrário, rsrs... Chega a dar pena tanta imbecilidade travestida DE MODERNIDADE"

9	“Paremos com o etnocentrismo inverso, que é quando passamos a valorizar a cultura alheia em detrimento da desvalorização da nossa própria cultura. No Brasil isto ocorre com muita frequência em relação a linguagem. Vamos valorizar e ter mais orgulho da nossa língua portuguesa. Até porquê a língua é um dos quesitos que dá forma e característica a um povo/nação.”
10	“Você recebe um comunicado da escola, e no comunicado tem escrito uma preposição nova: ‘dês de’. Aí você fica imaginando como a Educação do país dar certo?! Nem aqueles que ensinam têm domínio do idioma. Nós precisamos ser fluentes na nossa linguagem, é o mínimo que podemos fazer. Há tempos brigam para introduzir linguagens que nem existem, mas não brigam para que aprendam no mínimo a Norma Culta.”
11	“Por acaso a língua pátria mudou e eu não fiquei sabendo? Que absurdo! A língua portuguesa não tem a ver com ideologias, é símbolo nacional! E, como instituição de ensino, a XXXXX DEVE seguí-la e respeitá-la!”
12	“BOM DIA A TODOS é a forma correta da locução. TODOS é um pronome indefinido, plural e masculino, que se refere a todas as pessoas, sendo sinônimo de todos que estão alí. Vá estudar e respeitar a língua portuguesa e deixa de está inventando coisas com esta fuleragem de TODES OU TODXS. Já pensou eu falar: ‘Obrigado a TODES pela ajuda’. RESPEITO A DIVERSIDADE DE GÊNERO, SIM. AGORA, MODIFICAR A LÍNGUA PORTUGUESA POR SIMPLES BESTEIRA É DEMAIS, SOU TOTALMENTE CONTRA ISSO... A LÍNGUA PORTUGUESA NÃO PODE SER NEUTRA, A LÍNGUA PORTUGUESA É DE TODOS...”
13	“Pode usar a cor que quiser, mas: MENINO diz obrigado MENINA diz obrigada”
14	“A meu ver, a língua escrita tem especificidades que precisam ser respeitadas, sob a pena de a língua virar uma babel.”
15	“Esse povo nem sabe que BEM-VINDO leva hífen, mas tenta mudar a língua portuguesa. Gênios.”

Partindo do entendimento sobre nostalgia de Boym (2017) e da menção a pesquisas que já buscaram trabalhar os conceitos de língua nacional e nacionalismo, busquei traçar um caminho que culminasse na compreensão do que entendo como retrotopia linguística. Para isso, recorri aos trabalhos de Bauman (2017b), com o conceito de retrotopia, argumento que considero fundamental para esta pesquisa, aos escritos de More (2017), com a noção de Utopia que embasa a ideia de retrotopia, e ao entendimento de Bregman (2017) sobre o que é a

retrotopia nos dias atuais. Feito isso, parti para a explicação de como os moldes que sustentam as bases que fundamentam a relação Estado-Nação/Nacionalismo/Língua Nacional se relacionam com o movimento retrotópico. Depois, busco associar essas ideias ao Leviatã, descrito por Hobbes (2012). Por fim, desenvolvo a noção de retrotopia linguística, conceito central deste trabalho, e interpreto, a partir da minha posição sócio-histórica e da possibilidade de inovação em trabalhos científicos que a Linguística Aplicada Indisciplinar oferece, em postagens feitas nas redes sociais nos últimos anos as quais destacam o movimento de retrotopia.

Meu argumento nesta investigação foi que, ao se perceber a intensa onda de nostalgia que se apodera dos indivíduos e das relações sociais na contemporaneidade, tem-se o surgimento de um movimento denominado por Bauman (2017) de retrotopia. Ao reconhecer que esse movimento pode ser entendido a partir de vários níveis de coabitação social, compreendo que o campo da língua não fica isenta desse sentimento, por isso, é importante analisar como essas visões instaladas no passado influenciam a compreensão do que é língua e de como ela deve ser trabalhada e usada.

Sendo assim, defini o conceito de retrotopia linguística como : o uso da língua nacional como ferramenta de recuperação de um passado ideal e como marcadora de estabilidade que, por sua vez, associa-se exclusivamente ao passado.

Para facilitar a dinâmica da minha pesquisa, elaborei uma pergunta na qual me baseei para a escolha dos posts e a qual volto, com a intenção de respondê-la:

- *Como o movimento de retrotopia linguística é interpretado em posts publicados no Facebook?*

Para responder a essa pergunta, busquei apresentar as publicações escolhidas para interpretar como o processo de retrotopia linguística ocorria nelas. Partindo dos pressupostos relacionados à ideia de retrotopia e associando-a à língua, foi possível perceber como esse movimento ocorre nos posts. Em tal constatação, considerei que a retrotopia linguística não poderia ser dissociada da ideia de nacionalismo, afinal, falar em retrotopia linguística, que tem como ponto central a língua nacional, é discorrer também sobre nacionalismo.

Portanto, com a apresentação dessas publicações, concluo que é possível perceber como o movimento de retrotopia linguística se manifesta em postagens nas redes sociais, o que aponta

para a influência do sentimento retrotópico na maneira como as pessoas abordam e entendem a língua nacional nos dias atuais, tanto que usam as Redes Sociais Virtuais para declararem o seu descontentamento e rechaço a situações que não seguem as normas estabelecidas pelo Estado-Nação para a língua nacional.

Apesar das contribuições que a investigação apresenta, reconheço que a sua principal limitação esteja em não considerar outros contextos de criação e circulação de textos que sugerem adesão ao movimento de retrotopia linguística, como a pandemia global do novo coronavírus e o isolamento social resultante dela, nem as relações de poder que estão associadas a esses textos. Cabe destacar também que o enunciador digital não foi priorizado nesta tese, o que torna possível futuras abordagens acerca de seu papel na construção e disseminação de posturas como as interpretadas nos posts trazidos como exemplos neste trabalho. Ademais, como se trata de uma pesquisa interpretativista, nasce o questionamento sobre como essas mesmas publicações seriam interpretadas por outro pesquisador.

Vale frisar, por fim, que, mesmo diante da considerável importância dessas indagações, aparenta ser inadiável a possibilidade de (re)consideração de uma concepção de língua que considere as fronteiras porosas e fluidas do mundo contemporâneo, um conceito no qual se considere as línguas como fenômenos dinâmicos e elementos linguísticos de diversos idiomas se misturem, convivam e sejam produzidas novas práticas linguísticas legítimas.

O que imagino como mais urgente é a provocação que busco promover com esta pesquisa: a nostalgia como elemento essencial para a confecção do mapa da retrotopia e a língua nacional como ferramenta de revivificação do nacionalismo. Aliás, ao finalizar este texto, me veio a seguinte indagação: será que estamos supervalorizando a nacionalidade e desprezando a humanidade?

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. D. M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar*: as fronteiras da discórdia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Xenofobia*: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.

ALEXANDER, J. C. Vociferando contra o Iluminismo: a ideologia de Steve Bannon. *Sociologia & Antropologia* [online]. 2018, v. 8, n. 3, pp. 1009-1023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752018v8310>.

ASSIS-PETERSON, A. A. Como ser feliz no meio de anglicismos: processos transglóssicos e transculturais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, vol. 47, n. 2, p. 323-340, 2008.

BARONAS, R. L.; COX, M. I. P. *Por uma vida melhor na mídia*: discurso, aforização e polêmica. Linguagem em (Dis)curso, v. 13, n. 1, p. 65-93,2013.

BAUMAN, Z. *Babel*: entre a incerteza e a esperança/Zygmunt Bauman, Ezio Mauro. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

_____. *Estranhos à nossa porta*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017a.

_____. *Globalização e as consequências humanas*. Tradução Marcus Pencel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. *Modernidade Líquida*. Tradução, Plínio Dentzien. Rio Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Retrotopia*. Tradução de Renato Aguiar. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2017b.

BRANCO, L. K. C. Lusofonia e CPLP: impossibilidade de outros imaginários de línguas. *Polifonia*, Cuiabá, MT, v. 22, n. 31, p. 73-100, janeiro-junho, 2015

BREGMAN, R. *Utopía para realistas:* a favor de la renta básica universal, la semana laboral de 15 horas y un mundo sin fronteras. Traducción de Javier Guerrero Gimeno. 1ª edição. Barcelona: Salamandra, 2017.

BOYM, S. Mal-estar na nostalgia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, *[S. l.]*, v. 10, n. 23, 2017. DOI: 10.15848/hh.v0i23.1236. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1236. Acesso em: 26 jul. 2021.

CANAGARAJAH, S. *Translingual practice* – global Englishes and cosmopolitan relations. Londres: Routledge, 2013.

CANCLINI, N. G. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CERVO, L. M. O tempo da língua ou a língua no tempo? Considerações sobre língua, história e memória. *Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 211-225, jan./jun. 2014

COSTA, B. R. L. Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24649.

COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. The notion of transglossia and the phenomenon of linguistic mestizations in contemporary societies. *Revista da Anpoll,* v. 1, n. 20, p. 131-151, 2006.

DI RENZO, A. M. *Estado, a Língua Nacional e a Construção das Políticas Linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de "desaprendizagem" – redescrições em curso. In: Moita Lopes, L. P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Editora Parábola, 2006, p. 45-63

FACEBOOK. [https://www.facebook.com/]. Disponível em: https://www.facebook.com/help/203805466323736/?helpref=uf_share. Acesso em: 20 jul. 2022

FARACO, C. A. (org.) *Estrangeirismos*: Guerras em Torno da Língua. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2007

FREIRE, L. *A defesa da língua nacional*. Rio de Janeiro, 1920

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

GRIGOLETTO, M. Mídia e discurso sobre ensino de línguas na escola: circulação de saber e posição-sujeito para o aluno. *Eutomia*, v.1, n.9, p. 308-320, 2012.

HELLER, M.; McELHINNY, B. *Language, Colonialism, Capitalism*: Toward a Critical History. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

HOBBES, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de Rosina D'Angina. 2ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2012.

JACQUEMET, M. Transidiomatic practices: language and power in the age of globalization. *Language & Communication*, n. 25, p. 257-277, 2005.

_____. Transidioma. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 40, p. 19-32, jan./jun. 2016.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOITA LOPES, L. P. Contemporaneidade e construção de conhecimento na área de estudos linguísticos. *Scripta*, v. 7, n. 14, 2004, p. 159-171.

_____. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução (1). *D.E.L.T.A*., v. 10, nº2, 1994, p. 329-338.

_____. (Org*). Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. Da Aplicação da Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (Orgs). *Linguística Aplicada:* um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-24.

MORE, T. *A Utopia*. Tradução de Luís de Andrade. [Edição Especial] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

PENTECOSTAL, B. d. (1995). *Jó 41:1-34*. (J. F. Almeida, Trad.) Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica*: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.

SANTOS, A. *Enunciados des/reterritorializados e a (des)legitimação do paradigma monolíngue*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

SILVA, D. N. 'A propósito da Linguística Aplicada' 30 anos depois: quatro truísmos e quatro desafios. *D.E.L.T.A.*, v. 331 – especial, 2015, p. 349-376.

ZANIRATO, S. H. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *Revista CPC*, v. 13, n. 25, p. 7-33, 2018.

ZOLIN-VESZ, F. Como ser feliz em meio ao portunhol que se produz na sala de aula de espanhol: por uma pedagogia translíngue. *Trab. linguist. apl.* [online], v.53, n.2, p.321-332, 2014.

_____. *Esse é o final de uma era triste e o começo de uma fase muy feliz*: translinguismo em telenovelas brasileiras. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

ZOLIN-VESZ, F.; DOS SANTOS, A. S.; CARDOSO, M. C. 'Minha pátria é minha língua': a celebração do discurso monolíngue na revista Vogue. *Gragoatá*, [S.l.], v. 24, n. 48, p. 177-190, apr. 2019.

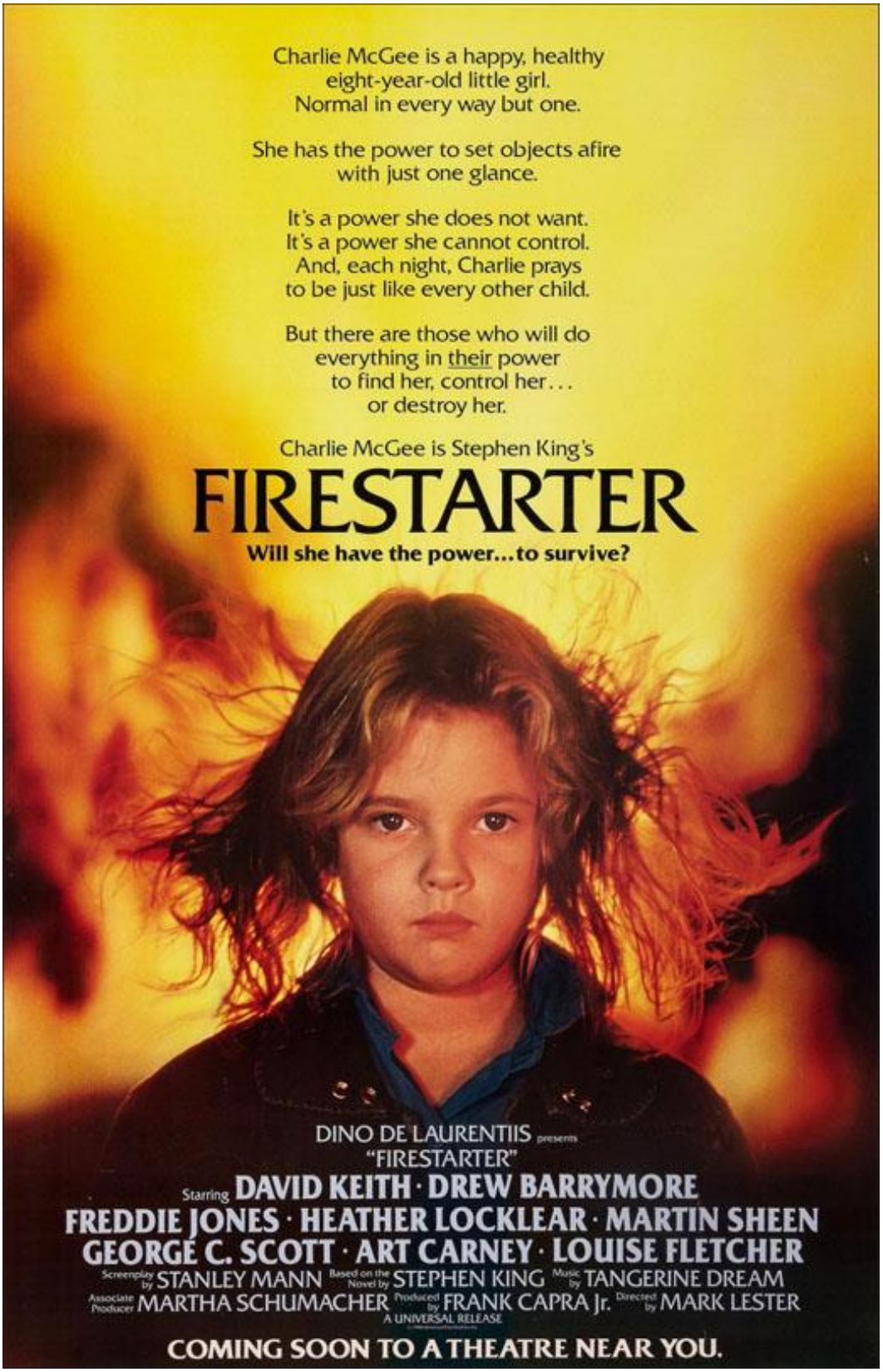
ZOLIN-VESZ, FERNANDO; JESUS, D. M. Práticas curriculares do curso de Letras: vigência da racionalidade instrumental e privilégio do paradigma monolíngue. In: Dilma Mello e Maria Inês Vasconcelos Felice. (Org.). Ensino de línguas no curso de Letras: práticas, experiências e currículo. 1ªed.Uberlândia: EdUFU, 2019, v. 1, p. 113-126.

ANEXO 1

Imagem 16

Disponível em https://screenrant.com/stranger-things-eleven-poster-firestarter/. Acesso em: 27 fev. 2021

Imagem 17



Disponível em https://www.stephenking.com.br/adaptacao-da-semana-a-incendiaria-1984/. Acesso em: 27 fev. 2021

ANEXO 2

Imagem 18

Disponível em https://www.syfy.com/syfywire/latest-stranger-things-poster-has-a-close-encounter-of-the-third-kind/. Acesso em: 27 fev. 2021.

Imagem 19

Disponível em https://www.syfy.com/syfywire/latest-stranger-things-poster-has-a-close-encounter-of-the-third-kind/. Acesso em: 27 fev. 2021.

ANEXO 3

DECRETO Nº 1.329, DE 15 DE JUNHO DE 2021

Veda expressamente a instituições de ensino e bancas examinadoras de seleção e concursos públicos a utilização, em documentos escolares oficiais e editais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem os incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado e de acordo com o que consta nos autos do processo nº SED 50173/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica vedada a todas as instituições de ensino no Estado de Santa Catarina, independentemente do nível de atuação e da natureza pública ou privada, bem como aos órgãos ligados à Administração Pública Estadual, a utilização, em documentos oficiais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas e nacionalmente ensinadas.

Parágrafo único. Nos ambientes formais de ensino, fica vedado o emprego em documentos oficiais de linguagem que, contrariando as regras gramaticais da língua portuguesa, pretendam se referir a gênero neutro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 15 de junho de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ERON GIORDANI
Chefe da Casa Civil

LUIZ FERNANDO CARDOSO
Secretário de Estado da Educação

ANEXO 4

PROJETO DE LEI Nº 174, DE 2022

Estabelece o estudo da língua portuguesa de acordo com a norma culta constante do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa - VOLP e da gramatica elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP e proíbe o uso de símbolos com referências políticas e ideológicas nas escolas públicas e privadas do estado na forma que menciona.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º- Nas escolas públicas e privadas do estado, nas instituições técnicas e de nível superior é obrigatório o estudo da língua portuguesa de acordo com a norma culta constante do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa - VOLP e da gramatica elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.

Artigo 2º- É vedado o uso da linguagem neutra ou qualquer forma de ortografia ou linguagem que modifique a norma culta da língua portuguesa, na forma escrita ou verbal.

Artigo 3º- O descumprimento ao disposto no artigo 1º sujeitará a instituição de ensino ao pagamento de multa pecuniária equivalente a 150 unidades da UFESP e a imediata adoção das medidas previstas nesta lei.

Artigo 4º- As instituições públicas e privadas de ensino, do nível fundamental ao superior, não poderão utilizar símbolos, placas, logos, cartazes ou figuras em seus espaços, bem como em seus materiais didáticos ou publicitários, que representem orientação político-partidária ou ideológica.

Artigo 5º- A não observância do disposto no artigo anterior sujeita o estabelecimento ao pagamento de multa equivalente a 100 (cem) unidades de UFESP por aluno matriculado.

Parágrafo único - A penalidade prevista neste artigo não impede que a Instituição, em ação regressiva, pleiteie o reembolso da quantia pelo profissional pertencente ao seu quadro de funcionários, causador da infração.

Artigo 6º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A proposição trazida à apreciação dos respeitáveis pares desta Casa destina-se a resgatar a educação de qualidade no estado. Outrossim, pretende indicar o que, há muito se sabe, mas recentemente tem-se pretendido, propositadamente, afastar do ensino escolar:

1. O aluno tem o direito de receber educação de qualidade;

2. O respeito à língua pátria fortalece a cultura, o civismo e valoriza a Nação.

3. A linguagem deve seguir a norma culta, de modo a facilitar a compreensão e a comunicação escrita e verbal no âmbito nacional e fora do país;

4. O aluno deve aprender a interpretar textos e expressar-se de modo que seja bem compreendido;

5. A escola deve preparar o aluno para o futuro de modo que possa inserir-se no mercado de trabalho, empreender e concorrer em igualdade de condições técnicas e culturais as de seus concorrentes ou colaboradores;

6. O ambiente escolar deve propiciar aprendizado que permita ao aluno questionar e posicionar-se livremente no âmbito político;

7. A liberdade do aluno deve ser respeitada de modo que não lhe seja, no ambiente escolar, transmitida educação proselitista.

O idioma, dentre outros, confere identidade à Pátria e favorece o sentimento de pertencimento de seu povo.

É salutar que se destaque que a língua portuguesa vem sendo vilipendiada de modo desenfreado. Essa agressão não se confunde com os novos vocábulos incorporados em decorrência do uso constante. A linguagem não binária ou neutra não provém de dialeto, de linguagem cultural, mas de construção arquitetada por militantes políticos. Ademais, o indivíduo que sente-se representado pelos artigos “a” ou “o”, que definem o gênero masculino ou feminino não se sente incluído quando a comunicação se dá por meio de referida linguem. O efeito, adverso ao que se pretende com o uso da fantasiosa linguagem, é não inclusivo, mas restrito a um grupo, minoritário

que, mais que sentir-se aceito e integrante, tenta impor sua condição a toda a população. Trata-se, portanto, de imposição pseudointelectual.

> *"A nossa língua, misteriosa para estrangeiros e grande parte dos nativos, faz das suas. Poetas e escritores, alguns pragmáticos que nem eles só, gostam também de passar rasteira nas regras gramaticais em nome da tal licença poética. Porém, assassinar a Flor do Lácio fria e cruelmente, valha-nos Deus!*
> *Professores, alunos, pais, comunicadores, interessados e simpatizantes do bem-falar, uni-vos! Inquisição e fogueira para o "patoá" daninho. Se não damos conta de segurar as pontas da sofrida pátria-amada, que ao menos sejamos capazes de lutar pela dignidade da nossa língua. Bem-nascida, inculta e bela."*
> *Vilma Cunha Duarte*
> Fonte: https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/especial-publicitario/academia-araxaense-de- letras/noticia/2016/04/salvem-lingua-patria.html

O poeta Olavo Bilac, amante do idioma nacional, o descreveu como 'a última flor do Lácio', posto que oriunda de Roma, e, considerada uma das últimas filhas do latim. Através de seu poema, demonstrou sua paixão e preocupação com a língua portuguesa. Vale conferir:

LÍNGUA PORTUGUESA - Olavo Bilac
Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...
Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrolo da saudade e da ternura!
Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
Em que da voz materna ouvi: "meu filho!"
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!

Também, nós, brasileiros, parlamentares deste rico estado, devemos respeito e zelo à língua nacional.

A lei que estabelece as diretrizes e bases da educação, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece em seu artigo 32:

> Artigo 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante

> ...
>
> § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Já o artigo 35-A dispõe que é o Conselho Nacional de Educação que estabelece as diretrizes na área da linguagem e suas tecnologias. Colacionamos:

> Artigo 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)
>
> I - linguagens e suas tecnologias;

No mais, enquete realizada pelo jornal Gazeta do Povo revelou que 92% da população é contra o uso a linguagem neutra.

(fonte: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/breves/enquete-92-contrarios-uso-linguagem-neutra-instituicoes-publicas/)

Outro apontamento importante é o de que referida linguagem, artificialmente criada por ideólogos políticos, que se intitulam inclusivos, em verdade, exclui os cegos e os surdos que aprendem por métodos e sistemas específicos.

No que se refere à catequização político-partidária e ideológica, e, inclusive de gênero nas escolas, o conhecido movimento Escola Sem Partido ganha força num cenário em que estudantes, crianças e adolescentes, carecem de oportunidades que lhes permitam usar o seu discernimento para posicionarem-se perante a política e a sexualidade. Conteúdos lhes são transmitidos como verdade única e possível na atualidade.

Não é preciso que algo novo se revele. Sabemos, todos, que não é função da escola direcionar o posicionamento político, tampouco a orientação sexual dos alunos, A escola deve transmitir ensinamentos, apresentar, obviamente, as vertentes políticas nacionais com imparcialidade de modo que deixe a cargo do aluno, por sua livre convicção, decidir sobre suas preferências. Ademais, no aspecto da linguagem neutra, referida escolha se dá na esfera privada dos alunos.

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa inclui a normalização das terminologias científicas e técnicas, constantes do currículo escolar. Destarte, diante do princípio da legalidade, de observância obrigatória, há que se observar atentamente os dispositivos

constitucionais bem como as normativas federais que definem e deferem instruções para a transmissão ensino escolar.

Da mesma forma, verifica-se a inópia do favorecimento do pleno desenvolvimento de senso crítico do aluno quando a ele é transmitida uma única vertente ideológica, sem considerar ou, democraticamente, deixar ao mesmo a conclusão de suas leituras, análises e percepções diárias.

Sob tal aspecto, destacamos que a proposta do movimento Escola Sem Partido é de que o ambiente educacional tenha as seguintes diretrizes, de modo a fortalecer a democracia nacional:

1 - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

2 - O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

3 - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

4 - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

5 - O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6 - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

(fonte: https://memoria.ebc.com.br/educacao/2016/07/o-que-e-o-escola-sem-partido)

Em que pese a Lei de Diretrizes e Bases determinar que o ensino deve ser ministrado em língua portuguesa, deparamo-nos, nos últimos anos, com um dos piores períodos da educação brasileira.

O resultado de anos de descaso com a Educação podemos verificar diuturnamente. Jovens que mal sabem se expressar, tampouco escrever. A ortografia correta deixou de ser base da comunicação. A exteriorização de ideias e a compreensão de textos, cada vez mais intratável.

As redes sociais estão impregnadas de dialetos, erros ortográficos e gramaticais que, se não forem devidamente contidos, prejudicarão as gerações vindouras.

Quanto ao uso da linguagem neutra, como se a fisiologia pudesse ser abolida, o absurdo é tamanho que, sob o argumento de que os artigos “a” e “o” são sexistas, ou seja, promovem a discriminação pelo sexo, pretende-se que sejam substituídos por X, E ou U ou qualquer outra letra que altere as definições de gênero dos substantivos.

Curioso é o fato de que os, atualmente, apoiadores do emprego da linguagem neutra, outrora defendiam a feminização de vocábulos terminados em “e”. Todos se recordam da polêmica que envolveu o uso da palavra “presidenta” para designar as diretoras executivas ou “estudantas” para diferenciar do vocábulo estudante, como se esta terminação indicasse o gênero masculino.

Ou seja, o substantivo terminado em “e” que, em inúmeros vocábulos, designa tanto o gênero masculino quanto o feminino foi, por bom tempo, discriminado (!!) posto que também se pretendeu que fosse alterado. Qual a razão de tal modernização, senão a de um movimento político ideológico que pretende desvirtuar e manter na ignorância a população?

Considerando que o movimento que defende o uso da linguagem inventada, fantasiosa, posto que inexistente, e o emprego da linguagem neutra propõe a alteração do pronome “ele” por “elu”, forçoso que consideremos que, nesta celeuma, o correto seria que os substantivos acima passassem a ser escritos com U. Logo, teríamos “presidentu” e “estudantu”... É evidente que, passando-se a adotar a linguagem “neutra”, logo novos movimentos surgirão para que novas polêmicas se instaurem.

É um absurdo sem precedente!

Importa ressaltar, ainda, que, diante da concorrência, cada vez mais acirrada no mercado de trabalho, quem melhor se comunica, sai à frente dos demais. Por quê razão, então, impediríamos que nossa juventude ocupasse posição retardatária na corrida por melhores oportunidades?!

Também destacamos que a possibilidade de intercâmbio e de trabalho entre os países signatários do acordo, pertencentes à CPLP, ficaria prejudicada, o que seria sentido diretamente pelo intercambiante.

“No dia 28 de outubro de 2021, a Secretaria de Cultura publicou uma portaria que proíbe a utilização de linguagem neutra em projetos financiados pela Lei Rouanet.

Além disso, concursos <u>públicos e vestibulares</u>, que exigem a utilização da norma culta da Língua Portuguesa, <u>também não permitem o uso da Linguagem Neutra.</u>”

(fonte: https://clubedoportugues.com.br/linguagem-neutra/)

Destaque-se que não estamos, aqui, pretendendo que se proíba ou discrimine a orientação sexual de quem quer que seja, tampouco que uma ou outra ideologia política prevaleça na formação do aluno. O que se pretende, com a aprovação desta proposição, é que não percamos nossa identidade cultural e que seja preservada a democracia, garantindo o livre convencimento partidário e pessoal dos discentes.

Por todo o exposto, contamos com a colaboração dos nobres pares desta respeitável Casa, destacando que a competência para a iniciativa deste Projeto de Lei encontra amparo no artigo 24 da Constituição Federal, artigos 21 e 24 da Constituição do Estado, bem como no artigo 146, inciso III, de nosso Regimento Interno.

Destarte, por ser medida justa e adequada, rogamos aos Nobres Parlamentares que aprovem o presente.

Sala das Sessões, em 31/3/2022.

a) Frederico d'Avila – PL